

BARRACA:
PROPOSTA PARA UMA INTERVENÇÃO

Orientadora: Arq.º Helena Albuquerque

O termo "barraca" cria no imaginário a imagem de uma construção precária, construída com materiais recuperados de obra, sem infra-estruturas, com coberturas de chapa ondulada de fibra ou metálica. Neste caso de estudo o termo "barraca" é utilizado pelos habitantes da Ilha da Boavista, Cabo Verde para denominar uma zona particular (Bairro de Chã das Salinas), delimitada, com características próprias que se enquadram dentro do que se pode considerar um assentamento urbano precário. Todos os assentamentos, sejam urbanos ou rurais, são assentamentos humanos, pois respondem a uma necessidade básica: o abrigo. Formalmente, ou estruturalmente com características aparentemente comuns devido ao seu traço geral de precariedade, cada um deles possui traços particulares inerentes a grupos sociais, com um modo de vida e aspectos culturais particulares, e terminologias que adoptam os países de acordo com a sua realidade social, política, económica e cultural.

Em Cabo Verde a emigração urbana ou rural, entre ilhas, força ao assentamento. A insularidade cria dinamismos diferentes entre as capitais de cada uma. A recente promoção da Boavista como local de destino turístico, levou ao aumento da actividade construtiva, e, a consequente criação de emprego, transformou esta ilha num pólo atractivo de população. O recém-chegado, de fraca condição económica é, sem alternativa, condicionado a habitar em condições precárias, devido ao défice habitacional e à ausência ou ineficácia de programas habitacionais. Neste momento, no Bairro de Chã das Salinas (Barraca), estão identificadas aproximadamente 800 habitações que abrigam uma população de 2800 pessoas, num espaço segregado, geralmente não reconhecido pelo poder público e pela sociedade, onde os conflitos são evidentes. Gerados pela alta concentração populacional, constituída por grupos de países e etnias diferentes, os problemas derivados do confronto de culturas, falta de higiene, falta de acesso a cuidados médicos, aumenta e agrava-se consoante o crescimento desta densa estrutura urbana. O lugar de origem para este assentamento firmou-se a uma distância de aproximadamente 600 metros da Vila de Sal-Rei, por razões óbvias de clandestinidade. Hoje, o motivo da sua génese torna-se hoje responsável pela discriminação deste lugar.

Palavras-chave: barraca ; Cabo Verde ; slum ; assentamento ; Boavista ; Bairro ; Salinas ; incremental

| ABSTRACT

The term "*barraca*" in the imagination creates the image of a poor construction, built with materials recovered from work, without infrastructure, with corrugated iron roofs of fiberglass or metal. In this case study the term "*barraca*" is used by the inhabitants of the island of Boavista, in Cape Verde to name a particular zone (Bairro de Chã de Salinas), with its own characteristics that fall within what could be considered an precarious urban settlement. All settlements, whether urban or rural, are human settlements as they satisfy a basic need: shelter. Formally or structurally with characteristics apparently similar due to their common trait of general insecurity, each has particular features inherent to social groups with particular ways of life and cultural aspects, and adopt the terminology of countries according to their social reality political, economic and cultural.

In Cape Verde urban or rural migration between islands, forces the settlement. The insularity creates different dynamics between the capitals of each one . The recent promotion of Boavista as a touristic place has led to an increase of constructive activity, and thus creating employment, the island has become an attraction pole of population. The newcomer, with low economic status is without a choice, conditioned to live in poor conditions due to the housing deficit and the absence or ineffectiveness of housing programs. Right now, in the neighborhood of Cha das Salinas (*Barraca*) are identified, approximately 800 homes that house a population of 2,800 people living in a segregated space, usually not recognized by government and society, where conflicts are evident. Generated by the high concentration of population, consisting of different ethnic groups, the problems stemming from the confrontation of cultures, poor hygiene, lack of access to medical care worsens with the growth of this dense urban structure. The place of origin for this settlement became established at a distance of approximately 600 meters from the town of Sal Rei, for obvious reasons of secrecy. Today, the reason for its genesis it is also responsible for the discrimination of this place.

| ÍNDICE

I INTRODUÇÃO	
OBJECTO	6
OBJECTIVOS	7
METODOLOGIA	7
II ENQUADRAMENTO DO TEMA	
<i>o slum</i>	
O CONCEITO DE <i>SLUM</i>	9
DEFINIÇÃO OPERACIONAL	10
O TERMO E A SUA ORIGEM	11
GÉNESE	12
O slum como reacção urbana	
FIXAÇÃO	13
A escolha do lugar para habitar	
CARACTERÍSTICAS	14
AS ACTIVIDADES ECONÓMICAS DOS SLUMS	15
O SLUM E A POBREZA	15
AS RESPOSTAS AO PROBLEMA	16
Substituir Projectos por Processos	
AS PRESSÕES EXTERNAS	17
III BAIRRO DE CHÃ DE SALINAS (<i>BARRACA</i>)	
CABO VERDE	18
Enquadramento geográfico	19
Relevo	19
Clima	19
História	20
Povoamento	21
População e Economia	21
Contexto sócio-cultural	22
Contexto económico	22
Insularidade e Migração	22
Particularidades	23
O PANORAMA CONSTRUTIVO EM CABO VERDE	24
CONSTRUÇÃO	25
Técnicas e materiais	
ADAPTAÇÃO AO CLIMA	26
BOAVISTA	27
Uma descrição pessoal	
ENQUADRAMENTO DO OBJECTO DE ESTUDO	29
Breve nota histórica	29
A vila de Sal Rei	33
CARACTERIZAÇÃO DO OBJECTO DE ESTUDO	37
Caracterização construtiva	47
Caracterização sócio-económica	50
Caraterização demográfica	51
CONCLUSÕES	52
IV ALGUMAS REFERÊNCIAS	
Estratégias não convencionais de intervenção em assentamentos informais	56
A formação em obra	60
Fundamentos para uma qualidade espacial	62

V BCS.10	
ENQUADRAMENTO	64
Os princípios geradores da proposta	
DESENHO	68
Das intenções ao plano	
OS MÓDULOS	69
BCS.10.01 e BCS.10.02	
A Base	
DO MÓDULO AO BAIRRO	71
O plano e o quarteirão	
A RUA E A CASA	73
O acesso directo à habitação	
ESPAÇO PÚBLICO E EQUIPAMENTOS	74
ESPAÇOS PARA HABITAR	76
BCS.10	78
Estratégia de implementação	
 BIBLIOGRAFIA	93
 ÍNDICE ICONOGRÁFICO	95

I | INTRODUÇÃO

O **objecto** desta dissertação, conforme o título indica, refere-se a um tipo particular de slum, denominado na língua do país onde existe de “**Barraca**”. Em crioulo, e para o povo da Ilha da Boavista, lugar onde se encontra, é o nome comum dum assentamento urbano precário denominado oficialmente de **Bairro de Chã de Salinas**. A escolha como título baseia-se nesta dualidade da aplicação do termo que tanto é utilizado como a denominação corrente do assentamento, como também é o substantivo comum que se aplica a construções precárias ou provisórias para abrigo, feitas em material pouco durável. No panorama mundial, este tipo de manifestações maioritariamente urbanas, têm sido alvo de estudo, principalmente pela UNITED NATIONS, e alvo de intervenções projectuais e construtivas, baseadas na compreensão da essência de cada um. Um traço comum a estes projectos é o entendimento das necessidades dos moradores, e o desenvolvimento de ideias dentro de uma base participativa.

O **slum cabo-verdiano** aqui referido, não reflecte um limiar(ou limite) de pobreza nem um hábito construtivo, mas sim a resposta rápida a uma necessidade de abrigo. A força construtiva dos seus habitantes, como promotores e empreiteiros das suas próprias habitações, demonstra capacidades de autonomia, que se poderão redireccionar para a melhoria das suas próprias condições de vida. Contudo, para compreender a comunidade que aqui habita, é necessário entender a própria **heterogeneidade** deste slum, que tanto abriga habitantes naturais de Cabo Verde como de outros países africanos, onde o intervalo de rendimentos vai desde limites próximos à extrema pobreza até rendimentos que igualam o mercado formal de trabalho. Neste sentido, as respostas construtivas destes dois grupos, reflectem qualitativamente, estes dois extremos. O seu crescimento tem vindo a criar raízes que definem a sua própria identidade.

Os relatórios a nível mundial sobre os slums demonstraram que a diversidade entre eles, provém tanto da riqueza cultural do seu lugar de fixação, como das pressões externas e internas, tanto a nível socio-económico local como global.

Sendo um fenómeno da cidade, é como objecto desta dissertação, considerado uma **reacção urbana** ao mercado habitacional do aglomerado urbano nas imediações perto de onde se instala. A sua configuração física e espacial está, por conseguinte, relacionado com o lugar de fixação. O território nas suas diferentes partes de desenvolvimento, é então influenciador do assentamento, mas com o aumento da mancha de ocupação deste, e da sua densidade, a influência da urbe pré-existente deixa de ser unidireccional, para se gerar um tráfego de influências entre o território pré-existente(histórico), o consolidado, e o território em transformação.

Seguindo esta linha de pensamento a identidade particular deste slum, é, tanto um **reflexo**, como também, uma **manifestação** das peculiaridades e particularidades culturais que compõem o mosaico diversificado da sociedade e cultura cabo verdiana. Estas particularidades, características de cada população diferente em cada ilha de Cabo Verde, quando transportados pela migração interna e concentrados num determinado lugar, criam as condições para a heterogeneidade.

O entendimento de todos estes factores é considerado essencial para desenhar uma **intervenção de base participativa**, que seja

dirigida directamente ao Bairro de Chã de Salinas. Uma proposta que não o considere como um mal urbano residual, mas como uma parte da urbanidade. Uma parte com uma identidade própria, que à partida, nega o projecto generalista de habitação social.

O objectivo principal desta dissertação é desenhar uma proposta arquitectónica, capaz de ser aplicada segundo o exemplo de referências e intervenções expostas na prova. O posicionamento das ideias apresentadas, em relação ao tema geral da habitação social e de intervenção em áreas *slum* pretende ser claro, na exclusão de projectos baseados em políticas convencionais, em que resultam edifícios de habitação colectiva destituídos de qualquer característica que tenha resultado da compreensão da identidade do lugar onde é aplicado, ou dos seus habitantes.

Sustenta-se a proposta apresentada, com a análise dos métodos e dos resultados positivos de outros autores.

Baseia-se o desenho na compreensão do lugar, como estrutura urbana, como lugar de troca, como espaço de uma comunidade.

Pretende-se que a sua configuração tenha capacidade de ser interpretada e aplicada por fases, e que contenha na sua essência, a adaptabilidade à possível mudança. Esta possível mudança, ou mudanças, podem ser quantificáveis, como a alteração na densidade demográfica, mas também podem ser de carácter qualitativo, sujeitas mais a pressões ou alterações económicas que influenciem o poder de compra dos habitantes.

Neste sentido, a presente dissertação como conjunto de ideias teóricas e práticas, tem a plena consciência das suas limitações, que se prendem com o facto de ser um esforço individual, sujeito a dificuldades reais em contextos concretos. Daí o subtítulo frisar que se pretende uma “proposta”. Proposta que se deseja ver exposta, discutida e testada a nível projectual. O fim desta dissertação poderá, e até certo ponto ambiciona, ser o início para o desenvolvimento de um projecto interdisciplinar que ponha em prática os resultados da avaliação das ideias apresentadas.

É assim, um dos objectivos fornecer um ponto de partida para a resolução de um problema real.

Essencial para o acto de projectar, a metodologia seguiu um processo de reflexão, de estudo e análise do objecto proposto que formulasse as bases para uma proposta coerente com as necessidades do lugar e das pessoas que o habitam. Sendo que este processo, nunca se tornou linear, no sentido em que as visitas aos locais, o desenho da proposta, alternavam sempre com o estudo das referências, e o aprofundamento sobre o tema geral dos *slums*. Só desta forma, é que foi possível ir moldando o acto de projectar, procurando torná-lo mais sensível aos problemas observados, mais conciso nas intenções da sua proposta.

Esta dissertação pretende organizar todas as ideias, estudos e análises, que para efeitos da sua exposição se organizou num sentido sequencial partindo da apresentação dos fundamentos teóricos da proposta, passando pela análise do objecto, e terminando na descrição e justificação da proposta.

Como principal elemento gráfico e de trabalho, é apresentado o primeiro levantamento topográfico da implantação dos quarteirões do Bairro de Chã de Salinas, realizado em Maio de 2010, pela Eng. Alexandra Maia e do Topógrafo Pedro Vaz Neto da Municipia, S.A., com a minha colaboração no terreno.

“(...)eu e a Sara Göransson defendemos a vivência no terreno como a verdadeira fonte de ideias autênticas: para aprender neste contexto é essencial trabalhar fora do escritório. Se os pintores impressionistas tiveram a necessidade de inventar uma nova técnica por terem resolvido sair dos estúdios para pintar ao ar livre, talvez os arquitectos possam também descobrir novos horizontes fora do atelier...”

Balestra, Filipe

URL: http://www.artecapital.net/arq_des.php?ref=53 (consultado em Março de 2010)



Fig.1. Vista aérea de Sal Rei, Boavista

II | ENQUADRAMENTO DO TEMA *o slum*

O CONCEITO DE SLUM

Num processo reconhecido como a “urbanização da pobreza”⁽¹⁾, o lugar deste fenómeno sócio-económico tem-se movido do território rural para o território urbano. Este processo que na Europa, no Norte da América e na maior parte do Sul da América, se iniciou durante a Revolução Industrial, é considerado já terminado, o que reflecte agora o crescimento populacional mundial determinado pelo crescimento demográfico das maiores cidades do mundo. São previstos pela UN-HABITAT a duplicação da população mundial até 2030, onde três quartos deste crescimento serão nas cidades, enquanto que as taxas de crescimento da população rural se irão manter em valores muito baixos. O crescimento populacional irá então fazer parte do processo de urbanização, e estima-se que em 2030, 60% da população irá viver em cidades. (THE STATE OF THE WORLD'S CITIES REPORT, 2001, pag. 6)

Em 1950, só Nova Iorque ultrapassava uma população de 10 milhões de habitantes. Em 2000 já existiam 22 cidades com uma população entre 5 a 10 milhões. Em 2015 estima-se que 23 cidades cheguem a atingir os 10 milhões de habitantes, das quais 19 façam parte de países em desenvolvimento.

O relatório de 2003 da UN-HABITAT, “*The Challenge of Slums*”, publica que 32% da população urbana, ou seja, 1 Bilião de pessoas, vivem em slums, sendo a maior parte localizados no território de países em desenvolvimentos.

Estima-se que em 2030 este número tenha duplicado.

Se em 1950, apenas 18% da população do Terceiro Mundo vivia em cidades, em 2000, a percentagem era de 40% e estima-se que em 2030, quase 60% desta população seja urbana. (Dados: UN-Habitat, 2003)

Este relatório propõe uma definição operacional do slum, baseada em factores locais, nacionais e internacionais, que originam cada tipo de slum, analisando para tal, as conjunturas sociais, espaciais e económicas que caracterizam as dinâmicas destes conjuntos urbanos. Denunciando altos níveis de pobreza urbana e a falta de acesso a recursos básicos, este relatório procura também inverter a opinião negativa sobre os slums ao defender uma atitude positiva sobre a migração das pessoas para a cidade, onde têm melhor acesso a serviços e a oportunidades de trabalho. A única alternativa imobiliária do pobre é o estabelecimento da sua habitação nos slums.

"Manifestation of income and other gaps in health, education, skills, etc. can be seen in slums and squatter settlements of most urban areas in developing countries. Slums are not 'problems' that have to be 'solved' - but are indeed a result of lopsided and vested urban policies covering land ownership, infrastructure provision and maintenance, and other socio-economic issues. And for the poor, they represent a solution."

<http://www.gdrc.org/uem/squatters/squatters.html> (consultado em Março 2010)

⁽¹⁾Kofi A Annan, in *The Challenge of slums:Global Report on Human Settlements 2003*.Londres, Earthscan

Perante os números que apresenta, e o resultado inadequado das tentativas anteriores para resolver este problema de carência habitacional, a UN_HABITAT acredita que a aposta de políticas que incidem no que constitui a génese e a configuração básica do que é um slum, e de como se mantém economicamente funcional- abrigo informal, e rendimentos informais - são as que terão melhores capacidades de sucesso.

"The story of slums is, therefore, neither heterogeneous nor coherent and homogenous. It is a story of rich variety, great achievement and typical 21st-century urban life."

UN-HABITAT.(2003).The Challenge of slums:Global Report no Human Settlements 2003.Londres, Earthscan,p.57

No que se pretende expor nesta prova, como uma das ideias que servem de fundo de análise e de compreensão do tema, é de que não existe **o slum**, mas sim **um slum**, ou mais concretamente uma diversidade de slums, que apenas estudos muito rigorosos poderiam originar à definição de tipos. Devido à heterogeneidade dos diversos slums, aos factores externos e internos que os caracterizam, assim como as pressões internas e externas, locais ou globais, estes conjuntos urbanos são providos de uma capacidade metamórfica inerente a uma necessidade de sobrevivência que os levam a adaptar à mudança. Dentro desta perspectiva, a tipificação pode ser uma actividade interminável.

Contudo, como qualquer problema, é necessário enquadrá-lo, e acredito que a caracterização de um tronco comum é possível, assim como a UN-HABITAT procurou fazer-lo ao publicar uma definição operacional que procura inscrever os slums numa série de características que aplicados nas suas diversas manifestações urbanas, dentro de um determinado intervalo de tempo, permitam o seu estudo.

Irão ser seguidos e expostos os parâmetros utilizados pela UN_HABITAT no relatório THE CHALLENGE OF SLUMS,2003.

DEFINIÇÃO OPERACIONAL

Para a definição operacional do slum foram excluídas as dimensões sociais, restringindo-se às características físicas e legais, em que se define o slum como uma área que combina, a vários níveis, as seguintes características:

- acesso inadequado a água potável;
- acesso inadequado a saneamento e outras infra-estruturas;
- qualidade estrutural baixa de habitação
- sobrelotação
- status residencial inseguro/indeterminado

Para a compreensão do slum, no sentido de originar uma proposta de intervenção, foi dissecado o conceito, seguindo a análise do termo e a sua percepção, génese, desenvolvimento e fixação, evolução, pressões internas e pressões externas.

Francês: *Biddonvilles, taudis, habitat précaire, habitat spontané, quartiers irréguliers*;
 Espanhol: *asentamientos irregulares, barrio marginal, barraca* (Barcelona), *conventillos* (Quito), *colonias populares* (México), *tugurus e solares* (Lima), *bohios ou cuarterias* (Cuba), *villa miseria*;
 Alemão: *Elendsviertel*;
 Arabic: *mudun safi, lahbach, brarek, medina achouaia, foundouks e Karyan* (Tabat Sale), *carton, safeih, ishash, galoos e shammasa* (Khartoum), *tanake* (Beirute), *aashwa'i e baladi* (Cairo);
 Russo: *trushchobi*;
 Português: *bairros de lata* (Portugal), *quartos do slum, favela, morro, cortiço, comunidade, loteamento* (Brasil)
 Criolo cabo-verdiano: *barraca*;
 Turco: *gecekondu*;
 Inglês: *slum, backslum, back alley, skid row, ghetto*;
 American English: *'hood'* (Los Angeles), *ghetto*;
 Ásia do Sul: *chawls/chalis* (Ahmedabad, Mumbai), *ahatas* (Kanpur), *Katras* (Delhi), *bustee* (Kolkata), *zopadpattis* (Maharashtra), *cheris* (Chennai), *Katchi abadis* (Karachi), *watta, pelpath, udukku ou pelli gewal* (Colombo);
 África: *umjondolo* (Zulu, Durban), *mabanda* (Kiswahili, Tanzânia).

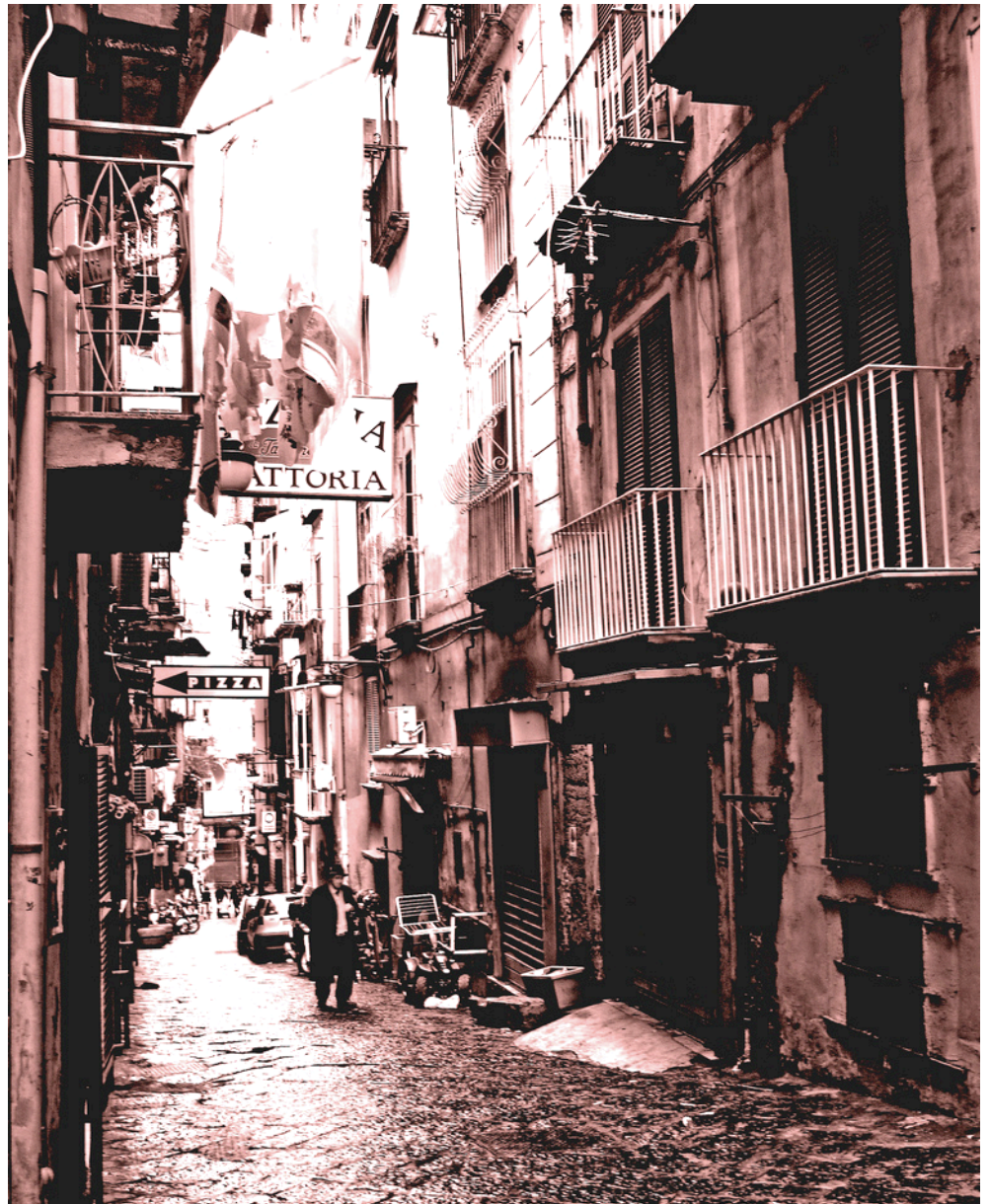


Fig.2- Napoli, quartieri spagnoli

TERMO

O **termo** que se na sua origem reflectia conotações, depreciativas e generalistas, mas agora aceite num discurso científico, originalmente indicava habitações abandonadas, e deterioradas, ocupadas posteriormente. Com o desenvolvimento urbano veio também incluir o vasto leque de assentamentos informais precários que se tornavam visíveis nas grandes cidades dos países em desenvolvimento.

Na sua forma generalista, esta definição abrange três características essenciais deste tipo de assentamento: alta densidade; standard baixo de habitação (estrutura e serviços); miséria. As duas primeiras são físicas e estruturais e a terceira social e comportamental.

Esta é a percepção do termo slums. Contudo cada país utiliza um termo próprio decorrente da sua língua, e atribui-lhe significados de acordo com o seu próprio contexto cultural, histórico e construtivo.

GÉNESE

O slum como **reacção** urbana

Em qualquer tipo de slum, a **génese** é comum. Necessidade de abrigo.

O slum torna-se uma resposta natural do mercado em providenciar uma casa para o pobre: é a única que podem pagar. Não entra dentro da esfera do mercado imobiliário formal, dominado para dupla Promotor/Construtor, mas é excluída pela prática destes.

O mercado formal imobiliário não oferece um produto suportável pelos recém habitantes da cidade, pertencentes a um grupo social caracterizado por pobre ou extremamente pobre. Assim, são estes, os próprios a construírem as suas casas, ou a construírem habitações para acomodarem ou arrendarem a outros.

Geralmente, a ocupação ilegal de um terreno é a única alternativa, face à indiferença ou inactividade do poder local de oferecer soluções ou áreas que possam ser urbanizadas. Como princípio, são ocupados terrenos marginalizados urbanisticamente, ou de baixo valor, de forma a se assegurar a maior longevidade, ou segurança de permanência, na sua nova fixação. Por norma, estes terrenos não são infra-estruturados.

Quatro conceitos formam o embrião para a génese do slum: pobreza; necessidade de abrigo; ocupação ilegal de território; auto-construção.



Fig.3- Rio de Janeiro,Brazil

FIXAÇÃO

A escolha do lugar para habitar

As alterações, flutuações de fixação dum grande número de pessoas, ou classes sociais, é objecto de estudo do Urbanismo, e das ciências económicas e sociais, que desenvolvem teorias que se alteram ou tem que se adaptar com o desenvolvimento da urbanidade. A divisão ou separação de áreas urbanas em função da criação de nichos promovidos por diferentes classes sociais, tem sido um fenómeno que atingiu uma grande complexidade dentro de uma cidade estruturada/fragmentada em função de redes de mobilidade de pessoas, informação e bens. O transporte e a mobilidade ganharam novos valores que não se prendem apenas com o seu custo próprio ou com o seu custo de utilização, mas agora ganham ou perdem importância em função do tempo.

Associado ao aparecimento de novos *urban lifestyles*, que privilegiam a proximidade ao centro, em vez do longo tempo de utilização de transportes, inverteram-se alguns dos sentidos da classe média que procurava as periferias sub-urbanas.

A escolha do lugar para habitar ainda hoje se prende com vontades, status, necessidades que caracterizam as diferentes classes sociais, sendo que uma visão operacional redutora, que pode ser aplicada em países em desenvolvimento (onde o *gap* entre as classes opostas é maior), as divide entre *ricos* e *pobres*.

Mediante as alterações urbanas, sociais, económicas, e simplificando a visão entre a distribuição espacial entre os ricos e os pobres, conclui-se que os ricos podem escolher o lugar onde vivem por uma razão simples. Porque podem.

Como tem sido observado actualmente, exemplos de novos mecanismos influenciadores de novos movimentos de classes sociais, como sendo a *gentrification*, o efeito na escolha de habitação é de que os pobres serão sempre licitados pelos ricos, e então forçados a mudar de área.

Dentro do quadro da migração rural, como causa da formação deste tipo de assentamentos urbanos precários, a escolha do lugar para a fixação da habitação, seja por construção ou por apropriação, prende-se fundamentalmente, com a necessidade de manter uma proximidade com as oportunidades de trabalho.

Em contextos de slums já estabelecidos as oportunidades de trabalho encontram-se também, dentro do seu próprio sistema económico informal, o que leva ao seu desenvolvimento e crescimento através de mecanismos e condições próprias, geralmente auto-suficientes.

Neste sentido, prevê-se que o crescimento das áreas de slums, ou o aparecimento de novas áreas, terá sempre uma relação directa com o crescimento populacional da classe pobre, ou que já nasce dentro do slum, ou que aquando da migração rural, procura abrigo dentro de assentamentos já consolidados e em funcionamento.

Dentro do processo de fixação, o *upgrade* da habitação e a construção da nova casa é feito dentro da área do assentamento, devido a factores de coesão social, hábitos, relações de comunidade, que se tornam a base do funcionamento e crescimento do slum.

Contrariamente a este crescimento ou fixação, os novos processos de enobrecimento urbano, ou as pressões imobiliárias, podem assim impor o despejo, ou no mínimo a deslocação dos habitantes para outras áreas, gerando o sentimento de insegurança de posse.

CARACTERÍSTICAS

Para os presentes objectivos práticos desta dissertação pretende-se de uma forma resumida enumerar as características e aspectos que definem o conceito de slum.

Definições do World Bank de pobreza:

Metade da população mundial - aproximadamente 3 Biliões de pessoas - vive com, ou menos, de US\$2 por dia.

Aproximadamente 1,2 Biliões vivem em extrema pobreza com menos de US\$1 por dia.

Como aspectos negativos verifica-se as condições de habitação urbana precária que incluem: falta/insegurança de posse (derivado de ilegalidades operacionais/burocráticas na aquisição ou construção da habitação), falta de serviços básicos como água e saneamento; estruturas construtivas de risco e inseguras; overcrowding(sobrelotação); assentamento em terrenos de risco ou impróprios para construção (falta de estudos e direcção por parte das autoridades. Ex.: favelas do Rio e Caracas assentam nas encostas do morro).

No aspecto social destaca-se a concentração da pobreza, *broken families*, desemprego, exclusão física e social devido à estigmatização que advém de habitarem estas áreas. Gera-se um círculo vicioso em que o acesso a um contrato de trabalho(emprego formal) lhes é negado com base em discriminação o que impede o acesso ao crédito bancário e a hipótese de aquisição de uma moradia legal.

Identificado como um dos problemas mais graves é a falta de higiene, o que origina muitas vezes doenças ligadas à contaminação da água como a Tifóide, cólera, malária, paludismo.

Esta marginalização, é causa directa da falta de segurança e incapacidade ou falta de vontade por parte das autoridades de criarem policiamento o que pode gerar um clima propício ao crime. Contudo está também apurado que dentro dos slums a taxa de crime é baixa entre os moradores, que procuram que a comunidade seja segura. Nas favelas brasileiras são os próprios chefes de droga, que asseguram essa segurança, no sentido de lhes facilitar o negócio do tráfico de estupefacientes.

Os aspectos positivos reflectem a capacidade dos moradores de se adaptarem às adversidades económicas e naturais, na construção de habitação em lugares improváveis e na geração de rendas e de sistemas económicos próprios e auto-suficientes. Os slums são o primeiro ponto de paragem dos imigrantes- providenciam a habitação a um preço mais acessível e sem burocracias que lhes permite criar o objectivo de economizar para poder eventualmente adquirir outra habitação e serem integrados na sociedade urbana legal. A maior parte dos habitantes dos slums em cidades de países em desenvolvimento desenvolvem actividades laborais em sectores informais localizados dentro ou fora da área do slum, onde muitos empresários ou empreiteiros operam de dentro dos slums com clientes em toda a cidade. Este fenómeno deve-se a um custo de mão-de-obra mais barato, mas geralmente não-qualificada.

A miscigenação cultural cria dinâmicas e a plataforma para novas formas de expressão artística. Não é por acaso que pintores, escultores, fotógrafos e até mesmo arquitectos, sentem uma atracção pelo espírito inovador e desprendido de correntes artísticas, que os artistas dos slums produzem. Da necessidade nasce a invenção, e dentro deste principio, observa-se o resultado de soluções inovadoras, e economicamente racionais.

"However, these few positive attributes do not in any way justify the continued existence of slums and should not be an excuse for the slow progress towards the goal of adequate shelter for all".
UN-HABITAT.(2003).*The Challenge of slums:Global Report on Human Settlements 2003.*Londres, Earthscan, Introduction

AS ACTIVIDADES ECONÓMICAS DOS SLUMS

É importante dizer que nem toda a pobreza é acomodada pelos slums, e que, nem todos os habitantes dos slums são pobres. De facto, embora os conceitos de **slum e pobreza** estejam intimamente ligados, **não são de uma relação paralela, simples ou directa**. Isto porque a sua população não é homogênea, e as soluções construtivas são muito diferentes de caso para caso. Nalguns exemplos, podemos encontrar que, alguns rendimentos excedem os salários do emprego formal.

Gera-se aqui o primeiro problema de reconhecimento, identificação ou registo das actividades económicas que estão na base da subsistência destes slums. Nos slums de todo o mundo, esta diversidade varia entre professores universitários, estudantes, empregos do sector formal, trabalho em casa, e trabalho informal não declarado, até actividades marginais e ilegais. O facto de haver sempre um espírito de auto-defesa e desconfiança por parte dos moradores, leva a que o resultado dos inquéritos realizados nestas áreas tenham sempre uma grande margem de obscuridade, erro ou dúvida, e em muitos casos, torna-se difícil de realizar uma estatística baseada numa amostra pequena.

O trabalho em casa, ou a criação de pequenos negócios localizados na habitação do próprio empreendedor, ou até dentro da própria área do assentamento, reforça o fenómeno gradual de consolidação urbana destes assentamentos informais. As políticas de *self-help* e *in situ up-grading*, funcionam dentro desta economia interna, procurando operar dentro dos limites de pobreza definidos pelos próprios *dwellers*. (*slums of hope* v.s. *slums of despair*)

SLUM E A POBREZA

As condições do slum são causadas pela pobreza e pela resposta habitacional inadequada. Até certo grau, este fenómeno económico-social e as características físicas do slum, reforçam-se mutuamente. A população do slum não partilha uniformemente as mesmas necessidades e exigências. É então necessário utilizar mecanismos de interpretação/distinção dos diferentes níveis de pobreza.

A pobreza tem sido um conceito difícil de distinguir. Critérios de medida monetários em que se quantifica o valor utilizado diariamente para suprir as necessidades básicas, não captura a “natureza multidimensional da pobreza”. Isto porque, as pesquisas que traduzem a dimensão da pobreza para valores monetários, utilizando recorrentemente o dólar americano, ignoram as flutuações da moeda americana, que em determinados intervalos de tempo, pode induzir a valores errados. A apreciação de resultados considerando apenas o valor que têm disponível por dia, não reflecte também o poder de compra, que varia de região para região.

Um estudo (?) interessante, utiliza pela primeira vez um produto não alimentar, o iPod nano-8Gb, para comparar horas de trabalho necessárias para o adquirir.

Um trabalhador com um rendimento médio em Zurique ou Nova Iorque, pode comprar um nano numa loja da Apple após nove horas de trabalho, enquanto que no extremo oposto um trabalhador no Mumbai tem de trabalhar 177 horas que equivale a uma média de 20 dias com nove horas de trabalho diário.

É importante reparar que na tabelas indicativas das cidades mais caras do mundo, aparecem as megacidades que contêm os slums mais significativos.

AS RESPOSTAS AO PROBLEMA

Substituir Projectos por Processos (*upscaling slum upgrading*)

O relatório acusa as respostas anteriores a este problema, baseadas em políticas convencionais de provisão de habitação social e respectivos serviços, patrocinadas pelo estado, de se basearem num princípio errado, de que a eliminação do slum, com o respectivo despejo e recolocação dos seus habitantes, iria solucionar o problema. Estas soluções apenas pretendem atacar o problema físico do abrigo, muitas vezes motivados por objectivos políticos e imobiliários. Não pretende incidir no verdadeiro problema que está na génese do próprio slum – a pobreza. A destruição da proximidade do habitante do slum às fontes de emprego, por princípio económico, agrava os problemas aos habitantes. Recolocados nas periferias e consequentemente, mais afastados das oportunidades de trabalho da cidade em que se inseriam, ou como verificado, em grande parte dos slums, para aqueles que desenvolviam as suas actividades dentro da economia do conjunto urbano, vêm por terminado a sua única fonte de rendimento. Incapaz de cumprir as novas rendas, ou de assegurar acréscimos no orçamento familiar devido a novas necessidades de deslocações, o novo proprietário, ou arrendatário retorna ao slum.

Neste sentido o relatório pretende enfatizar a necessidade das **futuras políticas participativas**, que sejam capaz de entender e suportar o modo de vida da urbanidade dos pobres, permitindo às actividades económicas informais, que as sustentam de se desenvolverem e florescerem.

A casa torna-se, além de um abrigo, uma possível fonte de rendimento, torna-se um veículo de ambições. Habitação própria, local de trabalho, espaço de comércio, fonte de rendimento (arrendamento de parcelas/divisões), são as várias facetas da casa do slum. No mínimo, e quando o habitante é extremamente pobre, a casa torna-se o abrigo fundamental, e as despesas com a habitação têm de ser as menores possíveis dentro do orçamento familiar. Neste sentido, a deslocação do morador deste sistema para um sistema de renda social pode-se tornar pesado e impossível de manter. Sem emprego garantido no sector formal, o arrendatário pode correr o risco de ser despejado e ter de regressar ao slum. Para alguém que já possui um negócio dentro do slum, torna-se impensável sair para uma habitação do tipo apartamento social.

O lento, mas contínuo processo de melhorias das construções próprias, revela o forte sentimento de valorização da habitação como casa. Aliado a um forte espírito de comunidade, esta casa enraíza-se no lugar. As políticas que garantam o direito à propriedade, poderão empolar o processo de melhoria das habitações, através do recurso a financiamentos que não se tornem riscos, face à possibilidade de despejo.

Políticas de inserção urbana devem então, ser integradas numa macro-escala da cidade em que se inserem, assegurados por estratégias de transporte “pro-poor”, que permitam o facilitamento do acesso geográfico ao emprego/trabalho.

“Slum upgrading has therefore become a very important area of focus for the organization, with increasing emphasis being placed on policy and operational support to the following areas: scaling up of slum upgrading projects and programmes, within the context of city development strategies and through more innovative international and national financing mechanisms; urban water supply and sanitation, mainly through region-wide operational programmes; and pro-poor planning and management of the urban economy, so as to enhance income-generation opportunities for the urban poor.”

Anna Kajumulo Tibaijuka ,Executive Director ,United Nations Human Settlements Programme (UN-Habitat) in The Challenge of Slums,2003,Earthscan

AS PRESSÕES EXTERNAS

Envolvimento das autoridades locais

Um dos critérios defendidos nesta tese, prende-se com o envolvimento das autoridades locais neste processo. As autoridades e regulamentos, explicam que qualquer construção feita sem o conhecimento oficial da autoridade local, e respectivas emissões de licenças, trata-se de uma construção clandestina ou ilegal. Sendo que estes slums atingem proporções a nível urbanístico perfeitamente visíveis, a negação do conhecimento, seja oficial ou não, pretende, a auto-inimputabilidade de responsabilidades e de tomadas de medida por parte das autoridades locais/nacionais. Com o aumento da dimensão do problema, as autoridades locais, baseadas na causa que origina este assentamento, ou seja a migração rural, elevam este problema para um nível nacional, afirmando a falta de recursos económicos e humanos.

O slum não é só a manifestação do crescimento populacional, mas sim também o resultado da falha de políticas de habitação, leis e regulamentos nacionais e locais de políticas urbanas. As autoridades locais muitas vezes são vítimas dos níveis mais altos de governo que distribuem recursos de uma forma desigual no território.

Presos no mundo informal e “ilegal”, oficialmente não existem. Não pagam impostos, logo não têm direito a infra-estruturas.



Fig.4- Dharavi Slum Mumbai, Índia

III_BAIRRO DE CHÃ DE SALINAS (BARRACA)

CABO VERDE

Enquadramento geográfico

Localizada no Oceano Atlântico, a Ilha da Boavista pertence ao Arquipélago de Cabo Verde situado geograficamente a 500 km da costa ocidental de África entre o Trópico de Cancer e o Equador. Este conjunto formado por dez ilhas divide-se em dois grupos, Barlavento e Sotavento de acordo com a posição relativa ao vento dominante de Nordeste:

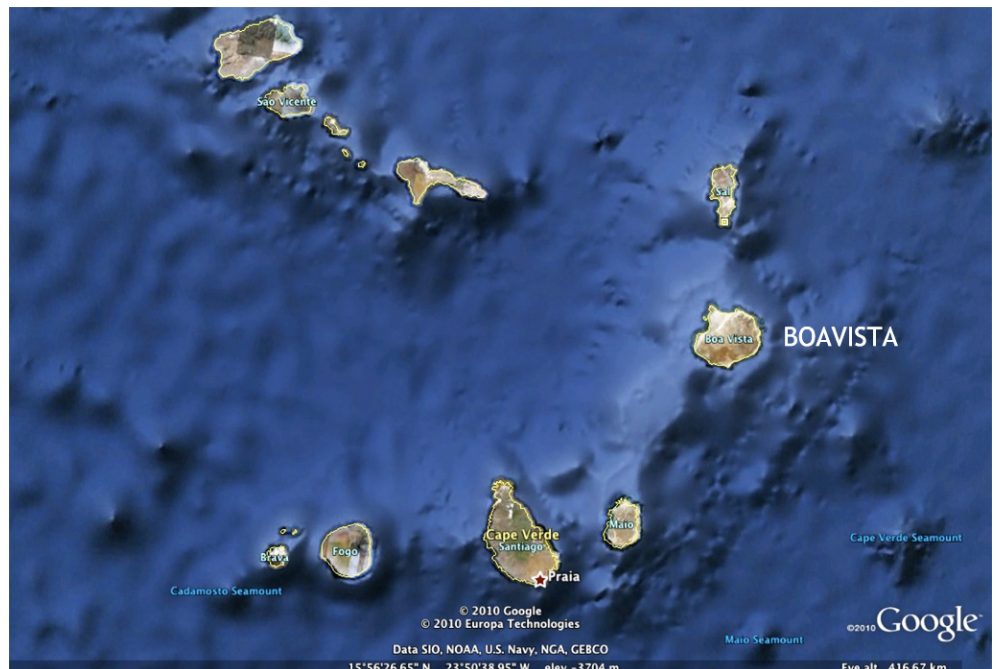


Fig.5-Arquipélago de Cabo Verde

Barlavento : Santo Antão (779 km²), S.Vicente (227 km²), Santa Luzia (35 km²), S.Nicolau (343 km²), Sal (216 km²), Boavista (620 km²);

Sotavento : Maio (269 km²), Santiago (991 km²), Fogo (476 km²) e Brava (64 km²). São no total aproximadamente 403 mil hectares, onde cerca de 10% são constituídos por terras aráveis.

São as coordenadas do arquipélago os paralelos 14 23' e 17 12' de latitude Norte e os Meridianos 22 44' e 25 22' de longitude Oeste de Greenwich.

Tem como principais vizinhos os países da Costa Ocidental Africana, nomeadamente o Senegal, a Mauritânia, a Gâmbia e a Guiné-Bissau.

Relevo

De origem vulcânica as ilhas dispostas em forma de ferradura de arco aberto para o Ocidente, são os pontos mais altos e emersos de uma larga superfície vulcânica com cerca de 165 km².

Estas pequenas ilhas possuem características topográficas próprias, com uma orografia, muitas vezes acidentada, de onde se destacam os pontos de maior altitude registados no Vulcão do Fogo (2829m), no Topo da coroa de Santo Antão (1979m) e no pico da Antónia e Serra da Malagueta em Santiago (1373m).

Dentro do conjunto destacam-se, por um relevo menos acidentado, as três ilhas mais orientais - Sal, Boavista e Maio - mais identificadas com grandes superfícies planas, com apenas alguns montes isolados, delimitadas por dunas e praias de grande extensão.

As maiores ilhas são a de Santiago, onde se situa a capital, seguida de Santo Antão, no extremo a Oriente e como terceira maior, temos a Boavista.

O relevo de cada uma, juntamente com a sua dimensão, posicionamento, e povoamento, em muito contribuiu para o delinear de um desenvolvimento de um país que é dividido por ilhas, mas unido por uma cultura comum e por um sentimento a que se referem os nativos como a “crioulidade”.

Clima

O clima é Tropical, árido e semiárido. A sua localização coloca Cabo Verde na rotas dos ventos alísios (predominantemente de nordeste) que influenciam e caracterizam as massas de ar que penetram as diferentes ilhas ao longo de três estações do ano:

Estação Seca, compreendida entre Março e Junho, com ventos de maior intensidade:

Estação Húmida, que vai desde Julho a Outubro, onde é possível a ocorrência de precipitações;

Estação de Transição, também tida como a “Invernada” ocorre durante os meses de Novembro a Fevereiro.

De notar, que a ocorrência de chuva dentro dos anos em que visitei Cabo Verde, ou seja entre 2005 e 2010, não excedia duas semanas, podendo fazer-se notar em algumas ilhas com um pouco mais de intensidade, enquanto que noutras se fizesse sentir menos.

A temperatura média anual varia entre valores de 23,8°C e 25,1°C, podendo atingir um mínimo mensal de 17,2°C em Fevereiro e um máximo de 33,1°C nos meses de Setembro e Novembro.

A humidade relativa média anual oscila entre 67% e 71% podendo os serem registadas as maiores variações nas ilhas de Sotavento (Maio, Santiago, Fogo e Brava).



Fig.6- ILHA DE S. THIAGO - Ponte-caes na cidade da Praia

História

A história deste país pode dividir-se em duas fases: a colonial que vai desde o reconhecimento da sua descoberta em 1460 até 1975 que marca a época de Independência até aos nossos dias.

A questão da descoberta ainda é objecto de discussão. É atribuída pela maior parte dos historiadores a dois navegadores ao serviço do Infante D. Henrique, António da Noli e Diogo Gomes. São atribuídas a António da Noli a descoberta das ilhas mais a Oriente - Santiago, Maio, Boavista e Sal. Em 1462 uma expedição liderada por Diogo Afonso faz o achamento do grupo de ilhas mais a ocidente - Brava, São Nicolau, Santo Antão, e São Vicente.

Logo após a sua descoberta, e pelo ano de 1462, a colonização da ilha fica a cargo de dois donatários, os mesmos responsáveis pelo seu descobrimento, que se instalam na zona sul da Santiago, mais concretamente na Ribeira Grande, local que oferecia uma fonte segura de água fresca e um porto relativamente abrigado.

A localização estratégica deste arquipélago torna-se então fundamental para a exploração da costa africana e do caminho marítimo para a Índia, assim como importante entreposto comercial e de aprovisionamento, nomeadamente no tráfico de escravos, oriundos da costa ocidental de África.

No entanto, devido ao rigor do seu clima, a par de um fraco aproveitamento agrícola a colonização desenvolveu-se também de uma forma lenta. Contudo o comércio de escravos conheceu um forte desenvolvimento, até à sua abolição na década de 80 do século XIX, o que fez diminuir o interesse no arquipélago.

Liderada por Amílcar Cabral a Luta pela Independência de Cabo Verde vincula-se à libertação da Guiné-Bissau (antiga Guiné Portuguesa) que vem consolidar os seus objectivos após o derrube da ditadura em Portugal e com o reconhecimento do Estado Português do direito de Cabo Verde à independência, em Londres no dia 26 de Agosto de 1974. Cabo Verde é governado por um partido único (PAICV) até 1990, onde é abolido o Monopartidarismo. Nesta fase pluripartidária a governação do país divide-se maioritariamente pelos dois partidos mais importantes, PAICV e MPD, disputando acesos debates entre um governo centralizador e uma oposição sempre presente.

Povoamento

A identidade cultural deste povo, molda-se associada a movimentos de povoamento, que marcam uma história sempre associada às ex-colónias portuguesas. Como ponto de passagem obrigatório para o tráfego de escravos, o seu território apresentava condições muito agrestes. Assim, uma população colonizadora maioritariamente masculina, juntamente com os nativos africanos promoveram a miscigenação que leva à criação do mulato, conhecido como o crioulo.

Ao longo da história, o Cabo Verdiano vive em flutuações migratórias, muitas vezes em procura de superar as dificuldades que o seu local de nascimento impõe. A emigração espontânea torna-se um factor caracterizador desta identidade, na forma em que transporta gostos, costumes, técnicas, e os importa de novo para Cabo Verde. Dentro do território nacional esta influencia é bem visível através do desenvolvimento das suas duas principais cidades: Praia e Mindelo. A presença de dois grandes portos, nestas duas cidades, fomentou a partilha de influências entre residentes e recém-chegados.

A diversidade sócio-cultural das diferentes ilhas decorrentes dos níveis de urbanização e de desenvolvimento, reflectem traços culturais diferenciados. A população, na sua maioria camponesa, transporta valores e comportamentos próprios de uma sociedade essencialmente rural e tradicional cujos padrões de comportamento decorrem de vários factores, nomeadamente, da natureza e condições de vida do meio rural e em crenças e atitudes tradicionais.

População e Economia

Em Cabo Verde, segundo o Censo 2000, a população foi estimada em 434.625 habitantes, onde só na Ilha de Santiago encontramos cerca de metade desta população. O crescimento populacional tem-se traduzido em valores que representam taxas de crescimento que duplicam de decénio em decénio. Sendo a taxa de emigração alta, e o facto de ser um fenómeno que retrocede até gerações do início do século, tornou-se muito natural para o cabo-verdiano o convívio com o conceito de emigração e com todas as consequências sociais derivadas da absorção de outras culturas e da importação de costumes e hábitos do estrangeiro.

Mais recentemente e com a presença de estrangeiros a residir permanentemente no país, gera-se uma nova miscigenação de hábitos, costumes, e gostos que não são introduzidos pelos emigrantes cabo-verdianos e por conseguinte sujeitos à sua própria interpretação, mas sim através de uma fonte directa de mostra.

O recurso à emigração torna-se uma procura/escapatória a uma economia frágil, sem grande sector produtivo, nem transformador. As remessas de capitais por parte da população emigrada foi durante muito tempo o combustível da actividade económica. Juntamente com a ajuda externa, estas remessas representam ainda uma importante fatia na massa monetária do país.

A partir da década de 90, e cada vez com mais intensidade, Cabo Verde procura abrir as suas portas ao investimento estrangeiro através da estabilização económica, procurando gerar um ambiente positivo para a aposta no país, nomeadamente no sector turístico e nas actividades ligadas aos transportes marítimos e aéreos, devido à sua posição estratégica entre África e a América Latina.

Cabo Verde ainda conhece bastantes entraves ao seu desenvolvimento, decorrentes dos mesmos motivos que regeram o desenvolvimento lento da época colonial. A situação geográfica, a falta de recursos naturais, a falta de água potável, escassez de terra arável,

dependência de bens alimentares importados, a importação da maior parte dos materiais de construção, constituem ainda os factores principais de estrangulamento económico.

À imagem das Ilhas Canárias, e seguindo os seus bons e maus exemplos, as ilhas do Sal, Boavista, Maio têm-se promovido como principais destinos turísticos. Isto despoletou mais um fluxo de migração interna, em direcção a estas ilhas, pelas pessoas que procuram trabalho nos hotéis recém construídos.

Contexto sócio-cultural

A diversidade sócio-cultural compõe a sociedade Cabo verdiana, que já não revela apenas as características de uma génese de base colonial. Os traços culturais diferenciados entre ilhas, desenham-se não só pela suas actividades económicas, mais rurais ou mais urbanas, mas também pela sua recepção à influência exterior, seja pela taxa de emigração dos seus habitantes, seja pela influência do turismo. Assiste-se nos principais centros urbanos de cada ilha, como a Cidade da Praia, Mindelo, Santa Maria, Sal Rei a mudança de comportamentos decorrentes de influências como o impacto da emigração externa, melhoria nos serviços e condições de vida, o crescimento da urbanidade, impulsionados por uma vontade de desenvolver o país.

Contexto económico

Como problemas estruturais pode-se de uma forma geral enunciar o grande desequilíbrio entre os recursos gerados pela produção nacional e o consumo final, uma grande dependência do exterior aliado à fragilidade do sector da agricultura. A inexistência da indústria faz predominar no sector laboral a predominância dos sectores de comércio, construção civil e dos serviços da administração pública e dos transportes e comunicações.

Insularidade e Migração

Considerando as condicionantes geográficas e sociais em que se enquadra o objecto de estudo, possuem características próprias, como sendo um país constituído por 10 ilhas, a migração têm por conseguinte uma grande influência na distribuição espacial desta população, bem como na estrutura da população dos locais de partida e de destino.

Cabo Verde tem uma dinâmica de população muito viva, em que, aliado à natalidade e à mortalidade, a migração desencadeada por razões económicas, desempenha um papel fundamental na constituição e heterogeneidades sociais dos diferentes aglomerados urbanos e rurais.

No programa dos Governos do tempo do partido único (1975-90), a política de desenvolvimento do país baseada na promoção de três polos (Praia, S. Vicente e Sal), provocou fluxos do meio rural em direcção a esses pólos, o que provocou um crescimento desmesurado e desordenado dos mesmos.

A partir dos Governos da II República, introduziu-se uma nova filosofia de planeamento regional baseado na promoção das "vocações" de cada região/ilha. Tendo em vista a fixação das populações procurou-se introduzir o princípio da descentralização através da implementação e concertação entre o Plano Nacional de Desenvolvimento, os Planos Regionais e o Ordenamento de Território. Os efeitos ainda são pouco visíveis.

Actualmente ainda se assiste a uma forte centralização dos poderes e investimentos na Ilha da capital, e a diferença de cores entre os

municípios e o Governo originam desigualdades, conflitos e bloqueios ao desenvolvimento.

Além dos fluxos internos, a partir da década de noventa, registaram-se em Cabo Verde, fluxos migratórios originários de alguns países do Continente Africano, ao abrigo do Protocolo sobre a livre circulação de pessoas, o direito de residência e de estabelecimento da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO).

Particularidades

Outras ilhas são conhecidas pelas suas particularidades. Santo Antão, São Nicolau como as Ilhas com mais vegetação, produtoras da célebre cana-de-açúcar que dá origem à aguardente nacional, o grogue. A ilha do Fogo pelo seu vulcão, ponto de maior altitude do arquipélago (2829m). São Vicente pela cultura da sua Capital, Mindelo. Em Santiago pelo centro político e económico. Lá também, encontra-se a Cidade Velha. Primeira cidade europeia fundada de raiz fora da Europa.

O PANORAMA CONSTRUTIVO EM CABO VERDE

Dentro da construção residencial em Cabo Verde , o início deste processo começa na aquisição de um lote de terreno, através da negociação com um particular ou através do requerimento para a aquisição de um lote de terreno camarário. A existência desta parcela de terreno pré-definida pressupõe a existência de planos urbanísticos, e regulamentos que enquadram todo o Direito ao aproveitamento urbanístico, o Direito de edificar e o Direito à edificação. Contudo, em Cabo Verde coexistem ambas as realidades do **legal e ilegal, do clandestino e do espontâneo**, dentro de territórios, em que ainda estão a ser definidos os Planos Directores Municipais.

Seja por novas construções ou por melhoria das habitações existentes, as áreas urbanas de Cabo Verde têm vindo a desenvolver-se e a crescer, sendo os principais centros urbanos de cada ilha os que revelam um maior crescimento urbano. Contudo, este aumento do parque habitacional, nem sempre revela um paralelismo com a qualidade arquitectónica. Por outro lado, o resultado é visível em fachadas urbanas descaracterizadas ou inacabadas.

Na grande generalidade em Cabo Verde, todas as habitações promovidas pelos nacionais, seja através de capitais próprios ou através das remessas de divisas por parte dos emigrantes, é construída por fases, com largos intervalos de paragem no tempo de construção. O reflexo imediato deste longo prazo de construção é bem visível, em diversas situações urbanas. É frequente observar-se na leitura de um quarteirão, a alternância entre o lote vazio de construção, o edifício inacabado, o edifício em execução e algumas casas terminadas.

A fim de controlar este fenómeno as autoridades impõem condições na aquisição do terreno que obriga o proprietário a cumprir prazos determinados para o início da construção dos alicerces e da base do edifício, e para, terminada essa fase, completar a construção da habitação. Contudo, a falta de fiscalização e a falta de poder executivo na aplicação das cláusulas estipuladas, por parte do poder local, contribuem para a construção de uma paisagem urbana caracterizada por edifícios “por terminar”.

A **paleta cromática** desta paisagem é o cinzento do bloco de argamassa vazado e da argamassa de assentamento que actualmente constituem os principais materiais de construção de Cabo-Verde. De facto, até chegar à fase de pintura do exterior pode-se levar vários anos.

Com o desenvolvimento da Habitação Turística Residencial, formaram-se as condições para que as pequenas e médias empresas de construção cabo-verdianas, e até mesmo alguns pequenos sub-empregados, de aumentar o capital e alvará das suas empresas de forma a poderem construir os grandes empreendimentos turísticos. Estes conjuntos edificados respondem a contratos rigorosos entre o Promotor/construtor/comprador, o que implicam finalizar a obra. Este facto tem contribuído para a alteração do cenário cinzento e inacabado da paisagem urbana, para uma cenário onde a variedade de cores parece fazer parte de uma nova identidade.

CONSTRUÇÃO

Técnicas e materiais

Na construção existem vários factores que trabalhando em conjunto criam o panorama e cultura construtiva de uma região. Apesar de haver recursos naturais mais adaptados para o clima local, muitas vezes são substituídos por elementos pré-fabricados que possibilitam uma construção mais rentável e uma volumetria maior.

Os recursos naturais do País são os seguintes: Pedra, areia, jorra vulcânica, pozolana, gesso, argila, etc. A pedra é o recurso mais abundante, destacando-se o basalto ("pedra preta") como a mais predominante, e o calcário ("pedra branca"), sendo esta mais predominante nas ilhas do Maio e da Boavista. O calcário constitui a matéria-prima para a produção de cal. A pedra é extraída e trabalhada conforme a sua natureza e uso final pretendido. É de notar que toda a utilização de pedra é intrinsecamente ligada às suas condições de transporte e manuseamento.

O método de transporte tem grande influencia no preço final da pedra, pois na ilha da Boavista não existe uma industria extractora e distribuidora de pedra, sendo esta actividade feita por alguns locais com empresas de pequena dimensão. A carga e descarga da pedra quando se trata de construção "local" é sempre realizada à mão. O transporte mais comum é a vulgarmente denominada "Dina" (Toyota Dyna), que a nível local sustenta uma pequena economia que fornece as construções pequenas.

A divulgação do uso do bloco maciço deveu-se ao facto da sua produção poder ser artesanal, o que aliado ao facto de não haver nenhuma entidade reguladora de qualidade, levou a que o uso deste elemento construtivo ter-se generalizado nas construções de rés-do-chão+1 piso. Com o uso de alguns moldes, areia apanhada localmente, "areão" e cimento, é possível, com dois trabalhadores fabricar, ao ar livre, os blocos a serem depois utilizados à medida que endurecem. Em várias construções de dois pisos, são utilizados para formarem paredes estruturais.

Incentivados por planos urbanísticos que concedem a construção de edifícios com altura superior a dois pisos, os donos de obra, em acordo com as empresas de construção adoptaram a prática construtiva do uso do betão armado e de alvenaria de bloco vazado. Estas técnicas de construção foram importadas através da engenheiros civis com formação no estrangeiro, nomeadamente em Portugal.

A aceitação da mão-de-obra a este método construtivo foi e continua a ser bastante rápida, pois tecnicamente, permite o seu domínio básico relativamente rápido, sem ser necessário o seu estudo em escolas de formação. A mão-de-obra é geralmente, formada *in situ*.

A construção tradicional em pedra e argamassa de cal viva e areia, foi progressivamente substituída pelo uso de alvenaria de bloco maciço de argamassa de cimento, e pouco tempo depois pelo uso do Betão armado e bloco vazado de cimento, aquando as exigências impuseram a construção de mais pisos, com menor tempo de execução.

O método construtivo que emprega o sistema porticado de betão armado, com paredes formadas por alvenaria de blocos vazados assentes com argamassa, constitui actualmente o toco da generalidade da construção em Cabo Verde. Sendo a técnica mais utilizada, à excepção da água, pedra, brita e em algumas ilhas, areia, todos os materiais e equipamentos de construção, têm de ser importados, pois o país carece de volume construtivo que viabiliza a produção de materiais para a construção. Contudo, tornou-se o método empregue na generalidade das construções, devido às vantagens económicas da maior rapidez de execução, quando comparada com as técnicas tradicionais,

O revestimento aplicado nas paredes, é também, de uma forma geral, o reboco constituído por argamassa fina, seguido ou não por um embarramento com massa fina à base de gesso, e terminado com pintura de tinta plástica.

Em algumas obras de grande dimensão, particularmente os grandes equipamentos hoteleiros, é empregue como material de revestimento de parede, a placa de gesso cartonado. Deve-se ao facto de serem obras construídas por empresas estrangeiras, e também devido a rapidez de execução. Com a proibição da “apanha” de areia, na maior parte das ilhas, devido à destruição das dunas, este método tem vindo a ter maior receptividade como alternativa a argamassas de areia. Algumas ilhas têm recorrido à importação de areia oriunda da Mauritânia, o que tem aumentado o custo de construção.

Em termos de vãos, a madeira como matéria-prima empregue no fabrico de janelas e portas, tem vindo a ser substituída por perfis pré-fabricados de alumínio ou PVC. Também a relação preço/tempo de execução, tem sido um factor determinante para a adopção de materiais e técnicas industriais.

A madeira é toda importada, não sendo assim um material preferível. É aplicado como estrutura de algumas pequenas coberturas revestidas a telha, como material de cofragem, e como material de acabamento de vãos interiores.

ADAPTAÇÃO AO CLIMA

A adaptação da habitação ao clima tem que passar pelo controlo de outros factores como a localização da habitação no terreno, a sua orientação, a dimensão dos vãos, e o uso de sombreamentos ou brise-soleis para diminuir o impacto da luz solar nas paredes e nos interiores das habitações. Sendo a temperatura bastante regular durante o ano, e a pouca precipitação permitir o recurso à ventilação natural do interior da habitação, acredito ser o mais importante, tentar controlar a temperatura interna para não ultrapassar o limite de conforto em termos de temperatura máxima.

"Um dos erros mais frequentes na construção no país é a inadaptação das soluções ao clima. Muitas vezes as pessoas querendo construir a casa com que sonharam ou viram algures, sem considerar a região onde ela foi construída, caem nesse erro, fazendo com que em muitas situações as suas casas sejam mais quentes do que deviam e pouco confortáveis."

LOPES, Leão (2001). *Manual Básico de Construção*, Cabo Verde, Ministério das Infraestruturas e Habitação,, p.22

BOAVISTA

Uma descrição pessoal

Na minha primeira aproximação à ilha, enquanto a sobrevoava, o que procurei observar primeiro é aquilo que mais a populariza - as suas praias. Estas desenham um fino limite, como que um contorno amarelo de areia, que contrasta com a cor acastanhada da terra e da pedra basáltica. Nesta superfície de tom ocre e acastanhado a vegetação é escassa. Nota-se que tem um pouco mais que em algumas outras ilhas, como por exemplo a Ilha do Sal, mas a sensação que permanece é de que já foi uma ilha com bastantes zonas verde e cursos de água, e agora restam só as marcas na paisagem. No tempo de chuva, os poucos dias em que se assiste à precipitação, são suficientes para cobrir esta dura paisagem com uma fina camada de vegetação, contudo efémera, quando castigada pelo sol que se mantém presente durante todo o ano.

A dimensão da ilha obriga-nos a um passeio para a conhecer. Pode-se fazer ao longo da costa, mas pessoalmente prefiro explorar o seu miolo. Inicia-se o passeio. O ponto de partida: Vila de Sal-Rei. A cor mantém-se ao longo do caminho. Essencialmente Ocre. Pontualmente encontra-se pequenos oásis de tamareiras, invadidos pelas acácias que formam os pequenos pontos verdes da paisagem. Alguns montes a Norte atribuem referências à paisagem. E mais ainda, a sua escala. Pelo seu interior perdemos a noção do mar, mudamos de escala, para mais tarde o voltar a encontrar, mas agora numa praia diferente, deserta, virgem.

Os pequenos povoados pontuam esses percursos. O isolamento é muitas vezes o sentimento que me assiste nessas visitas. As distâncias percorridas entre estes povoados são isentas de qualquer símbolo de urbanidade, à excepção da estrada de paralelo que nos indica o percurso, em várias zonas, interrompida.

O vento é uma presença constante na vida da ilha. Teoriza-se como responsável pela formação do “Deserto de Viana” e das famosas dunas da ilha, pois transporta areia proveniente do deserto do Sahara.

Cresci e vivi a maior parte da minha vida numa cidade e o que para mim caracteriza esta ilha é a ausência de urbanidade. Para outros é a presença imperturbável de um rural virgem, e intocado, que é relatado nas várias descrições da ilha.



Fig.7 - Praia de Santa Mónica, Boavista



Fig.8 - Deserto de Viana, Boavista



Fig.9 - Sal Rei, vista de satélite

ENQUADRAMENTO DO OBJECTO DE ESTUDO

O Bairro de Chã de Salinas, é localizado na zona de expansão urbana da Vila de Sal Rei, na Ilha da Boavista.

A Ilha da Boavista posiciona-se geograficamente a 50Km a sul da Ilha do Sal e a 460Km da Costa Africana, sendo a ilha mais a Oriente do Arquipélago.

Com uma superfície de 620 km², é a terceira maior ilha do arquipélago e, tal como o Sal e Maio, é plana, à excepção de um maciço rochoso situado a oriente, que atinge o píncaro no Pico d'Estância, com 390 metros de altura.

No entanto a sua dimensão é inversamente proporcional ao seu número de habitantes, que caracteriza uma das mais baixas densidades do Arquipélago. Segundo o *censo 2000* ⁽³⁾, contabilizaram- na Ilha da Boavista aproximadamente 4155 pessoas. Este estudo foi realizado antes do estado actual do Bairro de Chã de Salinas, que segundo o inquérito ⁽⁴⁾, realizado em Dezembro de 2009, neste assentamento, foram identificados 2800 indivíduos. Isto representa uma população na Ilha da Boavista, com valores a rondar os 7000 habitantes.

Breve nota histórica

Após a sua descoberta em 1460, até aos princípios do séc XVII, as actividades desenvolvidas na Boavista se relacionavam com a criação de gado e exportação dos produtos derivados desta actividade.

A primeira povoação a ser sediada na ilha é localizada a sul, entre o monte Estância e a Praia de Santa Mónica. Esta povoação conhece a partir de 1620 alguma prosperidade através da exploração do sal, contudo os sucessivos ataques levam que em meados de 1820, a sua população tenha migrado para o Porto Inglês (actual sal-Rei), onde foi construído um forte no Ilhéu que a confronta para efeitos de protecção.

No livro "Madeira, Cabo Verde e Guiné (1891)", o autor, João Augusto Martins, relata a existência de três portos, de onde se destaca a importância do porto de Sal Rei, em detrimento do porto localizado junto à povoação de S. João, descrito como extremamente perigoso, e o porto do Curralinho, situado na costa sudeste da ilha, como sendo pouco frequentado.

⁽³⁾ INE. (2000). *Censo 2000 - Migrações*, Instituto Nacional de Estatística-Gabinete Censo 2000, Praia. pag.32

⁽⁴⁾ AFROSONDAGEM. (2009). *Estudo sócio-ecocómico: Chã de Salinas na Boavista*, Afrosondagem Lda. Pag.4

"É constituída por um só concelho, compreendendo duas freguezias (de Santa Izabel e S.João Baptista) povoadas por 4:000 habitantes distribuidos por 320 fogos.
A sua povoação principal é a de Sal-Rei, que apresenta ainda hoje as ruínas do seu primitivo fastigio e que se acha situada muito próxima das salinas d'onde se tira o sal da Boa Vista."

MARTINS, João Augusto. (1891). *Madeira, Cabo Verde e Guiné* (1981), Livraria de Antonio Maria Pereira, pag.139.



Fig.10 - Boavista

A sua paisagem costeira é caracterizada por dunas altas flutuantes de areia branca, embelezadas ocasionalmente por oásis de tamareiras e lagoas. O interior da ilha alterna desertos de areia com planícies rochosas (a Norte). A orla marítima é envolvida por um anel de recifes de corais e rochas com forte campo magnético - o que, no seu passado colonial, contribuiu para o desnorte de muitas embarcações.

Devido às suas características naturais increve-se dentro do grupo das três ilhas (Sal, Boavista, Maio) com o maior potencial de ser desenvolvido um turismo vocacionado para as praias e um clima quente.

Os povoados e aglomerados urbanos mantêm a mesma estrutura base de formação, e o seu desenvolvimento actual prende-se com o upgrade que se pretende fazer às suas acessibilidades, através da construção de um anel viário de ligação. A especulação imobiliária, empolada pelo novo interesse turístico a nível internacional na ilha, é causa directa pelo aparecimento e crescimento de áreas de expansão urbana das principais vilas.

Actualmente, pode considerar-se que atrás da sua organização territorial, e das novas vias e equipamentos estruturantes, podemos diferenciar duas facetas da Ilha.

Uma, na continuidade histórica e cultural da ilha, é representada pelo seu centro urbano principal, e pelos pequenos povoados.

A outra faceta, oferece a ilha como um produto turístico, onde nas zonas de maior beleza natural, são construídos os equipamentos hoteleiros, de grande dimensão, que com uma rotação semanal, alojam entre 1500 a 2500 pessoas. As novas infra-estruturas que permitiram a viabilidade destes equipamentos hoteleiros, trazem também os benefícios para a comunidade local. O Aeroporto Internacional, a expansão do Porto de Sal Rei, a via estruturante de ligação entre a vila e a praia de Santa Mónica delineiam os novos movimentos económicos e sociais da ilha, criando novas oportunidades de trabalho, pressões e especulações no mercado imobiliário, e novos dinamismos nos fluxos migratórios.

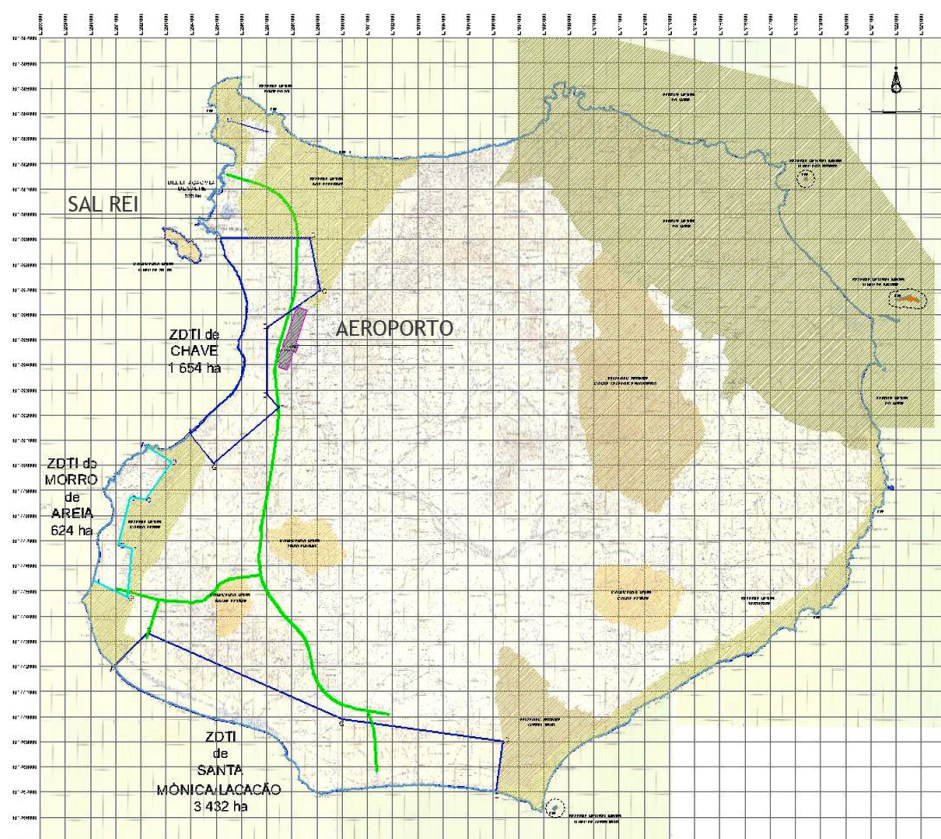
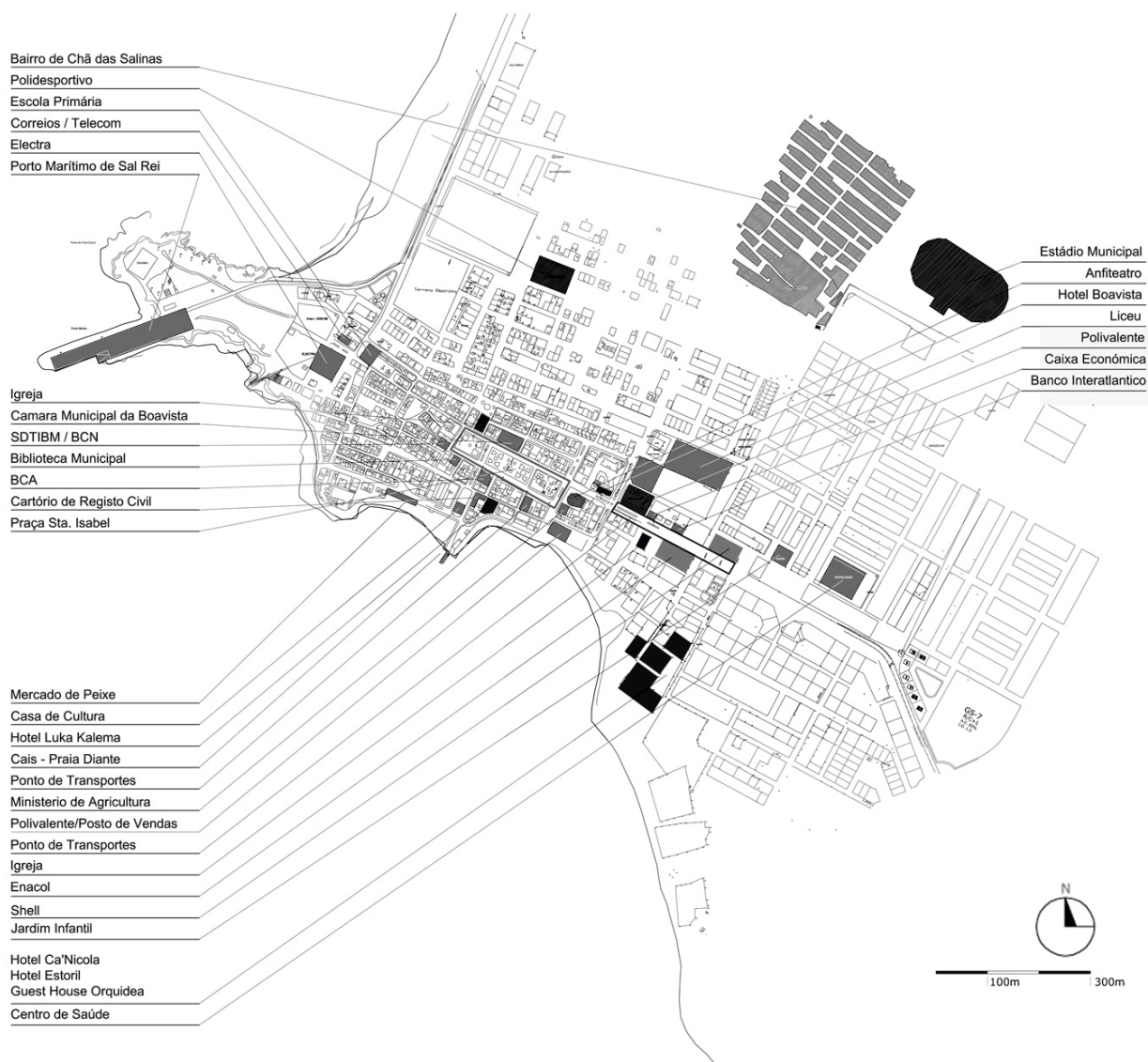


Fig.11 – Boavista, Planta de Localização de Zonas Turísticas Especiais (ZTE)

A vila de Sal Rei

A vila de Sal Rei tem acompanhado estas transformações, mantendo-se como principal centro urbano, onde se localizam os principais serviços públicos e privados. A promoção da ilha como destino turístico, aliado a uma especulação imobiliária forte, e um poder local ambicioso, definiu as zonas de expansão urbana da ilha como áreas de uso habitacional. Estes territórios em desenvolvimento apoiam-se na vila, desenvolvendo-se a partir deste aglomerado, ocupando por sucessivas etapas as linhas de frente marítima.

A zona consolidada da ilha mantém a sua estrutura histórica, onde o a Praça Santa Isabel se configura como uma centralidade urbana forte, a vários níveis da sua utilização, pois concentra os edifícios públicos mais representativos, e onde se organizam todas as actividades festivas e sociais da comunidade.



PLANTA DE INSERÇÃO URBANA .1
Identificação dos Equipamentos principais
Sal REI - 2010

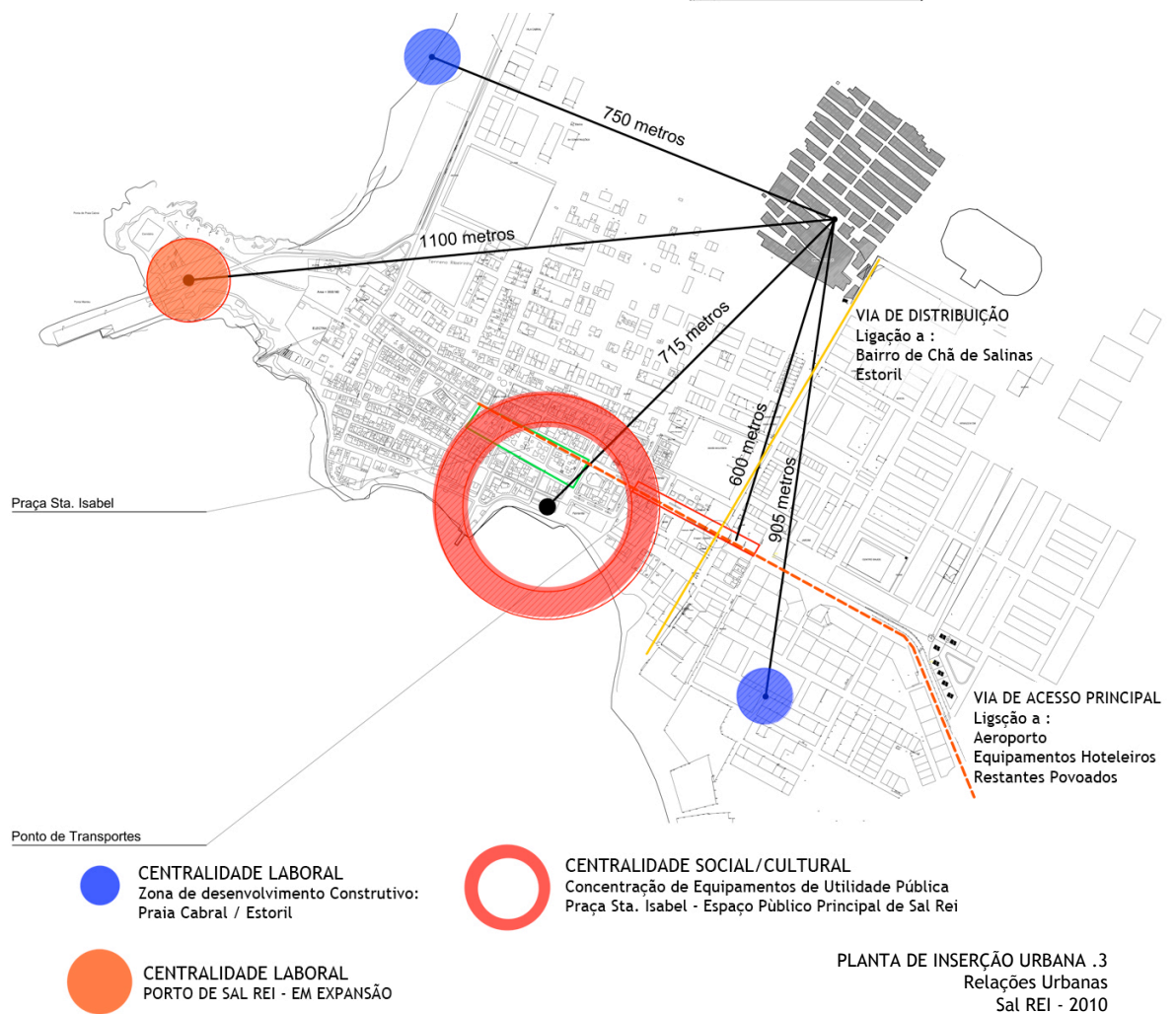
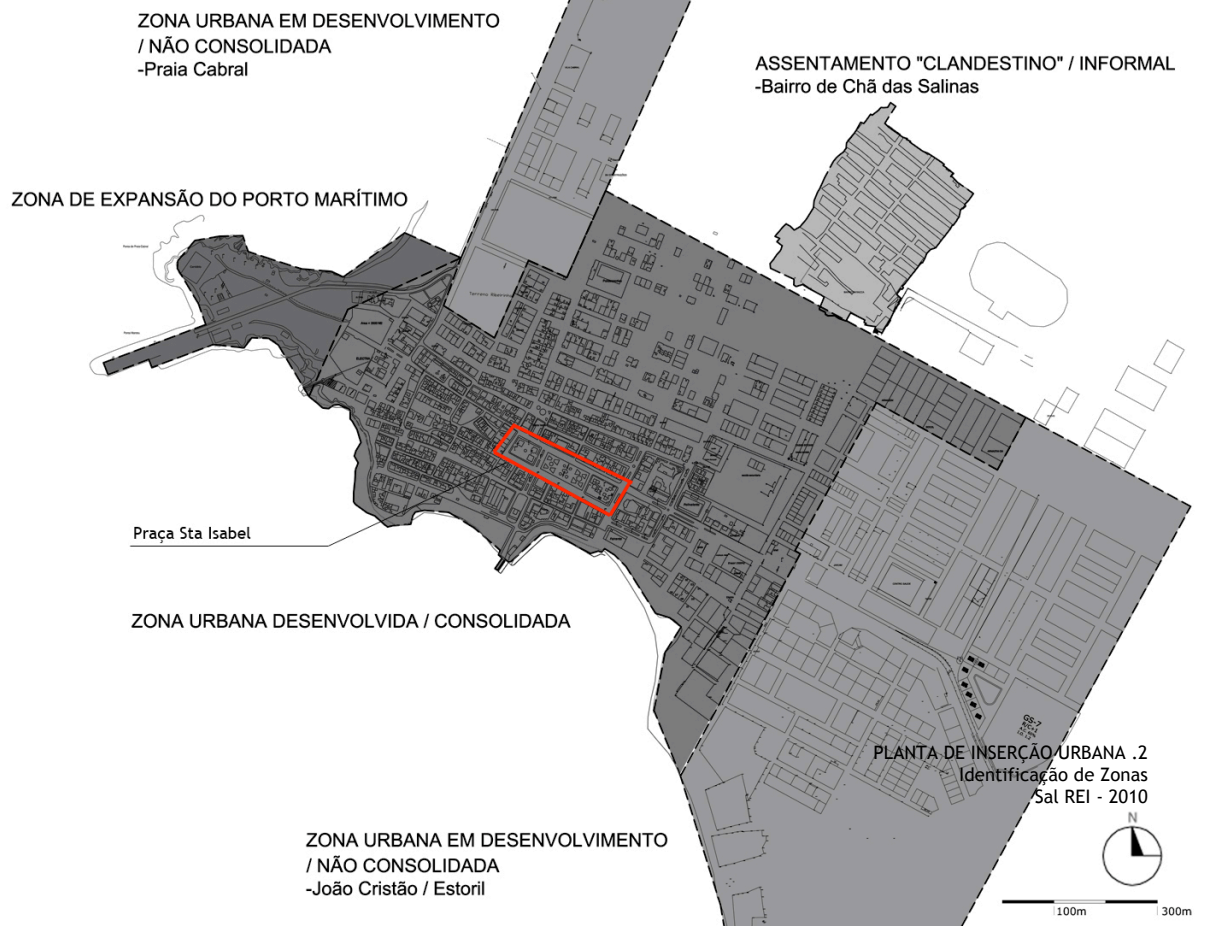




Fig.14- Cruzamento da via principal com a via de acesso ao bairro. Ponto de Transportes .1



Fig.15- Via de acesso ao Bairro de Chã de Salinas. Vista do Liceu. .2



Fig.16 - Vista da Fachada sul do Bairro De Chã de Salinas

.3



Fig.17 - Vista da Fachada sul do Bairro de Chã de Salinas

.4



Fig.18 - Vista do Estádio Municipal

.5



Fig. 19 - Praça Sta. Isabel
Vista do Jardim Infantl

.6



Fig.20 - Praça Sta. Isabel

.7



Fig.21 - Habitação social

.8

CARACTERIZAÇÃO DO OBJECTO DE ESTUDO

O **Bairro de Chã de Salinas** localiza-se a Oeste da área urbana consolidada da Vila de Sal Rei. Ocupa na zona de expansão da vila uma posição central, em que a Sudoeste da sua localização, e no sentido interior da ilha, se desenvolve a área industrial, e nas restantes direcções, no sentido da costa, situam-se as áreas onde se localizam as habitações.

Para efeitos de análise e avaliação, as noções de distância têm que ser entendidas dentro do sentido de escala do habitante natural de Cabo Verde. Pode-se então, a partir da sua posição central, desenhar uma circunferência de relações métricas em que as distancias ao principal centro da vila, e às zonas em transformação, são compreendidas num intervalo entre setecentos e mil metros. Contudo, considerando que as distancias dos limites da mancha construída da vila até ao seu centro, são inferiores a mil metros, os percursos efectuados dentro da vila são sempre relativamente curtos. O que, até certo ponto, leva os habitantes da vila a considerar que o Bairro da Barraca não se situa dentro da vila, por ser, no seu entendimento, um pouco longe. Para os moradores do Bairro o sentimento de separação é mútuo, bastante explícito no seu próprio discurso quando afirmam que, determinada pessoa mora na vila, ou que têm que vir à vila. Esta noção de distância é agravada, principalmente, quando não existem meios físicos, como estradas, para se aceder a algum ponto.

No caso do BCS (Bairro de Chã de Salinas), a forma mais comum de acesso é pedonal, realizada de forma aleatória pelo terreno, pois apenas existe uma única estrada de acesso ao bairro. Os percursos casuais, devem-se também, ao facto da situação económica da quase totalidade dos seus moradores não lhes permitir a aquisição de uma viatura automóvel, o que os leva a escolher o caminho mais curto, mesmo que signifique o atravessamento de terrenos baldios.

Esta infra-estrutura rodoviária, que se pode considerar como o único acesso físico com desenho urbano, é uma estrada calçetada, que se pode ler como sendo uma linha de ligação entre o Bairro e a estrada principal de acesso à vila.

A nível de implantação, este assentamento desenha uma mancha densa e concentrada, o que confere à volumetria do Bairro de Chã de Salinas uma forma compacta, como que um único corpo edificado. Com uma implantação muito aproximada a um quadrilátero, pode-se considerar que volumetricamente, é definido através de quatro fachadas, onde a sua forte densidade e desenho informal, lhes conferem uma forte continuidade, onde apenas pequenas aberturas dissimuladas deixam antever a sua configuração interna.

O facto de se encontrar em zona de terrenos baldios, a sua envolvente é ainda desprovida de construções. Esta mancha de terreno livre circundante, cria uma área de perímetro, que funciona como um fosso entre a vila consolidada e este conjunto urbano.

Este conjunto de características acima descrito, que envolvem a sua massa edificada, a sua posição geográfica, a falta de urbanidade vizinha e a falta de ligações e amarras urbanas fazem perceber o BCS como um **apêndice** da malha urbana consolidada da vila.

Como intenção, o seu carácter de **isolamento**, é fundamental na estratégia inicial de fixação, mas o desenvolvimento e enraizamento da comunidade acaba por criar estigmas e relações de discriminação entre os habitantes da vila e os recém-chegados.

A sua **dimensão** circuncreve-se dentro de uma área de 111 917m², que corresponde aproximadamente a 19,8% da área consolidada da vila.







A formação do Bairro data possivelmente entre 2002 e 2004, não tendo sido possível precisar a data da instalação das primeiras construções precárias. Por observação de imagem em satélite de 2005 do google earth, conclui-se que ainda existia apenas 20% da estrutura actual, disposta ainda de uma forma aleatória no terreno, sem o carácter denso actual. Assiste-se ao seu maior desenvolvimento entre 2005 e 2008, paralelamente ao crescimento do mercado imobiliário e de construção. A partir de 2005, a Boavista procura projectar-se como uma futura potência turística, aliado à abertura do novo aeroporto internacional. Este impulso económico fez aumentar a migração em direcção a esta ilha, o que teve como consequência directa o aumento da população da Barraca.

Estas duas fases de desenvolvimento podem ser observadas nas características distintas das manchas de implantação na planta do assentamento.

É claramente perceptível, na sua área a Sudeste, uma mancha mais densa e compacta, sem traçado claro de ruas, de limites irregulares. Esta parte, que corresponde à primeira fase do assentamento, revela um crescimento operado através do somatório de pequenos acrescentos, agregados ao existente. As construções são térreas, de qualidade extremamente precária, compostos por restos de material de obra, assentes directamente no terreno. Espaço sobrando entre algumas paredes de bloco, a rua não tem importância. Torna-se o espaço mínimo de passagem de acesso à moradia. Considerado como potencial ou possível espaço de ocupação, foi aproveitado até ao extremo do utilizável. A passagem de veículos nestes estreitos acessos é difícil, sendo impossível a inversão de marcha. Não existem também atravessamentos.

Esta configuração é completamente espontânea, movida por várias vontades próprias, e o resultado aparentemente confuso, ou pelo menos para quem o observa exteriormente, é uma forma de defesa. Esta zona da Barraca que ocupa a frente a sul, é a fronteira visual em contacto com a vila.

Representa como dito anteriormente a primeira manifestação da ilegalidade de ocupação de um terreno. Como habitações dispersas poderiam ser passíveis de serem eliminadas. Com a construção através da agregação ao existente, tanto é mais económico, como também o processo de crescimento aparece dissimulado na densa confusão de fachadas aleatórias. Eliminar uma implicaria eliminar todas, o que a nível político poderia originar processos de resolução de realojamentos mais difíceis. Os pequenos e sucessivos crescimentos são aqueles que além de serem apenas os únicos possíveis pela condição económica dos seus promotores, constituem também o processo de aumento natural que caracterizam o crescimento da barraca como uma massa individual.



Fig.22 - Barraca: Vista da frente sul. Época de chuvas



Fig.23 - Barraca: construção precária

O seu **crescimento** operou-se a uma cota plana, devido à conjunção entre as características topográficas do terreno e à disponibilidade de áreas para ocupar. Desenvolveu-se no sentido noroeste, em direcção oposta à malha urbana consolidada da vila.

A **segunda fase de expansão** retrata este crescimento, que associado à intervenção do poder local, definiu alinhamentos de implantação. Não obstante, a nuvem de ilegalidade mantém-se, sendo em vários casos, negado o conhecimento oficial das novas construções. A nível de desenho urbano, com as irregularidades que caracterizam este tipo de slums, a implantação fez-se procurando respeitar um loteamento de desenho ortogonal.

No eixo de separação destas duas partes, desenha-se um espaço público, denominado localmente por “coração di barraca”. Caracteriza-se mais por ser um espaço definido pela ausência de construção, do que ter sido planeado ou pensado para funcionar como lugar público.

Na implantação da segunda fase de desenvolvimento, é possível notar, que houve a tentativa de um desenho de ruas e lotes, de certo regulado pelas autoridades locais, e que há, em bastantes casos, o esforço de uma implantação correcta no terreno. Contudo, o poder local, continua a referir-se ao Bairro de Chã das Salinas como clandestino e ilegal. O processo de formação desta mancha, revela a preocupação na definição e implantação de quarteirões, através dum processo de loteamento. A análise feita do resultado, como não satisfatório devido a várias irregularidades, e ao facto de não se encontrar nenhum indício de que houve a vontade de construir a rua, como delimitador dos lotes, leva a concluir que o objectivo deste processo de urbanização foi então a construção de casas, em áreas definidas por lotes, aonde o espaço entre os quarteirões seria a rua. Dentro de um contexto de ilegalidade e de falta de fiscalização, este tipo de processo, origina, muitas vezes, a ocupação desse corredor espacial entendido como rua, para se construir habitações. Com o agravamento/expansão destas atitudes, são gerados os verdadeiros labirintos que compõem o tecido urbano de muitos dos slums semelhantes a este.

A **topografia** geral do terreno onde este bairro está implantado é na sua generalidade plana. Só ao longo do limite Nordeste do Bairro, é que se observa uma elevação no terreno, com uma diferença de cotas em relação à cota média do terreno do assentamento, de sensivelmente de dois metros. As habitações localizadas nesta área seguiram os alinhamentos gerais da implantação, e assim assentam directamente no terreno, acompanhando o aumento da cota das curvas de nível. É de notar que alguns moradores nesta zona em declive sentem uma maior segurança em relação à chuva, pois não correm o risco das suas entradas estarem abaixo da cota média do terreno.

A cota média do terreno deste assentamento, tem um valor em geral, 50 cm abaixo da cota da estrada que lhe dá acesso. Em tempo de chuva, pode-se observar que devido à saturação do próprio terreno, cria-se uma zona de alagamento, em que o escoamento da água à superfície só é possível através de drenagem ou através de processos mecânicos de remoção de água.

A nível de composição do terreno, pode-se observar que a superfície é constituída por uma camada de areia grossa, que se estende até 80cm a 120cm de profundidade. Esta observação é de carácter empírico, registada nas escavações realizadas para a construção de muros de fundação. A própria elevação do terreno a Nordeste do bairro tem a mesma composição de areia grossa. De certa forma, revela que os construtores das casas edificadas nesta elevação não dispunham de meios necessários para realizarem escavações, em muitos casos assentando a base directamente no terreno, sem muros de fundação.

De uma forma geral, as características construtivas das habitações do Bairro de Chã de Salinas são resultado de um conjunto de condicionantes que se prendem com a topografia e composição do terreno, com a falta de recursos a nível de materiais e ferramentas, e com uma condição inerente de ilegalidade. Com o receio de embargos, esta condição obriga a uma velocidade de construção, que naturalmente origina a adulteração dos processos construtivos em função da rapidez.

Para se entender o que é considerado aqui, como uma contradição construtiva, basta entender que é possível encontrar uma casa, com um nível de acabamento com reboco exterior e interior, cobertura em laje de betão armado, contudo com uma base de fundação deficiente e com a cota de soleira quase ao nível do terreno. Neste sentido, qualquer intervenção neste panorama, e nas 800 habitações identificadas, a análise das habitações é remetida à expressão comum de que “cada casa é um caso”.

Para os objectivos desta dissertação, a análise das habitações é orientada, não no sentido individual de cada habitação, mas na compreensão dos elementos construtivos que constituem a habitação básica e elementar deste assentamento.



Fig.24 - Barraca: Vista da Igreja



Fig.25 - Barraca: Eixo de separação



Fig.26 - Djunta D'mon : Construção ilegal de base de fundação



Fig.27 - Base de Fundação em pedra basáltica

De uma forma sintética, a nível construtivo, foram observados os seguintes aspectos:

- a **base** de assentamento da edificação e respectiva **cota de soleira**;
- os alinhamentos da **implantação**;
- a existência de **estrutura** em betão armado;
- material e **qualidade construtiva das paredes**;
- tipo de **cobertura**.

Como foi exposto anteriormente, a identidade dum slum, desde a sua dimensão social à sua representação física, está sempre sujeito à interacção dos sujeitos recém-chegados, e dos hábitos construtivos do local de chegada.

Na prática geral da construção na Ilha da Boavista, em edifícios com altura de 2 pisos (rés-do-chão+1), a estrutura assenta em muros de fundação, constituídos por uma alvenaria de pedra basáltica e argamassa de cimento. Pode ou não, conforme o projecto de estabilidade, serem construídas sapatas em betão armado. Esta técnica de construção implica então, a compra, o transporte, e aparelhamento da pedra basáltica, assim denominada de “pedra dura”, pelos operários locais. O custo acrescido com a realização deste muro de fundação é dificilmente suportado pelo proprietário/construtor da casa. Além disso, outro factor, que exclui a construção de fundações, tem a haver com a necessidade de rapidez de construção, com o receio da fiscalização poder embargar a obra.

A falta de orientação por parte de técnicos, pertencentes ou não, aos quadros técnicos da Câmara Municipal, origina também, na fase de implantação da casa, os alinhamentos errados, a apropriação de espaços nas vias de passagem, e a errada marcação da cota de soleira. Este conjunto de questões é crucial na decisão de remodelar ou remover uma habitação neste assentamento. Como dito anteriormente, o nível médio do terreno encontra-se abaixo da cota da estrada de acesso. Por conseguinte na marcação da cota de soleira deveria ter-se em conta a relação entre a futura cota da via que delimita o lote e a estrada de acesso. O não cumprimento deste processo origina a inundações no interior das casas na época das chuvas. A falta de regularidade entre cotas de soleira, ao longo da via que as delimita, implica no futuro, uma grande dificuldade de se construir a via, pelo menos sem a implicação de sistemas rede de drenagem de água altamente custosos. Existe no Bairro de Chã de Salinas, exemplos das várias atitudes em relação à construção de uma base de fundação. As casas edificadas com este sistema, normalmente pertencem a um oficial de obra, que normalmente pode até exercer o cargo de encarregado de obra, e por conseguinte possui uma melhor condição económica, e um maior rigor na aplicação dos processos construtivos. Revelam além disso, a vontade de expandir a casa para pisos superiores.



Fig.26 - Habitação unifamiliar no Bairro de Chã de Salinas



Fig.28 - Barraca : zona da 1ª fase de desenvolvimento

Em termos estruturais, ainda se encontra em prática em algumas construções da ilha da Boavista, o recurso a paredes portantes em blocos maciços de argamassa de cimento. A introdução da estrutura em betão armado, fez-se em conjugação com o sistema de parede portante. Este método é visível no processo de construção, em que primeiro são erguidas as paredes, que são utilizadas com o parte da cofragem do pilar. Assim, com a betonagem do pilar, este elemento estrutural fica a trabalhar juntamente com a parede. Como prática geral utilizam-se pilares de 20cmx20cm de secção, que correspondem às mesmas medidas do “Bloco de 20” (20cmx20cmx40cm). A introdução do bloco vazado, no mercado de materiais de construção, permitiu uma maior velocidade de obra, mas ao mesmo tempo obriga à construção de um sistema estrutural porticado independente, em betão armado. A adulteração deste sistema é ainda visível, pois é frequente observar paredes em alvenaria de bloco vazado serem erguidas primeiro que os pilares, no sentido de servirem como cofragem perdida aos próprios pilares que delimitam. No BCS todos os processos são levados à adulteração extrema, orientados segundo os recursos económicos dos proprietários. É possível encontrar todos os sistemas de estrutura e paredes, por vezes, até no mesmo edifício. No lado positivo, o uso do bloco de argamassa, revela uma preocupação geral de criar uma habitação com alguma dignidade e estabilidade.

A nível de coberturas, na sua generalidade apresentam um mau estado. Sendo a laje de betão a cobertura considerada pelos residentes, como a cobertura mais duradoura e resistente, é também a mais cara dos tipos de cobertura utilizados neste assentamento. Tendo em conta, que a época das chuvas dura em média duas a três semanas, com uma intensidade baixa, a cobertura responde essencialmente às necessidades básicas de protecção. De facto, durante a época de chuvas é comum o aluimento das coberturas precárias, que são imediatamente substituídas. Do ponto de vista de custo, é para muitos dos residentes, preferível este tipo solução temporária, com o reforço e/ou remodelação contínua.

A importação e aplicação dos processos construtivos através de métodos empíricos, por parte de mão-de-obra não especializada, aliado aos fracos recursos económicos, caracteriza na generalidade o mau resultado da maioria das edificações.

Devido à dimensão do assentamento, à sua composição urbana informal e não registada, e principalmente ao facto de que cada casa é um caso, o levantamento individual de cada situação teria de ser efectuado por uma equipa de vários profissionais, desde arquitectos, engenheiros civis, técnicos de construção, topógrafos, sociólogos, educadores sociais, entre outros. Ou seja, uma equipa multidisciplinar capaz de compreender e traduzir as várias facetas de um conjunto urbano como este.

O único estudo de que se conhece, que procurou realizar o primeiro levantamento geral sobre a situação sócio-económica do bairro, denominado de **“Estudo sócio-económico em Chã de Salinas na Boavista”**, foi realizado pela empresa Afrosondagem, a pedido do Ministério de Descentralização, Habitação e Ordenamento do Território.

Realizado em Dezembro de 2009, foram inquiridos os próprios residentes sobre questões relacionadas com os seguintes aspectos: i) Condições das habitações ii) Níveis de conforto dos residentes; iii) Regime de propriedade dos terrenos e habitações; iv) Predisposição para residir na Boa Vista; v) Capacidade de solvabilidade para aquisição de habitação; vi) características sócio-demográficas dos residentes; vii) níveis de despesas e de rendimento, entre muitos outros aspectos.

O recurso e a exposição dos dados deste estudo, nesta prova, prende-se essencialmente com dois motivos. Dentro da metodologia defendida, de um projecto interdisciplinar de carácter participativo, a recolha das opiniões dos residentes é fundamental. Neste caso, a recolha foi abrangente à quase totalidade dos residentes. O que explica o segundo motivo, mais de ordem prática. O levantamento destas informações implicou a coordenação de duas equipas no terreno, apoiadas por técnicos da Câmara Municipal da Boavista. O inquérito foi realizado entre 14 e 20 de Dezembro de 2009, por 1 coordenador, 2 supervisores, e 10 inquiridores.

Contudo, e apesar do rigor do trabalho realizado neste inquérito e apresentado sobre a forma de um relatório final, pretende-se nesta prova apenas considerar a sua dimensão descritiva, colocando algumas ressalvas em relação às avaliações qualitativas sobre as características estruturais e construtivas das habitações, por não ser explícito que os inquiridores possuísem capacidades técnicas ou formação na área de construção, capaz de um levantamento correcto.

Procurando manter o sentido projectual da dissertação, os resultados deste inquérito são apresentados em seguida, sob a forma de transcrição, com o objectivo de uma leitura sintética das características construtivas gerais e demográficas do assentamento em estudo.

“Foram realizadas 800 entrevistas das quais 43 ficaram por registar informações de natureza individual devido à ausência dos residentes. Ou seja, existe informação disponível para 800 alojamentos e para 754 famílias. A ausência dos 43 respondentes dos agregados em falta prende-se com razões várias mas que têm a ver com a ausência das famílias da ilha da Boa Vista até ao dia 26 de Dezembro quando foi feita a última tentativa.”

AFROSONDAGEM.(2009). *Estudo sócio-ecológico:Chã de Salinas na Boavista*, Afrosondagem Lda. p.7

“Se tivermos em conta que não foram recenseadas 43 famílias, provavelmente o número de indivíduos no bairro aproxima-se dos 2.800 indivíduos.”

AFROSONDAGEM.(2009). *Estudo sócio-ecológico:Chã de Salinas na Boavista*, Afrosondagem Lda. p.31

“Apenas 4% dos indivíduos nasceu na Boa Vista. Em partes iguais os moradores do bairro são nascidos no estrangeiro e em outras ilhas de Cabo Verde. Os países africanos (especialmente a Guiné-Bissau e o Senegal) são responsáveis por praticamente todos os estrangeiros do bairro.”

AFROSONDAGEM.(2009). *Estudo sócio-ecocómico:Chã de Salinas na Boavista*, Afrosondagem Lda. p.32

Caracterização construtiva

Actividades colectivas: *“No bairro de Chã de Salinas, existem cerca de 32 lojas, ou estabelecimentos equiparados, e 4 mini-mercados. As restantes actividades comerciais referem-se a carpintarias, oficinas, vídeo-clubes e bares, todos em número consideravelmente menor que as lojas. Para além disso, existem ainda 1 chafariz para a satisfação das necessidades em água potável e 2 igrejas para satisfação das necessidades espirituais.”*

AFROSONDAGEM.(2009). *Estudo sócio-ecocómico:Chã de Salinas na Boavista*, Afrosondagem Lda. p.8

Características de Habitação: *“A maioria dos alojamentos, à semelhança do que se passa no território nacional, são do tipo casa individual (86%). Nenhuma das restantes categorias inquiridas têm peso importante. No entanto, 4% situam-se em prédios e 1% em duplexes. Note-se que cerca de 9% são construções de outro tipo, sendo na quase totalidade contentores adaptados para habitação.”*

AFROSONDAGEM.(2009). *Estudo sócio-ecocómico:Chã de Salinas na Boavista*, Afrosondagem Lda. p.10

Usos: *“Como seria de esperar, a larga maioria das habitações tem por finalidade exclusiva a residência (91%), contra 2% que têm por finalidade uma actividade comercial. 7% têm essa dupla finalidade.”*

AFROSONDAGEM.(2009). *Estudo sócio-ecocómico:Chã de Salinas na Boavista*, Afrosondagem Lda. p.11

Acabamentos: *“Em termos de acabamento constata-se que cerca de 6 em cada 10 habitações limitam-se a um acabamento tipo rústico ou seja sem reboco e com blocos de cimento à vista (58%). Pelo contrário, apenas 30% das habitações são maioritariamente rebocadas. Cerca de 4% são de lata ou latão e 8% de outro material, e.g. como madeira, entre outros.”*

AFROSONDAGEM.(2009). *Estudo sócio-ecocómico:Chã de Salinas na Boavista*, Afrosondagem Lda. p.12

“Mais de metade das habitações apresenta-se por concluir, o que dá um aspecto relativamente degradado ao bairro. Cerca de 53% das habitações encontram-se por concluir, às quais devem ser adicionadas mais 32% que se encontram concluídas mas sem pintura, elevando-se por isso a 85% a proporção de habitações não concluídas.”

AFROSONDAGEM.(2009). *Estudo sócio-ecocómico:Chã de Salinas na Boavista*, Afrosondagem Lda. p.14

Acessibilidades: *“A proporção de alojamento em que não é possível o acesso de viaturas até à porta da casa é de 20%, valor esse que é relativamente elevado se considerarmos que se trata de uma zona plana.”*

AFROSONDAGEM.(2009). *Estudo sócio-ecocómico:Chã de Salinas na Boavista*, Afrosondagem Lda. p.14

Cobertura: *“O estado da cobertura das habitações será porventura aquele que apresenta piores resultados. Na verdade, cerca de 4/5 das habitações apresentam uma cobertura em mau estado ou em material*

provisório. Cerca de 2/3 apresentam mesmo uma cobertura deficiente. No entanto, de destacar pela positiva que, ainda assim, 42% apresentam coberturas definitivas contra 58% que apresentam coberturas de material provisório.”

AFROSONDAGEM.(2009). *Estudo sócio-ecocómico:Chã de Salinas na Boavista*, Afrosondagem Lda. p.15

Áreas de expansão: *“Cerca de metade (51%) das habitações não tem área de expansão nem para cima nem para os lados. No entanto, 1 em cada 3 habitações pode crescer para cima e 15% podem expandir-se para os lados, o que mostra um potencial importante ainda existente para expansão no bairro.”*

AFROSONDAGEM.(2009). *Estudo sócio-ecocómico:Chã de Salinas na Boavista*, Afrosondagem Lda. p.16

Pintura: *“Mais de 2/3 das habitações não são pintadas (67%), predominando claramente a cor cinzenta no bairro. Ademais, cerca de 10% são rebocadas mas não são pintadas. Este aspecto acinzentado do bairro é a sua principal característica distintiva. Apenas 9% das habitações são completamente pintadas.”*

AFROSONDAGEM.(2009). *Estudo sócio-ecocómico:Chã de Salinas na Boavista*, Afrosondagem Lda. p.17

Infra-estruturas: *“As condições de habitabilidade no bairro são verdadeiramente pobres. Na verdade, não há água da rede pública no bairro, recorrendo os habitantes ao chafariz, e apenas cerca de 1/3 têm electricidade. Esta é fornecida por moradores que possuem geradores e que fornecem o serviço aos vizinhos cobrando-lhes uma tarifa dependente do número de electrodomésticos que têm e, para quem não tem, em função do número de lâmpadas existentes em casa. Igualmente, apenas ¼ das habitações tem casa-de-banho e 29% têm cozinha. De notar que o cheiro nauseabundo que se sente no bairro deve-se à ausência de WC. Esse facto tem levado os moradores a definirem algumas regras básicas sobre o saneamento no bairro, não podendo acumular lixo ou resíduos resultantes das necessidades fisiológicas nas portas das habitações. No entanto, esse é um problema que é um foco de conflito entre os habitantes. Ainda, as zonas circundantes ao bairro servem para depósito desses resíduos, o que em determinados momentos deixa um cheiro insuportável no bairro. Compreende-se essas atitudes quando apenas 17% das habitações têm fossa séptica, o mesmo é dizer que 83% escoam os seus resíduos sólidos nas redondezas do bairro, em particular nas salinas. De notar que, pese embora uma proporção relativamente baixa ter cozinha em casa, cerca de 97% dos respondentes cozinham em casa, o que demonstra as condições precárias de habitabilidade no bairro. Entre estes indivíduos, 92% cozinham com gás e apenas uma proporção residual (5%) cozinham com lenha, especialmente os agregados chefiados por mulheres (12%).”*

AFROSONDAGEM.(2009). *Estudo sócio-ecocómico:Chã de Salinas na Boavista*, Afrosondagem Lda. p.18

Pavimentos: *“Cerca de 2/3 das habitações têm como principal material nos pavimentos internos o cimento. Ainda assim, 29% possuem mosaico nos seus pavimentos. Ou seja, cerca de 95% das habitações têm um pavimento relativamente adequado. Apenas 5% têm pavimentos de terra (2%), madeira/parquete (1%) ou de outro material (2%).”*

AFROSONDAGEM.(2009). *Estudo sócio-ecocómico:Chã de Salinas na Boavista*, Afrosondagem Lda. p.19

Paredes (acabamento): *“Cerca de 2/3 das habitações têm paredes internas rebocadas, ou seja, 1/3 não têm as paredes acabadas com o mínimo exigido.”*

AFROSONDAGEM.(2009). *Estudo sócio-ecocómico:Chã de Salinas na Boavista*, Afrosondagem Lda. p.20

Dimensões : *“A dimensão das habitações é bastante exígua. Os dados mostram que, em média, as habitações têm 1,5 divisões, ou seja, excluindo WC e Cozinha, cada casa tem em média 1 divisão e meia.”*

AFROSONDAGEM.(2009). *Estudo sócio-ecocómico:Chã de Salinas na Boavista*, Afrosondagem Lda. p.20

“A análise das componentes agregadas do défice mostram que as variáveis que implicam um aumento do número de habitações variam entre 39% para a densidade excessiva e 70% para o incremento do stock. As dimensões reposição de stocks e carência de infra-estruturas mostra que praticamente todos os alojamentos são susceptíveis de algum tipo de intervenção para melhoria das suas condições de habitabilidade.”

AFROSONDAGEM.(2009). *Estudo sócio-ecocómico:Chã de Salinas na Boavista*, Afrosondagem Lda. p.42

“No limite, pode-se afirmar que todos os alojamentos do bairro, com excepção de apenas 5 alojamentos precisam de intervenções de algum tipo. No total, o défice alargado é de 99% (749 habitações).”

AFROSONDAGEM.(2009). *Estudo sócio-ecocómico:Chã de Salinas na Boavista*, Afrosondagem Lda. p.43



Fig.29 - Pormenor de cobertura de chapa ondulada metálica.



Fig.30 - Habitação na zona norte do Bairro de Chã de Salinas.

Caracterização socio-económica

“Em média, o tempo de residência no bairro é de 3,1 anos. No entanto, a duração média varia bastante em função da idade e de outras características demográficas. Têm mais tempo de residência no bairro os indivíduos com mais de 35 anos, indivíduos com menos instrução formal e indivíduos do sexo feminino. Cerca de 87% dos residentes não têm negócios em casa. No entanto, cerca de 11% dedicam-se ao comércio, 1% a serviços e mais 1% a outras actividades lucrativas.”

AFROSONDAGEM.(2009). *Estudo sócio-ecocómico:Chã de Salinas na Boavista, Afrosondagem Lda.* p.24

“A estrutura das despesas dos agregados familiares mostra que, em Chã de Salinas, cerca de 58% das despesas do agregado são por conta da alimentação da famílias. As despesas com arrendamento representam, em média, 15% das principais despesas. Ainda, as comunicações e a água têm um peso importante (10%). A electricidade conta 7% do total das despesas principais. Os níveis da despesas com renda são relativamente baixos devido à precariedade das habitações. Ainda assim, cerca de 50% das habitações são arrendadas. As restantes pertencem aos próprios residentes e foram construídas ou adquiridas sem recurso a crédito bancário (48%). Apenas 2% das habitações do bairro foram adquiridas ou construídas com recurso ao banco.”

AFROSONDAGEM.(2009). *Estudo sócio-ecocómico:Chã de Salinas na Boavista, Afrosondagem Lda.* p.25

“Cerca de 4 em cada 5 famílias afirmam não possuir uma segunda habitação nem no bairro, nem na Boa Vista nem em outra ilha de Cabo Verde. No entanto, 19% afirmam ter uma segunda habitação. Destes, a quase totalidade tem uma casa noutra ilha de Cabo Verde. De realçar que uma ínfima proporção afirma ter uma segunda residência na Boa Vista ou mesmo no bairro de Chã de Salinas. A larga maioria ocupa as casas de forma permanente.”

AFROSONDAGEM.(2009). *Estudo sócio-ecocómico:Chã de Salinas na Boavista, Afrosondagem Lda.* p.26

“A intenção dos actuais residentes do bairro em manter residência na ilha ou em Chã de Salinas é relativamente elevada, o que mostra uma tendência para a perpetuação do bairro. Cerca de 75% dos residentes pretendem manter residência na Boa Vista e 66% no bairro.”

AFROSONDAGEM.(2009). *Estudo sócio-ecocómico:Chã de Salinas na Boavista, Afrosondagem Lda.* p.28

Caraterização demográfica

“Foram recenseados no bairro Chã de Salinas cerca de 2.574 indivíduos dos quais 1.823 homens (71%) e 751 mulheres (29%). Isto significa que, em média, cada família é constituída por 3,4 indivíduos, o que se explica pela dimensão exígua da generalidade das habitações. Se tivermos em conta que não foram recenseadas 43 famílias, provavelmente o número de indivíduos no bairro aproxima-se dos 2.800 indivíduos.”

AFROSONDAGEM.(2009). *Estudo sócio-ecocómico:Chã de Salinas na Boavista, Afrosondagem Lda.* p.31

“Apenas 4% dos indivíduos nasceu na Boa Vista. Em partes iguais os moradores do bairro são nascidos no estrangeiro e em outras ilhas de Cabo Verde. Os países africanos (especialmente a Guiné-Bissau e o senegal) são responsáveis por praticamente todos os estrangeiros do bairro. A população do bairro é relativamente jovem. Apenas 17% dos indivíduos tem mais de 35 anos. Predominam os indivíduos com idade compreendida entre os 25 e os 34 anos.”

AFROSONDAGEM.(2009). *Estudo sócio-ecocómico:Chã de Salinas na Boavista, Afrosondagem Lda.* p.32

“Predomina entre os residentes com 15 anos e mais a situação de celibatários. Cerca de 43% dos indivíduos são solteiros contra 47% dos indivíduos que vivem em união (13% casados de jure e 34% casados de facto). 3% já viveram em união.”

AFROSONDAGEM.(2009). *Estudo sócio-ecocómico:Chã de Salinas na Boavista, Afrosondagem Lda.* p.33



Fig.31 – Rua na zona da 1ª fase de desenvolvimento do Bairro de Chã de Salinas.



Fig.32 – Rua na zona da 1ª fase de desenvolvimento do Bairro de Chã de Salinas.

CONCLUSÕES

Como primeiro objectivo desta análise e levantamento descritivo está a de procura enquadrar o CBirro de chã de Salinas, como um tipo de *slum*, e não apenas como uma manifestação construtiva precária de um conjunto de indivíduos desagregados ou excluídos da sociedade. De facto, e um dos factores mais importantes é que a grande parte dos seus residentes, têm profissões dentro do mercado formal de trabalho, apesar de isso não aparecer reflectido em contratos de trabalho. Como elementos da sociedade, vivem e desenvolvem actividades que procuram melhorar as suas condições de vida. O contínuo investimento em pequenas remodelações na habitação comprova as suas vontades de se fixar na Ilha. Recorrendo aos termos utilizados no relatório de 2003 da UN-HABITAT, considera-se este assentamento como um *slum of hope*, e assim a intervenção neste local deverá ser realizada dentro do que é recomendado por estratégias de *slum upgrading*.

Se a solução procurada se baseasse na eliminação da Barraca, e no deslocamento dos seus habitantes, então seria necessário ter em conta, que se trata de 2800 indivíduos, e que esse realojamento poderia criar tensões e conflitos no local ou locais de acolhimento. Este tipo de fenómenos tem sido estudado em cidades europeias, onde as estratégias de realojamento de pessoas de diferentes raças, ou grupos sociais, em um determinado lugar, acaba por gerar conflitos internos, ou com a população residente.

No sentido oposto, o problema é então, perspectivado dum ponto de vista de uma intervenção no lugar. **Remodelar ou Reconstruir?** Estas duas directrizes principais de actuação estruturam estratégias e propostas que podem ter traços comuns, mas que poderão ter dimensões de aplicação diferentes. A análise de alguns factores expostos acima, será essencial para a hierarquização de questões e áreas a intervir.

Os limites do bairro estão perfeitamente definidos, mas não se considera que estejam contidos, ou até que o seu desenho tenha a legitimidade que permita a sua permanência. A parte mais antiga da Barraca, é sem dúvida, considerada nesta prova, como uma zona crítica. Concluiu-se que a mancha construtiva cresceu livremente no plano devido à disponibilidade de terreno para ocupação. Esta condição pode no futuro não ser igual.

O próprio crescimento do bairro, ou o avanço da malha urbana na sua direcção é inevitável, e irá gerar certamente conflitos de vizinhança tanto a nível de desenho urbano, como a nível social. Podem-se gerar dois tipos de situação: a malha urbana da vila crescer mais rapidamente e envolver o bairro, ou as construções do bairro desenvolverem-se descontroladamente de encontro à vila. Na primeira hipótese, prevê-se que se possa gerar um agravamento das condições de habitabilidade do bairro. Diante de um cenário de possível estrangulamento, o crescimento do bairro iria operar-se internamente, com o aumento da densidade construtiva. Numa primeira fase com a ocupação das actuais vias, e depois com a procura dum crescimento em altura. A consequente saturação do bairro, paralelo ao decréscimo nas condições de vida e higiene, poderia originar um outro assentamento noutra área. Contudo quanto mais cresce a comunidade mais enraizada no local se torna, e mais difíceis são qualquer tipo de estratégias de resolução dos problemas. O tipo de crescimento contínuo da segunda hipótese, teria maiores consequências para a Vila de Sal Rei, e para o seu mercado imobiliário, de desvalorização de terrenos ou edifícios confrontados com o bairro.

As situações expostas no parágrafo acima, têm que ser vistos como possíveis cenários, no momento válidos apenas como hipóteses e sem dados concretos a nível de valores. É no entanto preciso ter em conta que a história de um bairro tão recente, que conhece a sua formação em meados de 2003, possui após sete anos 2800 residentes.

A par do seu crescimento, que caracteriza este assentamento como uma massa urbana viva e em contínua adaptação, foram identificados também todas as outras características enunciadas nos relatórios da UN-HABITAT, que se enunciam mais uma vez, procurando ao mesmo tempo dissecar os resultados expostos do estudo da Afrosondagem :

-acesso inadequado à água potável: o fornecimento de água para o bairro é feito exclusivamente, através do abastecimento de um chafariz colectivo, por meios de transporte em cisterna. Os residentes adquirem a sua água para uso doméstico quase a um ritmo diário, através de recipientes transportáveis manualmente. Uma imagem diária deste fenómeno, são as filas diante deste chafariz, maioritariamente constituídas por mulheres ou crianças, que carregam os seus baldes à cabeça, deste local até casa.

-acesso inadequado a saneamento e outras infra-estruturas: não existe nenhum tipo de recolha ou tratamento de águas residuais . Na Ilha da Boavista o método empregue na recolha destas águas residuais é individual a cada habitação, através de uma fossa séptica construída *in situ*. Como observado no estudo da Afrosondagem, apenas 17% das habitações do BCS possui uma fossa séptica, o que significa que juntamente com os resíduos sólidos de origem doméstica, os resíduos de origem humana, são maioritariamente despejados nas vias ou nos terrenos circundantes. Pode-se considerar todo o bairro e a sua envolvente como um lugar com os níveis de higiene extremamente baixos. Em 2009, o vírus da Dengue é importada para o país com mais de 12 000 casos registados na Cidade da Praia. A transmissão deste vírus faz-se através da picada do mosquito *Aedes aegypti*, que se reproduz e põe os seus ovos em pequenas quantidades de água limpa. O método de reserva de água em baldes dentro domicílio, aliado à forte densidade populacional do bairro, torna este local propenso a uma forte propagação do vírus. A inexistência de um serviço médico de apoio, irá criar a congestão no único centro de saúde da vila.

-qualidade estrutural baixa de habitação: Distinguidas as duas principais manchas, em que a precariedade é maior na que corresponde à primeira fase, é constatada fase seguinte uma evolução positiva, evidente na melhoria de alguns métodos construtivos, que se tornaram estruturalmente mais resistentes. Contudo, não é prevista a criação de fossas sépticas, na grande generalidade dos casos, nem o abastecimento de água.

-sobrelotação: a estatística apresentada pelo estudo da Afrosondagem, referente ao número de ocupantes por cada habitação é considerada nesta prova como interpretativa de uma amostra de dados. Para exemplificar a ambiguidade deste resultado, podemos considerar que seis indivíduos a morar numa habitação de 12 m² e outros dois indivíduos num espaço com as mesmas dimensões pode resultar uma média de 3m² por indivíduo, o que não representa uma análise adequada da realidade em termos de conforto, ou aproveitamento do espaço. Os cálculos realizados no estudo exposto, dividiram o número de residentes (2574 indivíduos) pelo número de habitações (754 habitações correspondente ao mesmo número de famílias). O resultado apresentado de que existem 3,4 indivíduos por alojamento pode ser verdadeiro em média estatística, mas se transportado directamente para um projecto de arquitectura poderá gerar um desenho rígido ou bastante generalista. A tradução directa deste resultado para a eleição de uma tipologia, elege apenas as de três assoalhadas ou superior como convenientes.

A mesma conclusão pode ser retirada da análise do número de divisões por habitação, em que surge escrito no respectivo estudo que diz: “A precariedade dos indicadores mostra que, por exemplo, enquanto o número de divisões das habitações na ilha é de 3,2 no bairro esse número é de 1,5.” pag-5.

Outra conclusão de carácter ambíguo, poderia relacionar a média do número de divisões de cada habitação (1,5) com o número médio de habitantes por alojamento (3,4). O que significa que existe sempre uma família de três a quatro pessoas a morar numa habitação de uma ou duas divisões, em que apenas 25% das casas têm casa-de-banho. A validade deste resultado não é posta em causa, mas apenas remetida para um campo estatístico que procura fornecer dados que permitam o entendimento geral e simplista da situação do bairro.

Entende-se, dentro dos conceitos expostos nesta dissertação, que a característica de sobrelotação pode ser aplicada na proporção entre o número de habitantes e o número de divisões da habitação, e também, entre o número de habitações e a área de ocupação do território pelo assentamento. Num slum, a qualidade de sobrelotação pode ser encontrada simultaneamente nestas duas relações.

São propostos nesta dissertação duas leituras qualificadas de análise do contexto socio-económico do Bairro de Chã de Salinas, considerados fundamentais para os objectivos desta prova. Pretendem incidir sobre as relações acima enunciadas, e que não foram tidos em conta dentro do processo do inquérito realizado pela Afrosondagem.

A primeira leitura prende-se com a estrutura de família que compõe o agregado familiar. O segundo refere-se à dimensão das casas. Como mencionado acima os residentes do bairro de Chã de Salinas dividem-se em dois grandes grupos distinguidos pela sua nacionalidade: Cabo Verdianos (na sua esmagadora maioria provenientes de outras ilhas) e os estrangeiros (provenientes de países da Costa de África). A análise do relatório revela que não foi discriminado em cada um destes grupos, os indivíduos de sexo masculino e os indivíduos de sexo feminino, o estado civil, a quantidade de filhos, e o tipo de estrutura familiar.

Onde nasceu

Boa Vista 101 (3,9%)
Outra Ilha 1.239 (48,1%)
País de África 1.210 (47,0%)
Outro País 24 (0,9%)
Total 2.574 (100,0 %)

Dados: Afrosondagem pag.71

Considerando que os emigrantes da costa de África têm uma grande percentagem de muçulmanos, a religião também deveria ser um factor importante da informação, dado que a religião muçulmana permite viver em estado de poligamia. Neste grupo também se torna essencial discriminar o sexo, pois num sentido empírico, são observadas na ilha muito poucas mulheres provenientes da costa de África. Isto porque, os empregos reservados aos homens são na área da construção devido à menor exigência na comunicação. A observação no local, e algumas entrevistas pessoais, revelam que a comunidade guineense é maioritariamente masculina, e que possuem, segundo os entrevistados, laços de parentesco próximos.

Sexo

Masculino: 1.823 (70,8 %)
Feminino: 751 (29,2 %)
Total 2.574 (100,0%)

Dados: Afrosondagem pag.71

Seria então necessário distinguir as estruturas familiares cabo-verdianas, que são mais conservadoras e próximas ao contexto europeu, e as estruturas familiares dos emigrantes africanos. No caso dos nativos de Cabo Verde observam-se os tipos de família tradicional (Pai, Mãe e filhos) e a família monoparental. No caso dos emigrantes observa-se agregados familiares maioritariamente ou na totalidade masculinos, compostos por diversas relações de parentesco.

O tipo de família e o estatuto de emigrante são dois dos factores que têm grande influência na vontade de permanência na ilha. A falta de investimento em certas habitações mais degradadas pode dever-se a uma condição de estadia temporária.

O segundo filtro aplicar-se-ia na dimensão das casas, avaliando as casas por nº de divisões e relacionando com o nº de indivíduos que compõem o agregado familiar que as ocupa. Procurando criar uma relação também entre a Dimensão/nº de divisões/Tipo de Família, poderia ser possível entender as formas de apropriação da habitação,

ou distinguir entre diferentes estilos de vida e diferentes modos de habitar.

-status residencial inseguro ou indeterminado: Neste tipo de assentamentos de génese ilegal, a sua condição de resistência ou resiliência está muito determinada pelo **contexto político** onde se insere. A Câmara Municipal da Boavista, não tem recursos económicos, ou humanos para controlar o incremento da construção espontânea. Apesar da tentativa de alinhamento urbano de algumas implantações, ainda se registam irregularidades e apropriação de espaços públicos, que remetem constantemente as práticas construtivas dos residentes deste bairro, para o campo de ilegalidade.



Fig.33 - 2ª fase de desenvolvimento, Época das chuvas.



Fig.34 - Espaço público - "Coração di Barraca"

IV_ALGUMAS REFERÊNCIAS

Estratégias não convencionais de intervenção em assentamentos informais

A apresentação na FAUP dos projectos da ELEMENTAL, pelo Arq. Alejandro Aravena, despertou em mim a preocupação para a resolução de problemas de arquitectura de carácter social. A escolha do tema foi imediata, e o facto de estar a viver grande parte do ano em Cabo Verde, que sendo um país em vias de desenvolvimento, as habitações precárias coexistem dentro dum sistema urbano, ainda em consolidação.

Existia então a possibilidade de estudar, em primeira mão, as características e as condicionantes que geram um slum. Não seria apenas uma experiência indirecta, interpretada da leitura de um livro na biblioteca. Parecia simples. Bastava-me observar. E a partir dessa observação procurar referências e experiências semelhantes.

Neste sentido, a obra de Fathy em Nova Gourná em 1945 parecia-me tão actual como a experiência de Aravena na Quinta Monroy, no Chile, ou a mais recente experiência de Filipe Balestra, na Índia.

As estratégias da arquitectura moderna para resolver a carência de habitação aparecem para estes autores como incapazes de ser aplicadas no contexto em que vivem. Defendem que em comunidades tradicionais deve-se usar formas e técnicas tradicionais de construir. A repetição da célula habitacional em blocos maciços de betão, originando a construção de novos espaços urbanos, muitas vezes localizados em periferias, desrespeita, sobrepõe ou no mínimo ignora todo o complexo sistema de relações entre o espaço construído e os contextos sociais e culturais activos dentro dos slums.

"Em vez de acreditar que o comportamento das pessoas pudesse ser condicionado pelo espaço arquitectural, Fathy acreditava que os seres humanos, a natureza e a arquitectura deveriam coexistir num equilíbrio harmonioso."

Steele, James, *An Architecture for the people*, Whitney Library of Design, , pag.11



Fig.35 – Estratégia para Habitação Evolutiva. Netaji Nagar, Índia.
 Autoria: Filipe Balestra, Sara Göransson



Fig.36 – Estratégia para Habitação Evolutiva. Netaji Nagar, Índia.
 Colagem aérea: o arquipélago de casas novas levanta-se sem danificar o contexto do bairro existente.

“THE CENTRAL ISSUE”

TURNER, J. (1976). *Housing by People: Towards Autonomy in Building Environments*.

As referências

Na décadas de 50, 60 e 70 acreditou-se que se podia propor um modelo uniforme para comunidades tão diversas como as que caracterizam as diferentes culturas dos países em desenvolvimento. Com a única coisa em comum sendo a pobreza, a ideia de massas foi levada ao extremo para interpretar estas comunidades como uma massa uniforme.

Estas décadas foram então o período embrião em que se importou para os países subdesenvolvidos os produtos de arquitectura moderna, aliado a uma estratégia de remoção de assentamentos clandestinos e consequente construção de conjuntos habitacionais periféricos.

A principal crítica a estas intervenções modernistas baseiam-se no facto de o resultado na sua maioria, ter sido a criação de zonas degradadas, e subsequente aumento da concentração da pobreza. Baseados em políticas que tinham como base a acumulação de capital, fundamentado em obras sobre-facturadas, disponibilizaram produtos no mercado imobiliário inacessível para os verdadeiros pobres.

A degradação das novas habitações, deve-se fundamentalmente a um processo de rejeição por parte dos novos moradores, que não poderia apenas ser enquadrado dentro de razões económicas. Uma solução para resolver a questão de carência habitacional, simplesmente não funciona se as pessoas não quiserem morar lá, ou se também o fizerem em condições precárias.

Mas porque é que as pessoas não aceitam as casas?

Esta pareceu-me ser a principal preocupação entre todos os autores e projetistas aqui referidos, apesar das décadas que os distanciam.

Dentro do que TURNER (1976) reconhece como um sistema *AUTÓNOMO* a auto-construção assume um papel enraizador da nova comunidade no local, assim como, se torna a chave para resolver algum dos custos de produção. Tanto Fathy como Aravena acreditam na capacidade produtiva de uma comunidade local, principalmente dos países em que se encontram.

Penso ser possível comprovar que a participação do futuro morador na concepção e na construção da sua futura moradia, origina um processo de enraizamento, inerente à humanização do espaço que transforma a casa num lar.

Qual é então, o papel do arquitecto dentro deste processo?

“But now that architects and planners as well as the other professions are confronted with a rapidly rising consciousness of their incompetence to decide for others what is best for them, as well as the generally unpopular nature of what they design, the now rather stale joke rarely fails to provoke a nervous laugh.”

Turner, John F.C., *Housing by people*, 1976, p.11

Sou confrontado com a pesada responsabilidade de decidir para os outros o que é melhor para eles. Creio que o primeiro passo para o design da solução é essa auto-consciência, que foi também alertada por Turner. *“Who decides what, for whom”* é o próprio centro da questão, segundo este autor, nas intervenções em assentamentos humanos. (housing and human settlement)

Porque é que para um cliente privado, endinheirado somos levados a uma projectação participativa de modo a agradar esse cliente, e quando confrontados com o desenho de habitação social, achamos que a forma mínima e eficaz de responder implica a não-participação dos clientes?

Segundo Turner(1976,p.12) a institucionalização de valores e actividades priva a maior parte de nós de tudo a não ser da imediata satisfação de desejos humanos tornando-nos em anónimos consumidores de produtos que não receberam o mínimo de impressão da nossa personalidade. A casa como um produto sem a impressão da personalidade do usufruidor, transforma o ser humano em algo vazio.

As questões de como criamos o nosso abrigo, de como aprendemos, de como nos mantemos saudáveis aparecem na perspectiva de Turner intimamente ligadas. A crise nalgum destes valores levará consequentemente à crise nos restantes. As soluções propostas por instituições que materializam a privação de valores inerentes à nossa identidade, e à satisfação das nossas actividades e necessidades diárias, são também visíveis em projectos generalistas de arquitectura. A habitação social, que depende fortemente da promoção das instituições do poder público, é altamente prejudicada, por esta linha de pensamento. O bloco de habitação social terminado torna-se então mais um produto de uma sociedade moderna comercial e institucionalizada, e por conseguinte, anónima e descaracterizada. A originalidade perde-se assim em detrimento de modelos e soluções construtivas pré-fabricadas.

A produção local segundo "*network structures and decentralizing technologies*" (TURNER,1976) são os únicos caminhos e meios segundo o qual produtos e bens satisfatórios podem ser obtidos, e estes são vitais para um planeta estável. Segundo Turner, apenas aqueles que conseguem separar os meios dos fins são capazes de questionar a modernidade (e a sociedade moderna).

Em resposta aos problemas gerados pela alienação social, assim como a grupos de municípios (voters) zangados, em Inglaterra e EUA tem sido incorporados no desenho e construção dos edifícios a participação dos cidadãos.

A forma de resposta aos problemas consequentes da alienação social, foi em países como Inglaterra e EU, a incorporação da participação dos cidadãos no planeamento e construção dos edifícios.

Nos contextos altamente institucionalizados e para aqueles (políticos, planeadores, administradores, arquitectos e urbanistas) que apenas desejam extrair mais dinheiro de orçamentos através de obras supra-facturadas, as questões de viabilidade da escala humana, variedade, identidade, participação e responsabilidade na edificação têm de ser ignoradas em detrimento de políticas apenas sensíveis a custos e produtividade. (Turner,1976:21)

Em contextos de países em desenvolvimentos, o sentimento de pena de um europeu ao observar alguns slums, é muitas vezes contraposta com o orgulho do habitante do slum em o mostrar. Isto porque foi ele que o construiu através do seu esforço. E quando se trata de um esforço conjunto de uma comunidade, então aí é que aparecem os assentamentos humanos informais.

A força produtiva de uma comunidade é o seu próprio orgulho e afirmação de independência dos sistemas institucionalizados.

No caso da "Barraca" e durante as várias visitas que fiz, alguns habitantes questionavam-me se iria "deitar as suas casas abaixo". Acreditava que era suficiente para mim argumentar que se isso acontecesse era porque iriam mudar para um apartamento dentro dum edifício de habitação social. A desconfiança e a rejeição era sempre um sentimento presente. Agora entendo porquê. A mudança para uma habitação social implica sempre o pagamento de uma renda, muitas vezes superiores ao gasto que se tem em manter o "barraco". No caso de não se conseguir pagar a renda, o risco que correm estes inquilinos, é de serem despejados, e aí terem que voltar para a rua e já não possuírem o "barraco" porque este foi demolido. Realmente o grande medo é de "ficar na rua".

Na questão da tomada de decisão, TURNER defende que quando o poder normativo e o poder operacional são separados, então surge uma nova estrutura emergente: uma não-hierárquica rede de autónomos ou

semi-autónomos decisores, livres para combinar e combinar-se entre si, desde que fiquem dentro dos limites das regras.

"The rules of such democratic games must act as limits to action, rather than prescribed lines of action."

Turner, Jonh F.C., *Housing by people*, 1976, p.30

Os sistemas hierárquicos dos grandes produtores e fornecedores da sociedade moderna, necessitam inevitavelmente de grandes orçamentos para se manter, devido também ao facto de ser um sistema composto por intermediários. Têm por conseguinte uma forte dependência com capital emprestado. Uma consequência directa na habitação é o facto da casa exceder o orçamento do seu futuro usuário.

"Systems generated or maintained by network structures, on the other had, flourish."

Turner, Jonh F.C., *Housing by people*, 1976, p.33

A força produtiva das pequenas comunidades baseia-se num intrínseco espírito individual de entre-ajuda que gera um movimento colectivo. A proximidade, a familiaridade são então o lubrificador deste motor, essencial para o seu funcionamento. Só pode ser plenamente atingida e verdadeiramente renovável se possuir o controlo das decisões, e o acesso a tecnologia apropriada, factores que não podem se privados pelas grandes instituições e poderes que se sentem ameaçados

Suponhamos que numa comunidade recém-formada, os próprios usuários pudessem trocar horas de trabalho comunitário. Creio que além da economia de recursos monetários era também possível semear o espírito de entre-ajuda que levasse à evolução para a verdadeira comunidade. Teríamos então canalizadores, pedreiros, médicos, enfermeiros, empresários a participar activamente na rega de um jardim.

A formação em obra

Em Cabo Verde deparei-me também que o sistema de auto-construção colectiva ou como é chamado em crioulo o "junt d'mon" está imbuído dentro do espírito cabo-verdiano. Numa população tão pequena como a da Boavista, é prática recorrente, como exemplo, o emigrante aquando da sua breve estadia na terra natal juntar os familiares e amigos para fazer a betonagem de uma laje.

Penso serem as palavras de Fathy que melhor enquadram este método.

"Sabemos agora que os materiais existem e sabemos que são baratos; já sabemos quais as técnicas a utilizar. O que podemos então aprender sobre a organização de trabalho com os camponeses? Como é que as aldeias que estão a salvo da construção comercial organizam o seu trabalho neste domínio?"

Cooperam. Quando se está a construir uma casa espera-se que toda a gente venha dar uma mão. As pessoas que ajudam são muitas e a casa fica terminada num instante. Nenhum destes vizinhos solícitos é pago. o único benefício esperado por este homem que consagrou uma jornada a ajudar o seu companheiro é que um dia ele lhe faça o mesmo. A construção torna-se assim uma actividade comunitária, como a colheita, como o combate ao fogo, como um casamento e um funeral. (...)

Este sistema cooperativo só pode funcionar de maneira tradicional se os problemas que se abordam forem tradicionais e se a sociedade for verdadeiramente tradicional.

(...) No sistema cooperativo, a motivação de base do contributo voluntário de tempo e de trabalho é o desejo de receber uma ajuda parecida. (...) abre por assim dizer, conta no banco de trabalho. Se

este principio for reconhecido e se o montante exacto de trabalho a creditar na conta de uma pessoa puder ser calculado e ficar registado, então o sistema cooperativo começará a agradar até ao mais calculista dos camponeses."

Fathy,Hassan , *Arquitectura para os pobres*, Uma experiencia no Egipto Rural, Argumentum-Dinalivro, p.129

Fathy levou o sistema de auto-construção ainda mais longe, ao criar uma estrutura que permitiu à formação de técnicos de construção. Criou uma hierarquia em obra com um sistema de estágio, de forma a recompensar aqueles que se aplicavam mais. Utiliza um sistema de aulas com cinco etapas de formação e progressão salarial. "A formação completa de um mestre pedreiro dura dezassete semanas e custa cerca de 800 piastras."Para os empreiteiros tornou-se vantajoso pois evitariam ter de recorrer à contratação de mão de obra que habita na cidade, que quando se desloca para a aldeia tem que ser pago o dobro do preço normal.

Todo o sistema de apoio "financeiro" à construção de Fathy baseia-se no recurso à construção em terra (material abundante), e ao uso de um sistema cooperativo de mão-de-obra. Segundo ele, "resolvido o problema do dinheiro" ou seja saindo da esfera da orçamentação da construção segundo processos industriais, não se pensa a casa e os seus custos segundo o valor/m², e então construir "dez compartimentos são tão baratos quanto um".

A Elemental, consciente da força produtiva da auto-construção, aliado a um conceito de habitação incremental, desenhou no projecto *Quinta Monroy*,no Chile, um modelo que resulta num equilíbrio entre o *construído* e o *por construir* ,definindo a resposta imediata da construção do abrigo mínimo, que é capaz de suportar uma ampliação a ser feita por etapas sucessivas e por promoção do usufruidor.



Fig.37 - Quinta Monroy,Chile. Autoria: Elemental S.A.



Fig.38 - Quinta Monroy,Chile. Autoria: Elemental S.A.



Fig.39 - Quinta Monroy,Chile. Autoria: Elemental S.A.



Fig.40 - Quinta Monroy,Chile. Autoria: Elemental S.A.

Fundamentos para uma definição da qualidade espacial

"Mesmo quando se admite que as condições de habitação são um factor do "nível de vida", acontece demasiadas vezes que um só quarto e uma instalação sanitária servem como referencia de qualidade da habitação. No entanto, foi demonstrado que um ou dois quartos e a casa de banho não são, só por si, fonte de uma melhoria do nível de vida. Compartimentos sobreocupados, onde galinhas e outros animais passam a correr, não contribuem para transmitir um sentimento de segurança e satisfação. Para a habitação ser considerada um factor o nível de vida, deverá então proporcionar, a par com a instalação sanitária, espaço e beleza. Infelizmente, e porque entre os factores necessários à vida, a habitação parece estar sempre depois da alimentação, os urbanistas têm frequentemente tendência para pensar que o máximo que podem conceder é o estritamente necessário. É um pouco como certas pessoas que pensam que a sua responsabilidade termina depois de organizar uma sopa popular para os desempregados.

Mas a sopa popular não é suficiente e a habitação mínima também não. Todas as famílias têm necessidade de uma casa suficientemente grande, íntima e tranquila, com espaço para os animais e para os objectos necessários à sua vida. Alguns responsáveis políticos dizem que é impossível proporcionar uma casa assim aos camponeses. Referem a dificuldade em pagar casas que sejam boas: o rendimento médio de um camponês egípcio é de quatro libras por ano, como poderão pagar uma boa casa? A maior parte deles nem com empréstimos do estado consegue adquirir as mais básicas instalações sanitárias necessárias que lhes são postas à disposição. Estes governantes dizem - e com razão - que não existe dinheiro no país. As casas custam dinheiro, e quanto maiores forem mais caras são. De qualquer maneira, prosseguem os governantes, não conseguimos dar casas a todos os camponeses, portanto, para alojar o maior numero possível deles, as casas que fazemos tem de ter um mínimo de qualidade aceitável. É a mentalidade "sopa popular" no seu auge."

Fathy,Hassan , *Arquitectura para os pobres, Uma experiencia no Egipto Rural*, Argumentum-Dinalivro, p.134

"The conclusion - that what matters in housing is what it does for people rather than what it is - leads to the principle of self-government in housing."

Turner, Jonh F.C.,*Housing by people*,1976,p.102

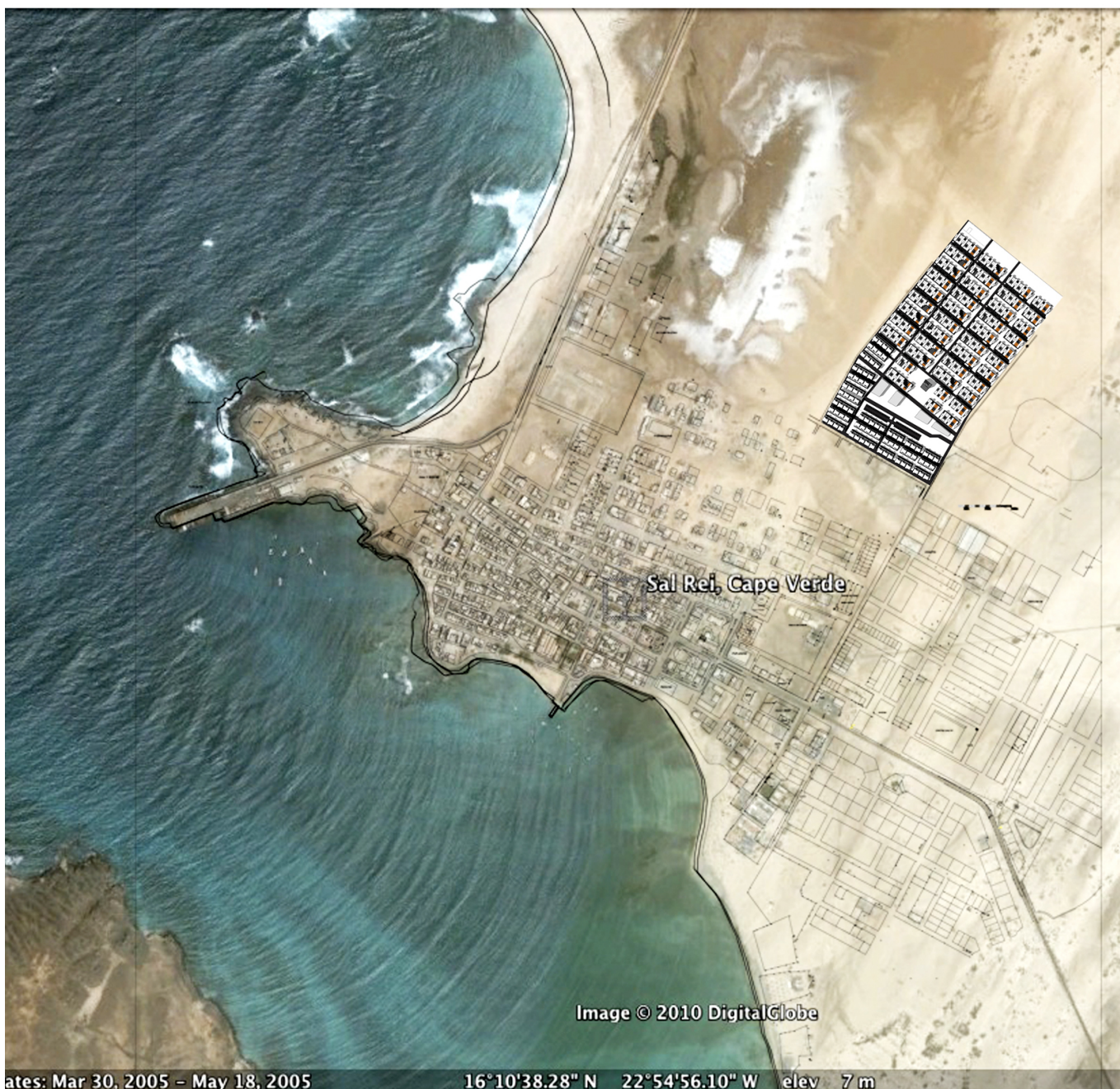


Fig.40 - BCS.10. Colagem da proposta em imagem de satélite

ENQUADRAMENTO

Os princípios geradores da proposta

"Do unto others as you would have them do to you."

Turner, Jonh F.C., *Housing by people*, 1976, p.11

"Practical activity and effective action is what we and existence are all about. As well as being stimulated by them, actions lead to problems. And problems raise issues. Issues, in turn, indicate principles for action, while principles determine the resolution of issues. And finally, principles are guides for practice as well as being generated by it."

Turner, Jonh F.C., *Housing by people*, 1976, p.103

Dentro do âmbito de investigação em que esta dissertação é realizada, será apresentado um **projecto de arquitectura** e uma **possível estratégia de implementação**, baseada numa linha de recomendações de carácter prático, que sem a sua possível aplicação tornaria o próprio projecto incoerente com as posições teóricas assumidas no presente estudo.

Entendeu-se que o grau de desenvolvimento do projecto e o seu grafismo de apresentação (sujeito às condicionantes da dissertação) devem ser um veículo de transmissão de uma ideia possível, que pretende essencialmente transmitir um método de trabalho.

A **proposta** apresentada, denominada para efeitos desta dissertação, de **BCS.10**, é definida tanto pelo seu desenho como pela sua possível estratégia de aplicação. O projecto procura através da repetição de um módulo à escala do quarteirão, reestruturar o território. Esta repetição é delineada dentro de intenções urbanas, que interpretam e procuram potencializar o pré-existente. Este processo, e a dimensão da área a intervir, implica uma estratégia de faseamento, associada a um novo traçado urbano.

O urbano e o habitacional delimitam os dois campos físicos de intervenção do projecto. Relacionam-se entre si, no sentido, em que se promovem mutuamente.

A intervenção pretende actuar dentro dos limites físico, e sócio-económicos da comunidade do Bairro de Chã das Salinas, reconstruindo os princípios que a caracterizam.

A primeira premissa do projecto incide sobre o direito à propriedade. Pretende-se garantir a segurança de posse ao residente, de forma a gerar a estabilidade de vida que lhe permita considerar a habitação como um bem valorizável, e assim promover a sua manutenção.

As condições para a aquisição da moradia poderão ser asseguradas através de dois meios: a criação de micro-créditos, e um custo controlado de construção.

No sentido de controlo de custos, desenham-se várias habitações incrementais, que permitem ao residente satisfazer as suas necessidades básicas ou imediatas de habitação, estando garantidas no mínimo as infra-estruturas de saneamento e fornecimento de água e luz. Procura-se diminuir o custo do investimento inicial, seja ele promovido pelo poder público, e depois transaccionado para a esfera do particular, seja através dum sistema de co-gestão com a comunidade.

O conceito de incremental é entendido nesta proposta, como uma capacidade da habitação de aumentar gradualmente. Entendeu-se que o conceito de habitação evolutiva é aplicado a um campo maior de soluções, de casas que possam aumentar de área em várias direcções, e até mesmo alterar a sua forma inicial. Na casa incremental apresentada nesta proposta, este aumento só pode ser realizado dentro dos limites estabelecidos no projecto. Pode assim o proprietário decidir a área a aumentar, e a sua fase de construção. Pretende-se assim controlar alguma unidade formal no desenho do quarteirão, e consequentemente no bairro. A área incremental torna-se então a excepção da regra, representando a identidade individual de cada proprietário, espelhando os seus gostos e ambições. Pretende-se que seja um objectivo realizável para o proprietário, e que este veja na sua realização, uma das razões para a boa conservação da sua casa, e do bairro onde habita.

As tipologias propostas têm então uma dimensão inicial, e uma área de expansão que se pretende que possa ser construída pelo proprietário.

O campo de acção da auto-construção atravessa transversalmente todas as fases de execução desta proposta, desde o condicionamento do desenho, ao planeamento do processo de execução, e ao preço do produto final.

Este método deverá ser aplicado na obra através do apoio de assistência técnica, que deverá incluir profissionais da área de projecto e obra. Recomenda-se que esta assistência siga os seguintes moldes:

- fornecimento do projecto padrão, com linguagem acessível aos proprietários/operários;

- acessoria técnica na implantação, e no estudo e elaboração de projectos de expansão personalizados;

- assistência técnica à construção: a assistência à construção é dada por engenheiros, técnicos e arquitectos, nos diversos estágios de execução da obra;

- Formação técnica na obra, realizada por estágios e avaliada pelos profissionais de grau técnico e superior.

A casa incremental surge como resposta natural às tradições construtivas de Cabo Verde. Aplicada a este contexto, não pretende apenas o controlo de custos, mas também a satisfação pessoal do seu usuário.

Reafirmando a necessidade de garantir o direito à propriedade, acredita-se que essa condição é potencializada com um processo de base participativa.





DESENHO

Das intenções ao plano

O conjunto de habitantes do BCS é composto por dois grandes grupos: o de nacionalidade Cabo Verdiana e o grupo composto por estrangeiros oriundos da costa de África.

A solução proposta procura reflectir uma forma de pensar o mosaico social, que reagrupa os elementos dos dois grupos, a partir dos diferentes estilos de vida, e estruturas familiares que compõem os diferentes agregados familiares. Foram considerados como exemplos os seguintes tipos de agregado que podem ir do indivíduo solteiro e sem filhos, ao grupo composto por familiares de relação directa, ou grupo sem relações de parentesco. Foi também considerado no desenho que existe 30% desta população de residentes do BCS que não pretende fixar residência na Ilha.

Pretende-se assim que a escolha da casa, seja gerida através de fenómenos de agrupamento baseados na atracção entre *lifestyles*.

São propostos dois módulos capazes de gerar dois volumes edificados distintos que se identificam como quarteirões. A disposição dos quarteirões fez-se na continuidade da tradição urbana do lugar. Esta tradição é a da rua.

As soluções que agrupam os quarteirões segundo bolsas espaciais urbanas, aplicadas num contexto como este, em que a sua própria heterogeneidade abrange nacionalidades e culturas diferentes poderiam criar o aparecimento de nichos e fomentar a discriminação e isolamento entre diferentes grupos sociais. Na pior das hipóteses poderiam ser gerados vários slums dentro de um slum. A inserção na malha urbana da vila seria ao mesmo tempo dificultada por um desenho que por princípio se orienta para dentro.

Perante o desafio de reconstruir o lugar, mantendo a qualidade urbana da rua como o seu principal elemento estruturante, procurou-se enquadrar o processo de loteamento, não no sentido linear de marcação da via como limite contendor do lote, mas criando uma relação de inter-dependência entre o volume construído e o corredor espacial que configura a rua.

A identidade particular das ruas propostas, existe apenas dentro da relação que se pretende gerar entre o processo de como se constroem os volumes (somatório através de repetição linear dum módulo) e o desenho da sua superfície.

Pretende-se promover a rua como espaço agregador das relações sociais e económicas da comunidade, através da criação de um desenho que permita a convivência entre espaços exteriores, públicos e privados, de forma, a estratificar o uso deste lugar (rua) como um corredor para os fluxos de pessoas e também como, um espaço de estar e lazer. A rua é entendida no sentido que só ganha significado se for usada. Não apenas como via de passagem automóvel, que neste caso, pouco se aplica, mas usada como espaço público da comunidade.

OS MÓDULOS

BCS.10.01 e BCS.10.02

Foram desenhados dois módulos, cada um deles composto por várias células habitacionais, para responder a diferentes estilos de vida e diferentes estruturas familiares. Consideramos que estes factores podiam ser agrupados segundo estados de permanência(fixo ou temporário), e segundo estruturas familiares que seguissem a linha da família tradicional, ou por oposição agregados de parentesco indirecto ou de relação próxima de amizade. Neste sentido, foram definidos dois módulos.

Segundo uma estratégia de implantação que os repete num sentido linear, foi necessário ter em conta, que apenas teriam duas fachadas úteis. A estratégia de alinhamento em banda, contribui também para o controlo de custos de construção, com a partilha de estruturas.

Assim resulta que, os quarteirões, como volumes, têm sempre as suas medidas de largura fixas, mas podem crescer no sentido longitudinal, por acréscimo de módulos. Esta capacidade de aumento, é essencial para a definição da rua, e para a adaptação a possíveis alterações de contextos e necessidades.

Para seguir os objectivos operacionais desta prova, definiram-se dois módulos que são denominados de BCS.10.01 e BCS.10.02, aonde a sigla BCS se refere ao local (Bairro de Chã de Salinas), o número "10", enquadra a solução temporalmente (ano de 2010), e os números 01 e 02, enumeram as duas primeiras propostas apresentadas.

O módulo BCS.10.01, foi desenvolvido no sentido de apresentar soluções habitacionais, que respondessem às necessidades das famílias tradicionais e dos residentes que se pretendem fixar permanentemente no bairro. Acredita-se que serão habitações escolhidas maioritariamente por Cabo Verdianos. Recomenda-se portanto, que sejam adquiridas através de compra.

Em termos volumétricos, este módulo é constituído pela base, e por mais dois pisos (rés-do-chão+1). Em termos habitacionais é composto por quatro células habitacionais, sendo que estão orientadas duas a duas para cada fachada livre. Segundo a fachada para a qual estão orientadas, recebem a sigla A ou B, e conforme o piso onde se encontram, recebem o número 1 ou 2. Temos então orientadas para a mesma fachada a célula A.0 (rés-do-chão) e a célula A.1(piso 1), e para a fachada oposta tem-se as células B.0 e a B.1, respectivamente ocupando o rés-do-chão e o primeiro piso.

Um factor de decisão que levou ao desenho da células e do seu agrupamento, tem a haver com a dimensão da casa. Procurou-se gerar uma resposta flexível, criando diferenças a nível da área, tipologia, e organização espacial em cada uma. São as de maior dimensão as células A, e as de menor as B. Estas habitações são todas de acesso directo a partir da rua.

Entendeu-se que a repetição iria originar a rua, e que esta organização iria definir dois lados diferentes.

No presente plano exposto nesta prova, os quarteirões são então, dispostos de forma a que sejam orientados frente a frente pelas células de mesmo nome. Isto irá permitir então a maior convivência entre agregados familiares parecidos, e diminuir o conflito entre *lifestyles* diferentes.

Nesta solução, é inserida em três das suas habitações, a componente incremental, como parte da estrutura espacial, onde se procura através do desenho, fornecer os meios para a estratégia de viabilidade comercial da proposta.

O módulo BCS.10.02, foi pensado como uma solução mais rígida em termos de desenho, mas destinada para um grupo de ocupantes mais heterogéneo e para albergar uma maior diversidade de situações. As células habitacionais perdem o carácter mais tradicional de organização de um todo, dividido entre espaços sociais e privados, como sendo as do módulo anterior, mas são antes definidas pelo agrupamento de compartimentos individuais. Esta ideia de compartimentação, pretende promover a individualidade e a privacidade, ao mesmo tempo que a sua estratégia de disposição central, permite criar os momentos e lugares de convívio. Os ocupantes destas habitações podem pertencer ao mesmo agregado ou não.

O módulo é dividido em quatro partes, a base e mais três pisos, onde cada piso é ocupado por uma habitação. A organização espacial das três habitações segue a mesma estrutura nos três pisos. Os compartimentos individuais são dispostos à volta de um espaço central comum, carácter exterior. A cozinha e a casa-de-banho tornam-se então peças de carácter funcional dentro da lógica do conjunto. Podem ser utilizados individualmente ou em comunhão, dependendo da relação dos residentes.

Ainda assim, cerca de 50% das habitações são arrendadas. As restantes pertencem aos próprios residentes e foram construídas ou adquiridas sem recurso a crédito bancário (48%).

Dados: Afrosondagem, p.25

Sendo este módulo projectado para uma densidade de ocupação maior, o acesso às habitações do rés-do-chão é directo, enquanto que para as habitações do piso superior se faz através de galeria. Procurou-se assim gerar novos espaços de circulação e de contemplação para além da rua. Seguindo o mesmo princípio de repetição do módulo exposto anteriormente, também este possui apenas duas fachadas livres, em que na principal se localizam os espaços comuns de varanda das habitações, e para a fachada traseira se orientam os vãos dos quartos. Estando os acessos localizados na fachada principal, esta ganha uma maior dinâmica e presença de pessoas. Daí na disposição dos quarteirões estas fachadas estarem orientadas frente a frente.

A concepção deste edifício, resulta em grande parte, do que foi entendido como uma necessidade habitacional temporária, presente pela quantidade de residentes, que estão em situação de arrendamento de imóvel e que não pretendem fixar moradia na Boavista. Estas habitações podem abrigar uma família de 6 a 10 elementos, ou serem ocupadas por pessoas sem vínculos familiares, o que permite uma maior multiplicidade de situações.

Recomenda-se que parte destes edifícios sejam promovidos, ou financiados por empresas do sector turístico e da construção, no sentido de albergar os seus próprios trabalhadores, em sistema de arrendamento. Outra parte deverá ser promovida pela Câmara Municipal da Boavista, que poderá por à disposição os imóveis para compra ou para arrendamento dos seus quadros.

A Base

Foi então formulado na elaboração dos módulos um elemento que pudesse criar estas relações e que garantisse ao mesmo tempo uma implantação rígida, com o objectivo de se evitar a apropriação do espaço público.

É este elemento, a parte inferior do módulo, ou seja, a **base**. Em planta desenha os limites do lote, define a implantação da casa, e torna-se o elemento de transição entre o passeio da rua e o interior da habitação. É desenhado para ser um espaço de estar, aproveitado pelo habitante, como que uma varanda para a rua, ou um banco de paragem e convívio com os vizinhos. Não se trata de uma projecção do espaço interior da casa, no sentido em que as pequenas aberturas da fachada, resguardam a intimidade da habitação. Pretende-se que seja um espaço autónomo, desenhado pela parede da fachada, e subtilmente delimitado pela diferença de cota com o passeio. Torna-se assim, um espaço privado da rua, não apenas para a contemplação do exterior,

mas que fomenta e necessita de interacção com a vivência da rua para ter significado.

Como elemento da construção, eleva-se sensivelmente 50cm acima da cota do passeio, para assim delimitar o espaço privado da casa, e prevenir os alagamentos interiores na época das chuvas. Na formalização do quarteirão cria uma frente contínua, que agrupa as habitações e reforça a leitura da linearidade da rua. Como parte estruturante do conjunto assume-se como neutra, não sendo permitido a transformação visual ou construtiva deste elemento.

Esta base ganha uma importância fundamental na aplicação construtiva dos fundamentos da proposta. O objectivo principal do projecto na sua dimensão urbana é a correcta construção do seu traçado. Não sendo possível prever se o processo construtivo do loteamento se iniciará pela rua, ou se pelas habitações, o correcto alinhamento no acto de construção desta base irá evitar a adulteração do projecto tanto a nível do seu traçado das vias, como da implantação das habitações. Desempenha também a função estrutural de muro de fundação.

Com a construção correcta desta base, é então possível assegurar através da fiscalização técnica:

- boa qualidade estrutural das fundações;
- alinhamento correcto de implantação;
- nível de cota da soleira;
- ligações às futuras redes públicas sanitárias e de abastecimento de água.

DO MÓDULO AO BAIRRO

O plano e o quarteirão

O novo traçado do bairro pretende actuar em toda área do assentamento redesenhando a estrutura viária do bairro, seguindo os mesmos alinhamentos presentes. Estes alinhamentos estruturantes irão definir as linhas para a disposição dos quarteirões que por sua vez definem os corredores espaciais que contêm a rua. O carácter da rua é depois definido pelo desenho da sua superfície, pela sua posição no plano, pela sua função, e pela existência de possibilidade de comércio ou acesso a equipamentos.

A aplicação destas intenções é realizada através da definição do plano, que define o traçado das vias, o desenho dos espaços públicos, a disposição e dimensão dos quarteirões de habitação, a volumetria e localização de equipamentos comunitários, a localização de comércio e serviços, assim como a proposta para as redes de infra-estruturas.

O isolamento do bairro, na situação de desenvolvimento actual da vila, ainda o irá manter como uma massa edificada independente até ao momento de aproximação urbana com a vila. Pretende-se então recriar volumetricamente esta massa, reforçando os seus limites perimetrais, com um maior grau de intervenção na sua zona mais precária.

Esta forte densidade volumétrica considerada como uma das características físicas principais que configuram a identidade do bairro, é reconhecida também, como um sistema de defesa que proclama uma imagem de inacessibilidade. As vias propostas irão criar as aberturas na nova massa edificada, contudo privilegia-se mais a vivência interna do bairro, do que a necessidade de gerar atravessamentos através de vias de uso automóvel. Como o *lugar* da comunidade, o se *upgrading* está associado à potencialização desta vivência, que se opera a uma escala humana, pedonal e de relações de proximidade, só possível se for mantida a identidade actual do bairro, como um conjunto urbano autónomo. O atravessamento do bairro

por vias de perfil urbano de escala automóvel, poderia gerar cortes e fragmentações nas relações da comunidade. Esta possível estratégia de integração forçada com a vila poderia ter efeitos destruidores da comunidade, e assim ter resultados opostos aos pretendidos.

A relação com o contexto urbano envolvente é pensada no sentido de, no momento, redefinir a imagem exterior do bairro através de uma nova fachada dos seus limites, para no futuro, diminuir os possíveis conflitos com o crescimento da vila.

Na descrição e análise do Bairro de Chã de Salinas, distinguiu-se entre as duas áreas de formação, claramente divididas por um eixo transversal à implantação do bairro, onde se encontra um vazio, considerado como um espaço público. Para o desenvolvimento da proposta que pretende recriar o assentamento, foram então respeitados os seguintes parâmetros:

- os perímetros da implantação geral, no sentido de criar uma solução contida dentro do espaço de estudo;

- o espaço público, devido à sua localização na separação de duas áreas, e à sua qualidade de espaço interior do bairro e uma excepção à estratégia de ocupação do terreno;

- o traçado das vias da zona norte, que permitiram a actual configuração do bairro, em que a rua ganha uma nova importância no sistema de relações da comunidade, em relação à zona sul;

A intervenção nestes parâmetros é no sentido do seu *upgrading* e potencialização das suas características.

Na zona sul do bairro, considerada como a mais precária e urgente de intervenção, propõe-se actuar de forma mais rigorosa e incisiva, eliminando a sua configuração e densidade volumétrica actual, contrapondo uma solução organizada de edifícios que reconstruam a imagem do bairro na vila.

A solução encontrada procura, em termos volumétricos criar uma transição contínua entre a escala da vila e a nova volumetria do conjunto. A fachada sudeste do bairro é a que comunica directamente com a vila. Os quarteirões foram então dispostos ao longo deste limite, orientando-se no seu sentido longitudinal na mesma direcção da linha de limite. Esta nova fachada do bairro, composta pela repetição das fachadas dos quarteirões procura representar a mudança, e a nova presença de um assentamento que se reconstruiu e que se pretende fixar. Os quarteirões são interrompidos pelas vias que dão acesso ao interior do bairro. Estas vias são ortogonais as linhas orientadoras dos quarteirões, e em conjunto com estas, reformulam a zona sul do bairro.

Esta zona é delimitada a norte pelo espaço público que agora aparece reformulado como uma zona de transição entre as duas manchas de ocupação. Este espaço procura ganhar importância, como polo de atracção, ambicionando ser um verdadeiro coração do traçado, no sentido em que, através das vias que o conformam promove os fluxos in-out de pessoas. É assim proposto ser localizado neste espaço os equipamentos de uso comunitário.

Em termos de desenho a sua mancha de ocupação aumentou no sentido latitudinal em relação ao pré-existente. A relação entre o edificado proposto e os vazios, procuram absorver as tensões das duas malhas de implantação, e assim definir este espaço como uma centralidade do bairro.

A zona norte do bairro é configurado por um traçado ortogonal em que se manteve os eixos Sudeste-Noroeste, como principais vias de estruturação interna do bairro e de futura ligação com a malha urbana da vila. Os eixos ortogonais a estes, que formam as ruas privadas do bairro desempenham a função de acesso às habitações e ao negócios promovidos nestas. Novamente a disposição do quarteirão como peça volumétrica define o que é considerado um corredor espacial contínuo, e o que na marcação do seu intervalo é considerado uma quebra que procura definir os acessos.

A transição do módulo para o bairro é conseguida através do quarteirão como uma peça dum conjunto urbano. A orientação desta peça define continuidades, e as quebras na sua repetição, permitem os acessos e a relação das partes com o conjunto, das ruas com o traçado geral. A sua dualidade, define-o tanto como o contentor da habitação e da vida privada, como peça que conforma o espaço onde decorre a vida pública.

A RUA E A CASA

O acesso directo à habitação

A rua é então criada pela disposição e orientação dos quarteirões. Dentro das duas malhas ortogonais que desenharam o plano, as vias construídas ao longo da direcção longitudinal do quarteirão, são consideradas as ruas de acesso à habitação, que embora mantenham a sua qualidade urbana como parte do plano, têm um carácter mais privado em que se dá o acesso à habitação. Dentro da lógica do plano, estas vias são consideradas de sentido distribuidor. São orientadas ao centro do bairro onde se encontra o principal espaço público.

No sentido de manter a vivência do bairro gerada pelo uso da rua como espaço público procurou-se potencializar cada rua, distinguindo o seu carácter através do desenho da sua superfície e da qualidade do seu pavimento, da sua posição no plano, e da possibilidade de acesso ao comércio.

Assim, a nível de pavimentos, diferencia-se as vias que são preferencialmente de uso automóvel e as de uso pedonal. O acesso automóvel é permitido a todas as vias, mas o uso frequente é restringido apenas às que apresentam o respectivo pavimento de uso automóvel. Na vila de Sal Rei, os tipos de pavimento utilizados para este efeito ou são asfálticos, ou de calçada de pedra irregular de origem basáltica. Esta segunda técnica é a mais utilizada e a recomendada. Para ruas de uso pedonal frequente, utiliza-se o mesmo tipo de pavimento que os passeios, no sentido de criar uma unidade em termo de superfície. O tipo de técnica recomendada, é o tipo de pavimento de cimento.

Assim, nas ruas (vias de acesso à habitação), que se orientam ao longo dos quarteirões, é intercalado no plano, um pavimento de uso automóvel e um pavimento de uso pedonal. Ortogonalmente a estas vias, é desenhado uma via que atravessa longitudinalmente todo o bairro, caracterizando-se como uma via de ligação à malha urbana da vila e como uma das vias principais de distribuição do bairro. Esta via possui no seu desenho as duas orientações das duas malhas do traçado. As vias paralelas a esta são tanto de carácter pedonal como rodoviário.

O acesso directo à habitação

Um dos factores mais influenciadoras da intervenção, tem a haver com o acesso à habitação. Considera-se que toda a estrutura económica e funcional do bairro depende, e é construída, à volta desta característica. O acesso directo à habitação promove o uso da rua e a visibilidade aos estabelecimentos de comércio e serviços. Os profissionais que têm pequenas actividades de negócio que se realizam em casa, como por exemplo, um sapateiro, uma costureira, ou um barbeiro, realizam muito vezes as suas actividades, à porta da casa. Isto porque lhes permite que sejam vistos, ao mesmo tempo que mantêm a proximidade directa à casa e uma maior contenção de despesas na manutenção do seu negócio.

Em Cabo Verde, as actividades de lazer à porta de casa são muito frequentes. É natural observar-se as crianças a brincar na rua,

debaixo da vigilância dos adultos que se sentam à porta de casa a conversar, muitas vezes entretidos no jogo do uril. Durante o decorrer do dia, as vendedoras de peixe ou fruta, animam as ruas, onde o tráfego automóvel pouco se faz sentir. O passeio é ocupado com produtos para venda, tanto das lojas que o usam como principal expositor, como com pequenas cestas ou balaios das vendedoras de rebuçados e doces. Os pequenos bares fazem também dos passeios, zona de esplanada, onde o ar fresco da brisa, torna a bebida fresca mais apetecível. Os costumes diários da população de uma vila tão pequena, baseiam-se muito em retornos frequentes a casa, para pequenos intervalos do trabalho.

Tendo em conta este conjunto de vivências, entendeu-se que a proposta deveria potencializar este acesso directo à casa, nos dois sentidos em que a casa se relaciona com a rua e vice-versa. A rua pedonal, ganha assim um maior significado, pois só o controlo de passagem de viaturas, é que permite o uso livre e descomprometido da rua.

Na zona norte os módulos são orientados de forma a que as habitações maiores sejam viradas para a rua pedonal. Esta estratégia fomenta que as famílias maiores e que se pretendem fixar gerem uma maior relação de vizinhança. Neste sentido, apenas nas habitações orientadas para a *rua pedonal*, é que se permite a abertura de comércio ao público, tipo lojas de comércio e estabelecimentos de restauração. Nas habitações mais pequenas que estão orientadas para a rua rodoviária, são permitidos os pequenos negócios que se enquadrem dentro de actividades laborais em casa.

Na zona sul do bairro os quarteirões são orientados de forma que a fachada principal das habitações se oriente para a rua de carácter pedonal, e entre as fachadas traseiras seja delimitada a via de carácter rodoviário. Pretende-se promover a rua como espaço de convívio e lugar para as actividades de lazer exteriores.

ESPAÇO PÚBLICO E EQUIPAMENTOS

A vivência do dia-a-dia da comunidade do Bairro de Chã de Salinas, faz-se muito no espaço confinado pelas suas casas. Todo este espaço exterior é apropriado pelos habitantes, como um espaço público de partilha de experiências. A rua é um dos espaços públicos de eleição dos residentes. A falta de tráfego automóvel e o clima ameno permitem criar as condições para uma vida comunitária no exterior.

Na configuração actual do bairro observa-se o que é considerado nesta prova como um espaço público definido, e uma estrutura de espaços públicos, que é na sua essência constituída pela rua. Como exposto anteriormente, a proposta apresentada pretende reconfigurar, e potencializar esta estrutura de ruas, hierarquizando-as, através de diferentes tratamentos das suas superfícies, e através da sua orientação na malha, que as distingue na sua relação com as habitações, e com o conjunto urbano. A individualidade e identidade de cada rua é imprimida pelos seus ocupantes. Ao permitir a abertura de negócios pessoais nas habitações, irá obter-se uma pluralidade de situações diferentes que irão permitir à rua, que se transforme, dum elemento urbano anónimo, para um elemento vivo, em constante mutação, na construção da urbanidade do bairro.

O espaço público definido, denominado localmente por *coração di Barraca*, encontra-se no eixo de separação entre as duas manchas de ocupação do assentamento. De planta central, com o desenho a aproximar-se a um quadrado, este espaço parece mais surgir resultado da não ocupação do terreno, do que ter sido criado a partir de uma decisão urbana clara. Contudo, torna-se um ponto de referência na malha urbana do bairro, e a existência de alguns

locais de comércio e restauração têm dinamizado e reforçado o seu papel como espaço público da comunidade.

Foi no sentido de potencializar o seu carácter de espaço público, e da necessidade de criar espaços que tenham a capacidade de albergar um maior número de pessoas, que se definiu a intervenção nesta área. O desenho proposto pretende definir, assim como o resto do plano, as linhas gerais do projecto urbano. Não se pretende que seja vinculativo, mas que possa expor as preocupações da própria proposta ao intervir também a nível urbano dos espaços públicos, dentro de uma linha de pensamento de continuidade com o pré-existente e com o objectivo de criar as condições para o enraizamento da comunidade.

Pretende-se assim traduzir estas intenções para o desenho, para que a análise das formas propostas, das suas áreas e usos, possam servir como uma referência para o desenvolvimento dum projecto urbano.

Na proposta apresentada, procura-se então reforçar a centralidade do *coraçõ di barraca* e a sua posição como eixo de transição entre duas manchas de ocupação, através da implantação de uma área que atravessa transversalmente o plano. São dispostos quatro volumes, cuja forma e colocação segue os alinhamentos que resultam do conflito das duas malhas. Pretende-se através de uma estratégia de cheios e vazios, configurada por estes volumes e pelos espaços intersticiais deles resultantes, absorver este conflito de malhas, e criar as áreas exteriores que sirvam como espaços públicos.

Nos volumes propostos privilegia-se a criação de equipamentos cujo fim não entre em conflito com o pequeno comércio que se promove na rua. Assim, propõe-se que sejam transformados em equipamentos de usos e fins comunitários, de forma a contribuir para a regeneração do bairro e para a sua futura manutenção.

O primeiro equipamento a ser proposto prende-se directamente com o método de trabalho defendido nesta dissertação.

Dentro de um espírito participativo de cooperação entre a comunidade e os projectistas, deverá ser incluído nestes volumes um gabinete técnico do BCS. Numa fase inicial, deverá desenvolver as actividades inerentes à realização e promoção do projecto. Na fase de construção deverá ser transformado na base de fiscalização e apoio à construção. Nas fases posteriores deverá ser um gabinete constituído por pessoas da comunidade que cumpram as funções de gerir a manutenção do bairro, dos seus espaços e equipamentos, e fundamentalmente das pessoas que o habitam.

Os outros equipamentos a desenvolver deverão estar relacionados à saúde, ao lazer e o desporto. Será essencial para a qualidade de vida dos habitantes do bairro, que se construa um pequeno centro de saúde, de forma a atender as 2800 pessoas que já habitam nesta comunidade. Como apoio ao bairro, deverá ser desenvolvido também um centro comunitário, que contenha espaços que desenvolvam actividades de apoio escolar dos jovens, actividades de apoio de idosos, e que dinamizem a vida cultural do bairro. Como parte da cultura caboverdiana, o desporto merece também que seja contemplado com a construção de um edifício de carácter desportivo. Este equipamento poderá albergar também as actividades comunitárias realizadas em épocas festivas.

O único equipamento que se pretende manter, é a Igreja que no momento da realização desta dissertação se encontra em construção. O plano envolve a sua localização, procurando criar novas relações com os espaços públicos propostos.

ESPAÇOS PARA HABITAR

O desenho dos módulos procurou reflectir o modo de vida dos habitantes cabo verdianos na formalização de um espaço interior privado, da criação de pátios externos e internos, do privilégio do acesso directo e de uma volumetria baixa.

O contexto em questão impôs que se criasse soluções que pudessem também abrigar outras estruturas familiares, sociais e culturais. O desenho das células do módulo BCS.10.02, procura através de um desenho de espaços compartimentados, uma resposta flexível à pluralidade de apropriações possíveis.

A organização espacial das células do módulo BCS.10.01, tem a sua génese na família tradicional, que ainda é a que compõe a sociedade cabo verdiana. Contudo também é apresentado um fogo, de tipologia T0, para servir o indivíduo solteiro ou o casal sem filhos.

Desenham-se então quatro habitações, duas no piso do rés-do-chão, e duas no primeiro piso, com acesso directo através de escada. A localização desta escada no interior do módulo, pretendeu reforçar a continuidade da fachada e o desenho da rua. Neste sentido, e conforme exposto anteriormente, o primeiro acesso às habitações faz-se pelo acesso à **base** do módulo, que define o primeiro espaço da casa. Este espaço exterior, é recorrente da casa cabo verdiana tradicional. O convívio com os vizinhos era, e ainda em bastantes zonas, feito à porta de casa. Pretendeu-se então resgatar esta convivência, ao desenhar esta base que se eleva aproximadamente 50cm da cota do passeio. Numa das habitações este espaço prolonga-se para o interior de forma a criar-se um pátio sombreado.

Nas habitações do rés-do-chão é ainda desenhado um pátio interior, para permitir um uso de um espaço exterior privado para as actividades domésticas, e para se criar um sistema natural de ventilação cruzada.

A dimensão destas habitações procurou enquadrar-se dentro das áreas que são utilizadas dentro da arquitectura de habitação social.

Três destas habitações possuem uma área prevista para ampliação. Esta ampliação fica ao critério do morador, desde que respeite a área que lhe é fornecida.

As células habitacionais têm também a capacidade de se agrupar entre si, de forma a criar habitações maiores, gerando uma habitação do tipo Duplex, ou agrupando espaços do mesmo nível.

O envolvimento das famílias é então inserido nas tomadas de decisão, com a escolha de uma tipologia, de uma possível combinação, e o projecto de ampliação da moradia. Estes tornam-se os primeiros passos no processo de apropriação da habitação. No sentido de potencializar este processo de humanização, permite-se também aos moradores, a escolha da cor para a sua casa. A nível individual, a casa torna-se um reflexo do gosto do morador, e a nível do conjunto, irá permitir que de crie uma paleta cromática diversificada. Assim, a proposta contempla duas superfícies. Uma superfície inacabada de tom cinzento, em fase de reboco, e uma superfície acabada pintada de branco. Permite-se apenas a pintura das superfícies em reboco, de forma a que os volumes em branco permitam criar a noção de conjunto, e fazer contrastar as cores que irão ser aplicadas. O resultado que se pretende, é que cada quarteirão se torne uma peça única, colorida, em que o branco é o elemento unificador.



BCS.10

Estratégia de implementação

Para o presente exposto nesta prova, denominou-se o conjunto de desenhos e ideias que configuram o plano proposto, os respectivos módulos habitacionais, e a sua possível estratégia de implementação, de BCS.10

Este conjunto, como resposta a um problema, tem o objectivo de testar tanto o método de trabalho, como a solução do módulo habitacional proposto, que com a sua repetição constrói o projecto urbano. Neste sentido, pretendeu-se desde início que este módulo habitacional, pudesse gerar várias respostas ou soluções, conforme a situação em que é confrontado, desde que o contexto urbano e social correspondam ao mesmo que o Bairro de Chã de Salinas.

A execução do plano proposto é baseado numa estratégia de implementação faseada. Este faseamento é pensado para que possível construir as novas habitações sem a necessidade do despejo imediato. Nesta dissertação é pressuposto que os terrenos envolventes são propriedade da Câmara Municipal da Boavista. Assim estendeu-se a área de implantação do novo bairro para fora dos limites do assentamento. É então desenhado a norte do assentamento a primeira fase do projecto BCS.10, onde se propõe 66 módulos de habitação BCS.10.01. Estas habitações iniciais irão permitir alojar entre 528 a 858 habitantes, de forma que se possa intervir no assentamento existente, e realojar os habitantes nestas novas casas. O processo deverá seguir esta sequência de construção e realojamento até o plano estar plenamente executado.

O facto da organização urbana do plano ser baseada na rua, vem permitir a delimitação destas fases segundo zonas alinhadas pelas vias.

A segunda fase de construção preve-se que seja na zona sul do assentamento devido a ser considerada a área mais crítica do bairro, e também porque os módulos a serem implantados podem permitir o alojamento temporário de mais pessoas.

Intervindo nos dois limites, Norte e Sul, pode-se então enquadrar os novos limites do bairro, e impedir o seu crescimento. A partir deste ponto, desenvolve-se as construções em direcção ao centro.

Esta estratégia aborda o espaço publico e os equipamentos nele desenhados, como um conjunto de propostas a serem desenvolvidas, prevendo a possibilidade de alterações.

Permite-se que o desenvolvimento dos equipamentos referidos possam alterar a configuração dos volumes da proposta apresentada, contudo a estrutura das ruas deverá ser preservada.

A proposta ao pretender garantir a unidade de quarteirão, como somatório dos módulos propostos, tem também como uma das intenções principais, garantir a implementação das infra-estruturas (vias, abastecimento de água, saneamento, fornecimento de electricidade). Esta opção surge do reconhecimento que na prática, o lote individual como unidade de organização, não garante a possibilidade desta implementação, com consequências graves a níveis de higiene, económicos e sociais.



DO MÓDULO AO BAIRRO

O plano e o quarteirão

São propostos dois módulos capazes de gerar dois volumes edificados distintos que se identificam como quarteirões. A disposição dos quarteirões fez-se na continuidade da tradição urbana do lugar. Esta tradição é a da rua.

O isolamento do bairro, na situação de desenvolvimento actual da vila, ainda o irá manter como uma massa edificada independente até ao momento de aproximação urbana com a vila. Pretende-se então recriar volumetricamente esta massa, reforçando os seus limites, com um maior grau de intervenção na sua zona mais precária.

A transição do módulo para o bairro é conseguida através do quarteirão como uma peça dum conjunto urbano. A orientação desta peça define continuidades, e as quebras na sua repetição, permitem os acessos e a relação das partes com o conjunto, das ruas com o traçado geral. A sua dualidade, define-o tanto como o contentor da habitação e da vida privada, como peça que conforma o espaço onde decorre a vida pública.

Área actual do bairro:

79.270 m²

Área proposta para a intervenção:

111.917 m²

Área de implantação do edificado:

49.189 m²

Área para espaço público:

62.728 m²

Módulos Habitacionais:

BCS.10.01:

222 módulos

888 fogos

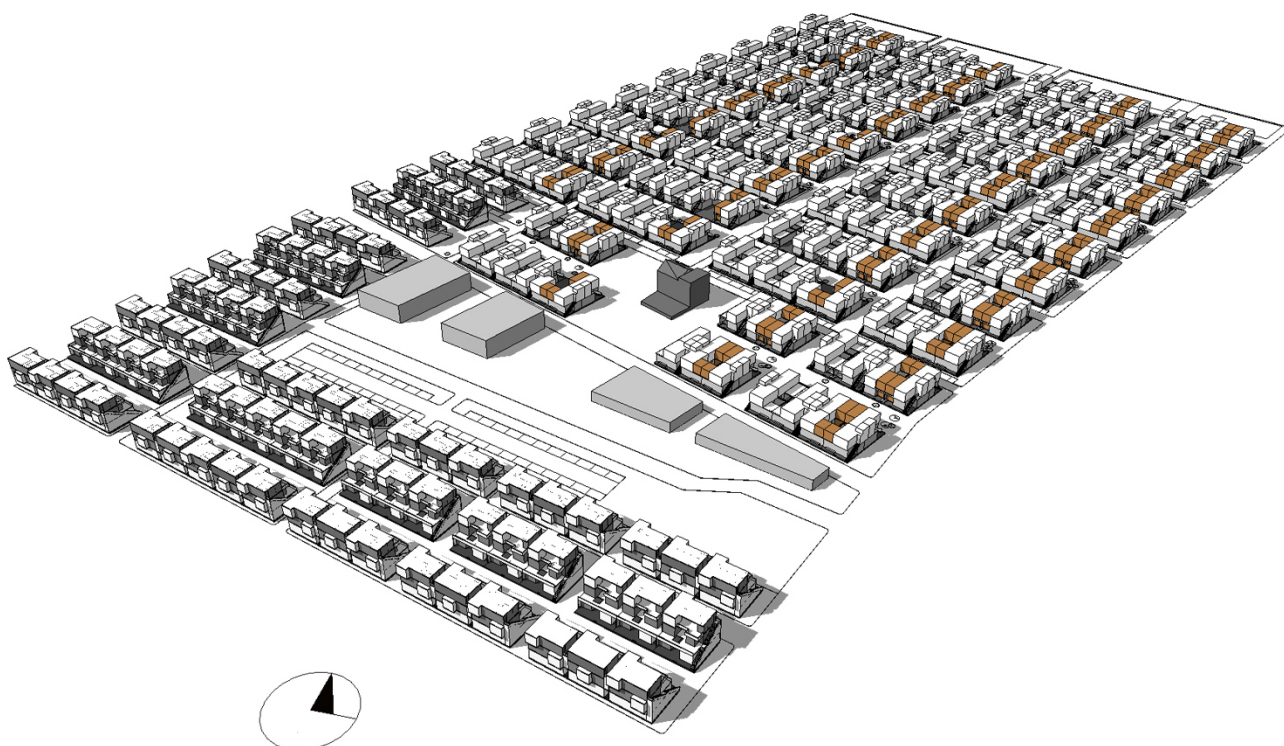
BCS.10.02:

88 módulos

264 fogos

Nº Habitantes previstos (em intervalo):

[2694 , 4034]



FACHADA NASCENTE



FACHADA NORTE



FACHADA POENTE



FACHADA SUL

10m 50m 100m

DO MÓDULO AO BAIRRO CONCEITO

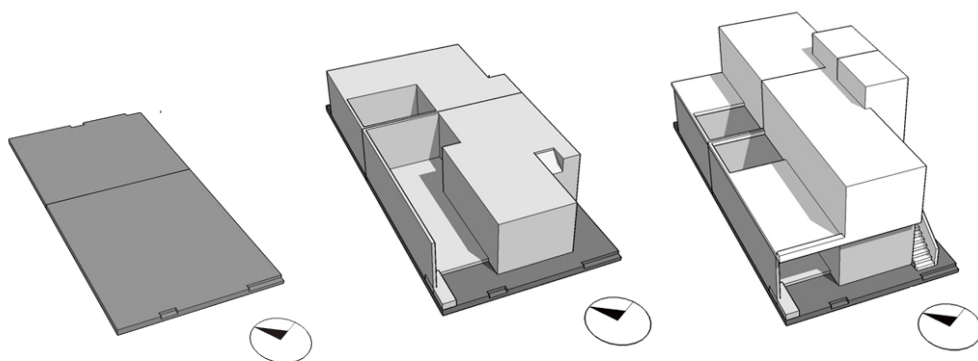
BCS.10.01

É desenhado um **módulo**, composto por **quatro células** (habitacionais), assentes numa **base** que as agrupa em duas frentes.

Este conjunto repete-se, num processo de somatório linear.

A **combinação** entre as células-base, forma a possibilidade de se gerarem células-compostas.

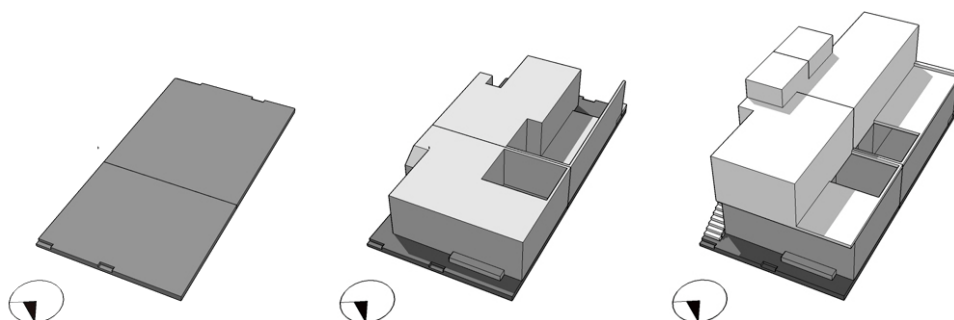
Isto permite que a **diversidade** aconteça dentro da **repetição**.



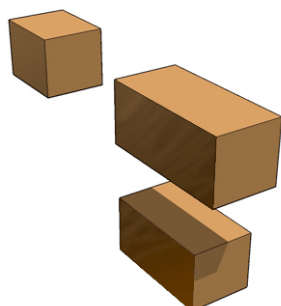
Lado A

Três dessas células têm a capacidade de aumentar dentro do seu limite, por acréscimo de uma parte. Esta ampliação aumenta/exponencia a diversidade. Na ampliação cria-se o lugar para a individualidade. O crescimento tem regras, limites. A individualização por meio de processo de humanização gera a identidade individual. As diversas representações desta individualidade geram a identidade própria de cada conjunto.

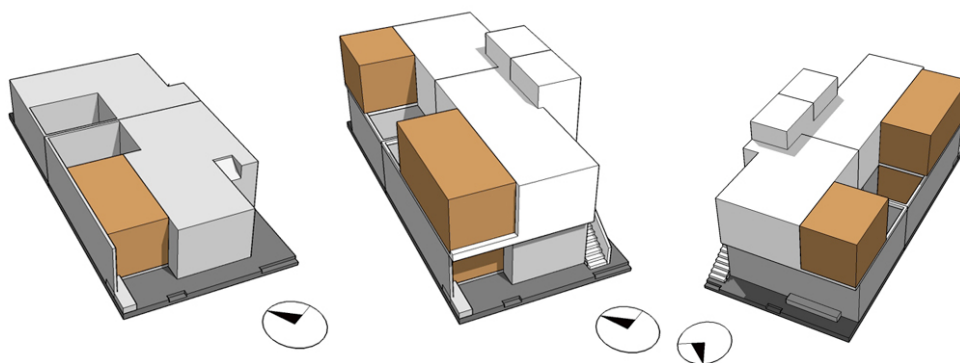
As células superiores mantêm-se pintadas a branco. É permitida a pintura dos acréscimos e das células inferiores. A escolha da cor é livre, e deixada ao critério e gosto pessoal do ocupante.



Lado B



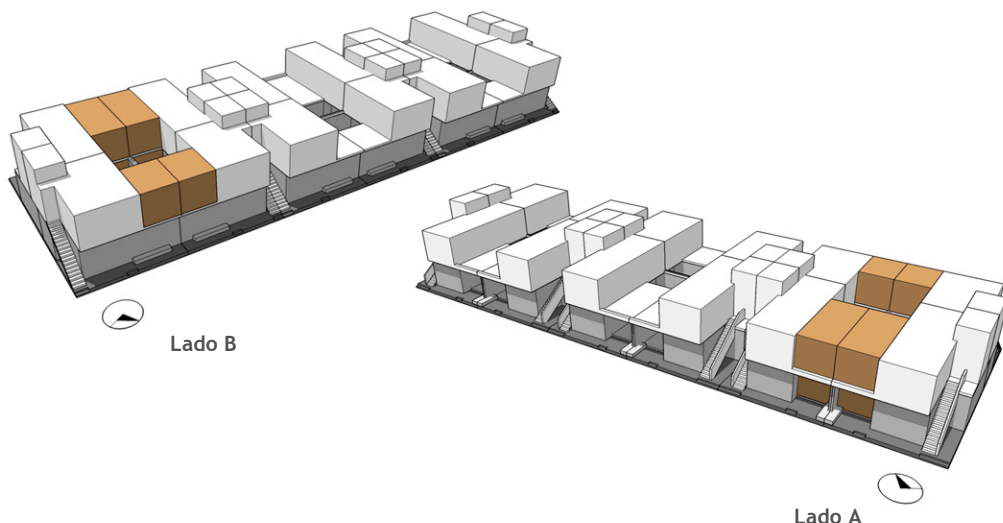
Volumes de expansão



Lado A

Lado B

Repetindo o núcleo cria-se uma **estrutura** (quarteirão). O ajuntamento de corpos diferentes mas com a mesma estrutura geram o grupo. O grupo define a forma/espço da comunidade. As células brancas reforçam o conjunto.



Lado B

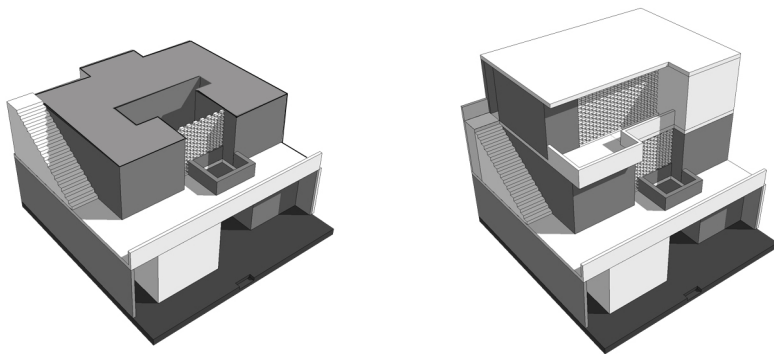
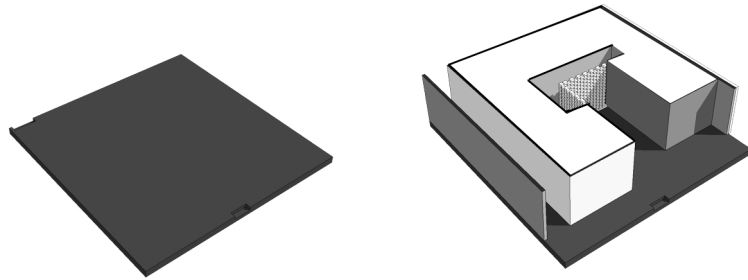
Lado A

BCS.10.02

O módulo é dividido em quatro partes, a **base** e mais **três pisos**, onde cada piso é ocupado por uma habitação. A organização espacial das três habitações segue a mesma estrutura nos três pisos.

A organização espacial interior, baseia-se numa ideia de **compartimentação**, que pretende criar espaços individuais, dispostos à volta de um espaço central.

Esta ideia, pretende promover a individualidade e a privacidade, ao mesmo tempo que a sua estratégia de disposição central, permite criar os momentos e lugares de convívio. Os ocupantes destas habitações podem pertencer ao mesmo agregado ou não.

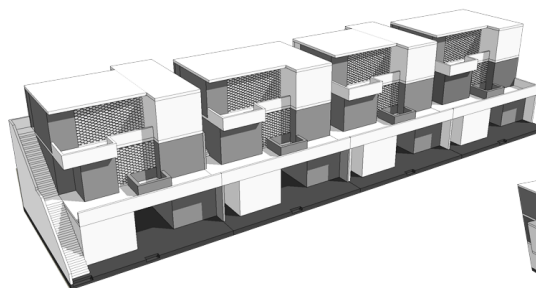


A orientação do espaço central, dos acessos e das varandas, voltados para a mesma fachada, e os vãos dos compartimentos voltados para a fachada oposta, definem uma hierarquia nos dois lados do edifício.

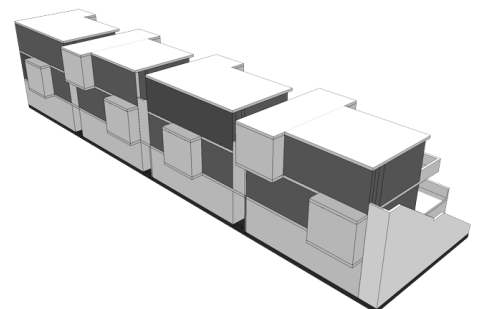
O edifício apresenta na sua execução final, dois tipos de superfície acabada. A cinzento representa-se a parede simplesmente rebocada, e a branco representa-se o acabamento a tinta branca.

Na superfície rebocada, é permitido depois, a sua pintura, com cor a escolher pelo proprietário/promotor.

A superfície branca deve manter-se inalterada, como forma de se reforçar a imagem do conjunto.



Fachada da Entrada



Fachada dos vãos dos quartos

BCS.10.01
CÉLULAS HABITACIONAIS

Designação: B.0.

Piso: rés-do-chão

Superfícies

Área bruta: 67,02m²

Área útil inicial: 36,87m²

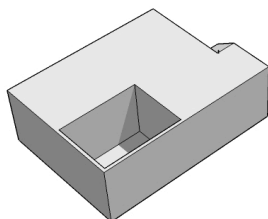
Área útil ampliada: --

Nº de divisões iniciais: 3

Nº de divisões possíveis: 3

Pátio interno: 12,00m²

Pátio externo: 10,26m²



Designação: A.0.

Piso: rés-do-chão

Superfícies

Área bruta: 89,68m²

Área útil inicial: 41,82m²

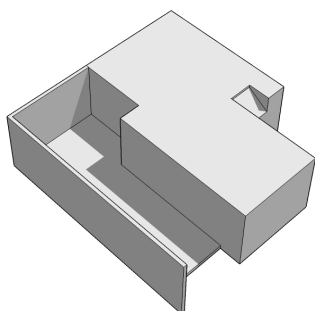
Área útil ampliada: 57,72m²

Nº de divisões iniciais: 3

Nº de divisões possíveis: 5

Pátio interno: 12,00m²

Pátio externo: 10,64m²



Lado B



3m

Lado A

Designação: B.1.

Piso: Primeiro

Superfícies

Área bruta: 67,20m²

Área útil inicial: 33,63m²

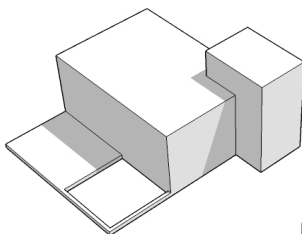
Área útil ampliada: 44,13m²

Nº de divisões iniciais: 2

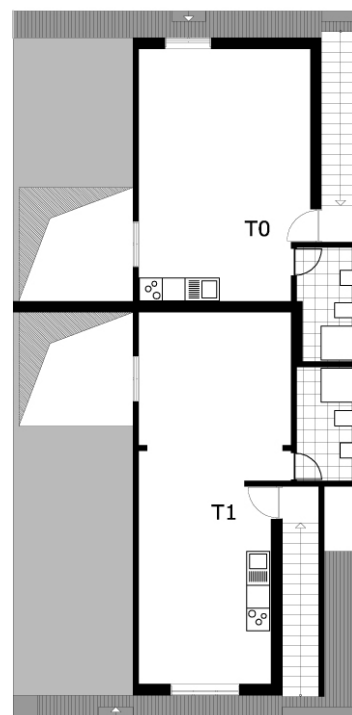
Nº de divisões possíveis: 3

Pátio interno: --

Pátio externo: --



Lado B



3m

Lado A

Designação: A.1.

Piso: Primeiro

Superfícies

Área bruta: 76,00m²

Área útil inicial: 41,00m²

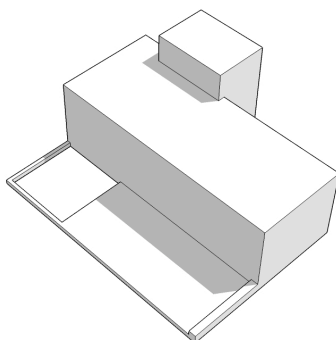
Área útil ampliada: 60,95m²

Nº de divisões iniciais: 3

Nº de divisões possíveis: 5

Pátio interno: --

Pátio externo: --



Nota:

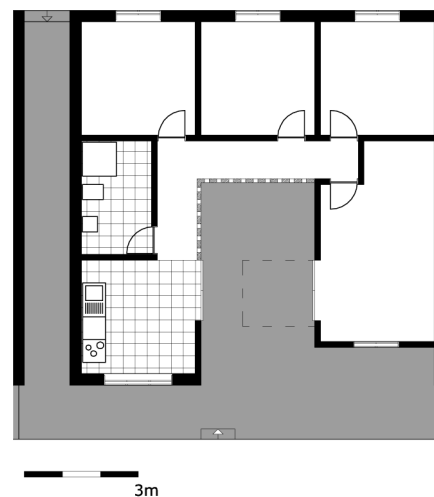
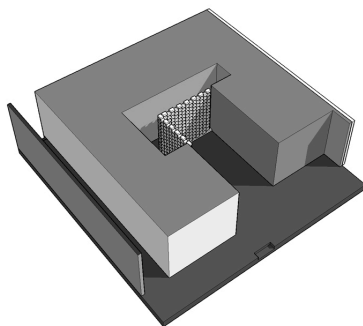
1- a área bruta é a superfície total do fogo, medida pelo perímetro exterior das paredes exteriores e eixos das paredes separadoras dos fogos, e inclui varandas privativas, pátios internos e externos, locais acessórios e a quota-parte que lhe corresponda nas circulações comuns do edifício;

2- a área útil, é a soma das áreas de todos os compartimentos internos da habitação, incluindo vestíbulos, circulações interiores, instalações sanitárias, arrumos, e mede-se pelo perímetro interior das paredes que limitam o fogo, descontando paredes interiores, divisórias e condutas;

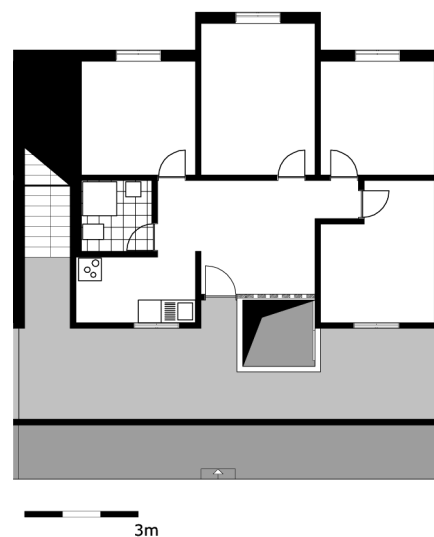
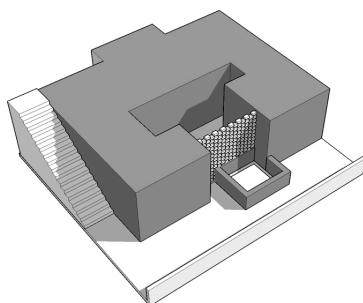
3- no nº de divisões iniciais e possíveis, são excluídas as divisões não-habitáveis, como os pátios externos e internos;

BCS.10.02
CÉLULAS HABITACIONAIS

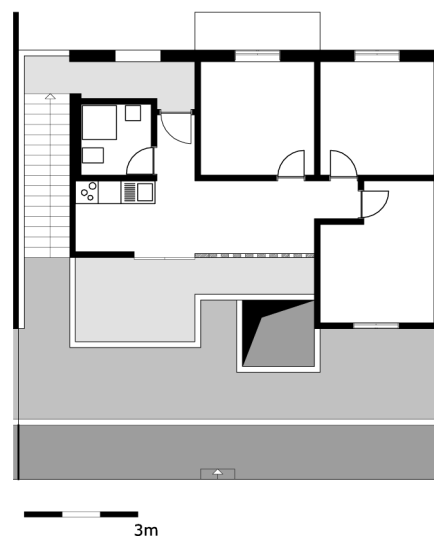
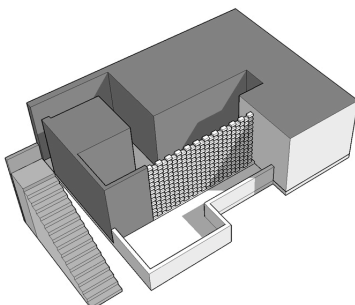
Designação: C.0.
Piso: rés-do-chão
Superfícies
Área bruta: 115,57m²
Área útil: 63,68m²
Nº de divisões : 6
Pátio externo: 33,14m²



Designação: C.1.
Piso: Primeiro
Superfícies
Área bruta: 93,95m²
Área útil : 57,08m²
Nº de divisões : 7
Pátio externo: 9,39m²



Designação: C.2.
Piso: Segundo
Superfícies
Área bruta: 90,38m²
Área útil : 46,02m²
Nº de divisões iniciais: 5
Pátio externo: 10,11m²



Nota:

- 1- a área bruta é a superfície total do fogo, medida pelo perímetro exterior das paredes exteriores e eixos das paredes separadoras dos fogos, e inclui varandas privativas, pátios internos e externos, locais acessórios e a quota-parte que lhe corresponda nas circulações comuns do edifício;
- 2- a área útil, é a soma das áreas de todos os compartimentos internos da habitação, incluindo vestíbulos, circulações interiores, instalações sanitárias, arrumos, e mede-se pelo perímetro interior das paredes que limitam o fogo, descontando paredes interiores, divisórias e condutas;
- 3- no nº de divisões iniciais e possíveis, são excluídas as divisões não-habitáveis, como os pátios externos e internos;

BCS.10.01
COMBINAÇÕES ENTRE CÉLULAS

Designação: A.O.B.0

Piso: rés-do-chão

Superfícies

Área bruta: 156,7 m²

Área útil inicial: 78,69m²

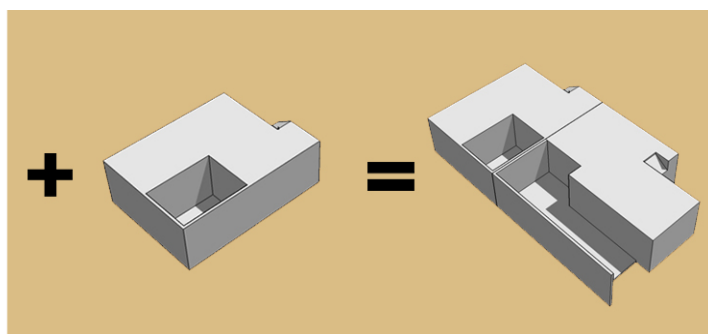
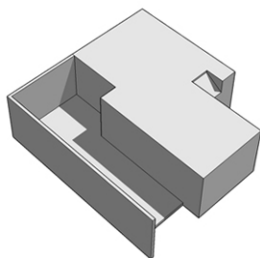
Área útil ampliada: 98,64m²

Nº de divisões iniciais: 6

Nº de divisões possíveis: 8

Pátio interno: 24,00m²

Pátio externo: 20,9m²



Designação: A.O.A.1.

Piso: rés-do-chão + 1 (Duplex)

Superfícies

Área bruta: 165,68m²

Área útil inicial: 82,82m²

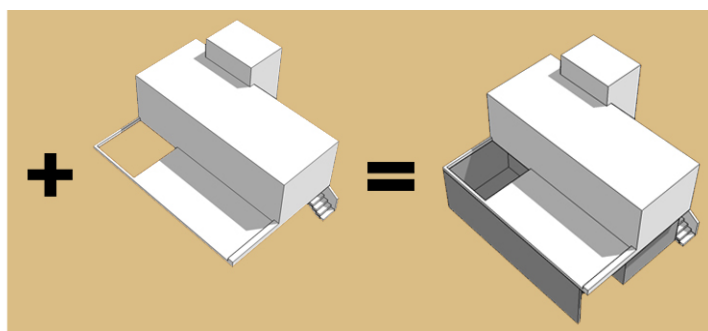
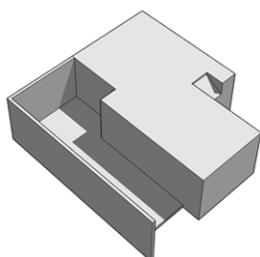
Área útil ampliada: 118,67m²

Nº de divisões iniciais: 6

Nº de divisões possíveis: 10

Pátio interno: 12,00m²

Pátio externo: 10,64m²



Designação: B.O.B.1.

Piso: rés-do-chão + 1 (Duplex)

Superfícies

Área bruta: 134,22m²

Área útil inicial: 70,5m²

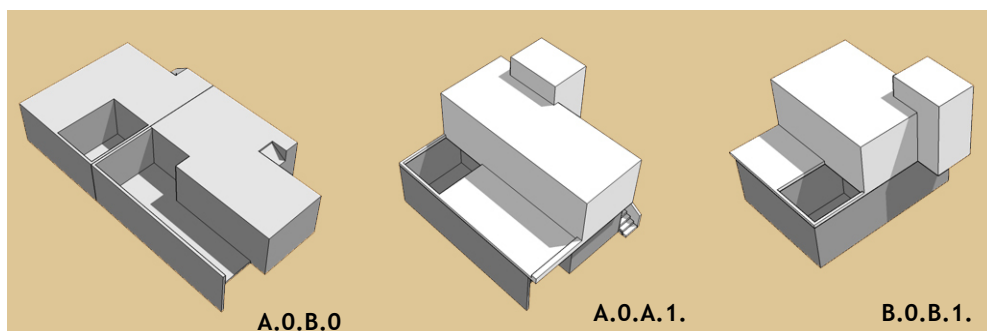
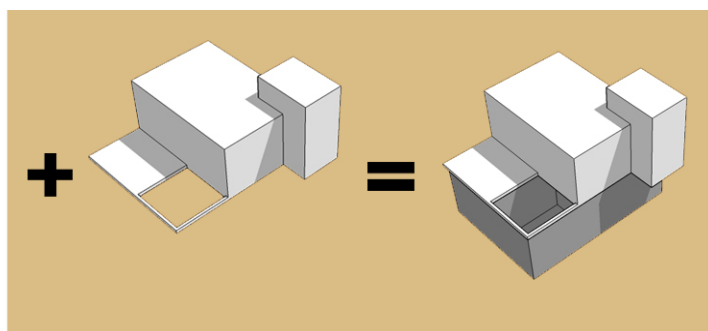
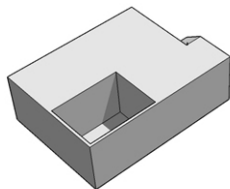
Área útil ampliada: 81m²

Nº de divisões iniciais: 5

Nº de divisões possíveis: 6

Pátio interno: 12,00m²

Pátio externo: 10,26m²



Nota:

- 1- a área bruta é a superfície total do fogo, medida pelo perímetro exterior das paredes exteriores e eixos das paredes separadoras dos fogos, e inclui varandas privativas, pátios internos e externos, locais acessórios e a quota-parte que lhe corresponda nas circulações comuns do edifício;
- 2- a área útil, é a soma das áreas de todos os compartimentos internos da habitação, incluindo vestíbulos, circulações interiores, instalações sanitárias, arrumos, e mede-se pelo perímetro interior das paredes que limitam o fogo, descontando paredes interiores, divisórias e condutas;
- 3- no nº de divisões iniciais e possíveis, são excluídas as divisões não-habitáveis, como os pátios externos e internos;

ESPAÇO PÚBLICO E EQUIPAMENTOS

Na configuração actual do bairro observa-se o que é considerado nesta prova como um espaço público definido, e uma estrutura de espaços públicos, que é na sua essência constituída pela rua.

O espaço público definido, denominado localmente por *coração di Barraca*, encontra-se no eixo de separação entre as duas manchas de ocupação do assentamento.

Foi no sentido de potencializar o seu carácter de espaço público, e da necessidade de criar espaços que tenham a capacidade de albergar um maior número de pessoas, que se definiu a intervenção nesta área.

Na proposta apresentada, procura-se então reforçar a centralidade do coração di barraca e a sua posição como eixo de transição entre duas manchas de ocupação, através da implantação de uma área que atravessa transversalmente o plano. São dispostos quatro volumes, cuja forma e colocação segue os alinhamentos que resultam do conflito das duas malhas. Pretende-se através de uma estratégia de cheios e vazios, configurada por estes volumes e pelos espaços intersticiais deles resultantes, absorver este conflito de malhas, e criar as áreas exteriores que sirvam como espaços públicos.

O único equipamento que se pretende manter, é a Igreja que no momento da realização desta dissertação se encontra em construção. O plano envolve a sua localização, procurando criar novas relações com os espaços públicos propostos, ao mesmo tempo que liberta a sua envolvente de construções, que obscureciam a sua função como equipamento religioso de referência.

BCS.10.EP.01

área de implantação:

574m²

a.b.c.::

1148 m²

nº pisos: 2

BCS.10.EP.02

área de implantação:

472m²

a.b.c.::

944 m²

nº pisos: 2

BCS.10.EP.03

área de implantação:

446m²

a.b.c.::

446 m²

nº pisos: 1

BCS.10.EP.04

área de implantação:

369m²

a.b.c.::

369m²

nº pisos: 1

IGREJA



BCS.10

Estratégia de implementação

A execução do plano proposto é baseado numa estratégia de implementação faseada. Este faseamento é pensado para que possível construir as novas habitações sem a necessidade do despejo imediato.

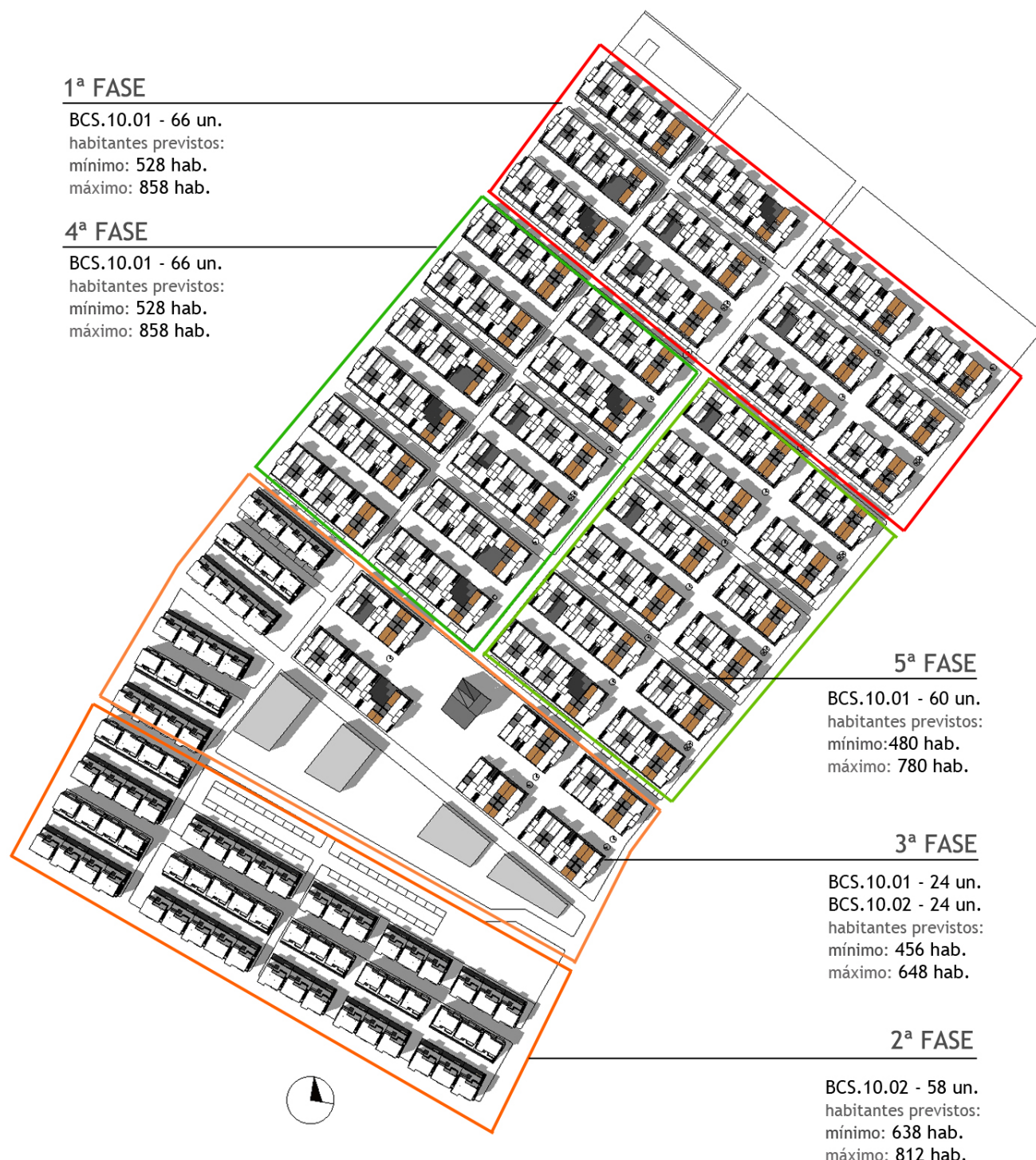
Nesta dissertação é pressuposto que os terrenos envolventes são propriedade da Câmara Municipal da Boavista. Assim estendeu-se a área de implantação do novo bairro para fora dos limites do assentamento.

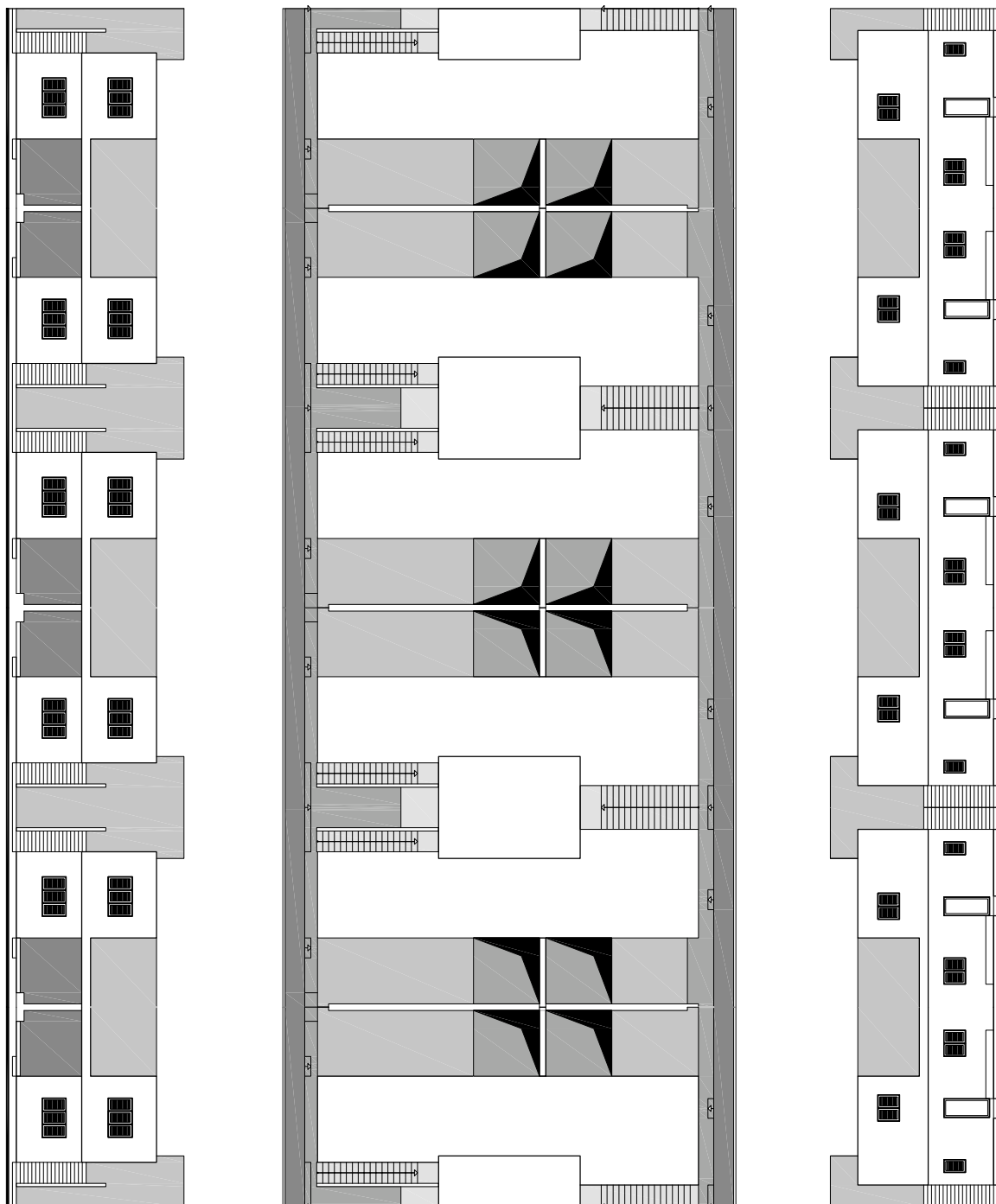
O facto da organização urbana do plano ser baseada na rua, vem permitir a delimitação destas fases segundo zonas alinhadas pelas vias.

Intervindo nos dois limites, Norte e Sul, pode-se então enquadrar os novos limites do bairro, e impedir o seu crescimento. A partir deste ponto, desenvolve-se as construções em direcção ao centro.

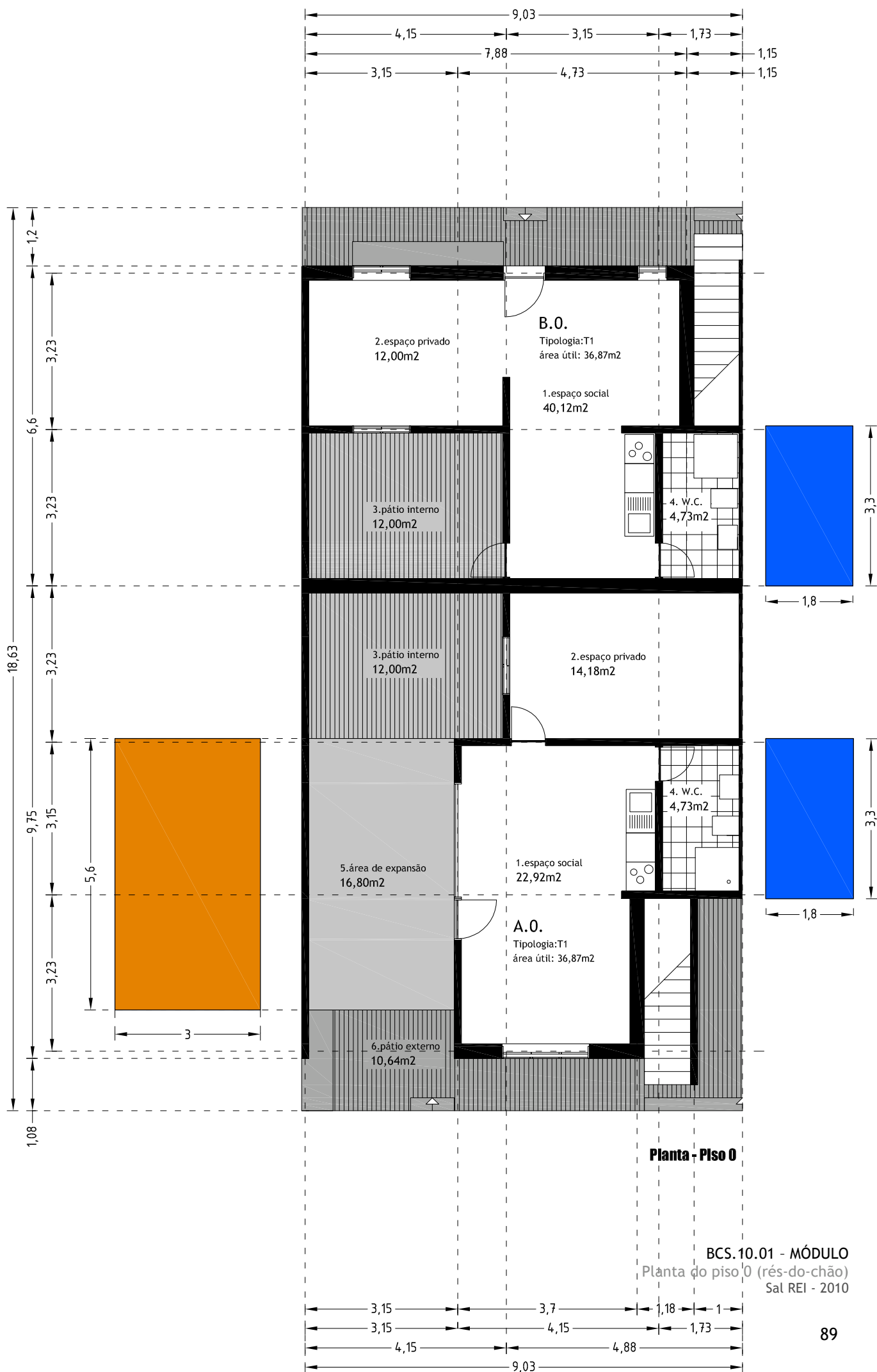
Esta estratégia aborda o espaço público e os equipamentos nele desenhados, como um conjunto de propostas a serem desenvolvidas, prevendo a possibilidade de alterações.

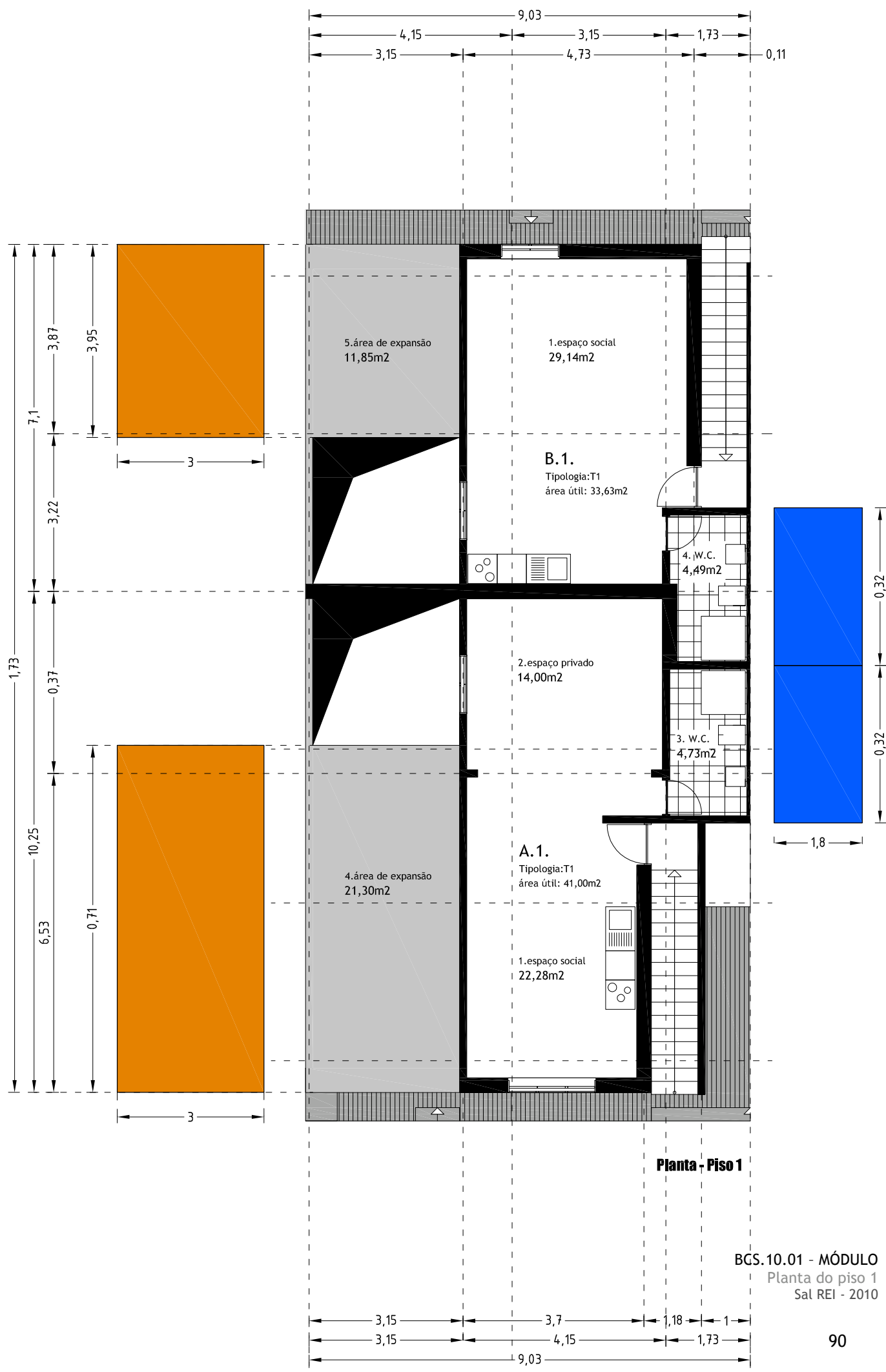
Permite-se que o desenvolvimento dos equipamentos referidos possam alterar a configuração dos volumes da proposta apresentada, contudo a estrutura das ruas deverá ser preservada.

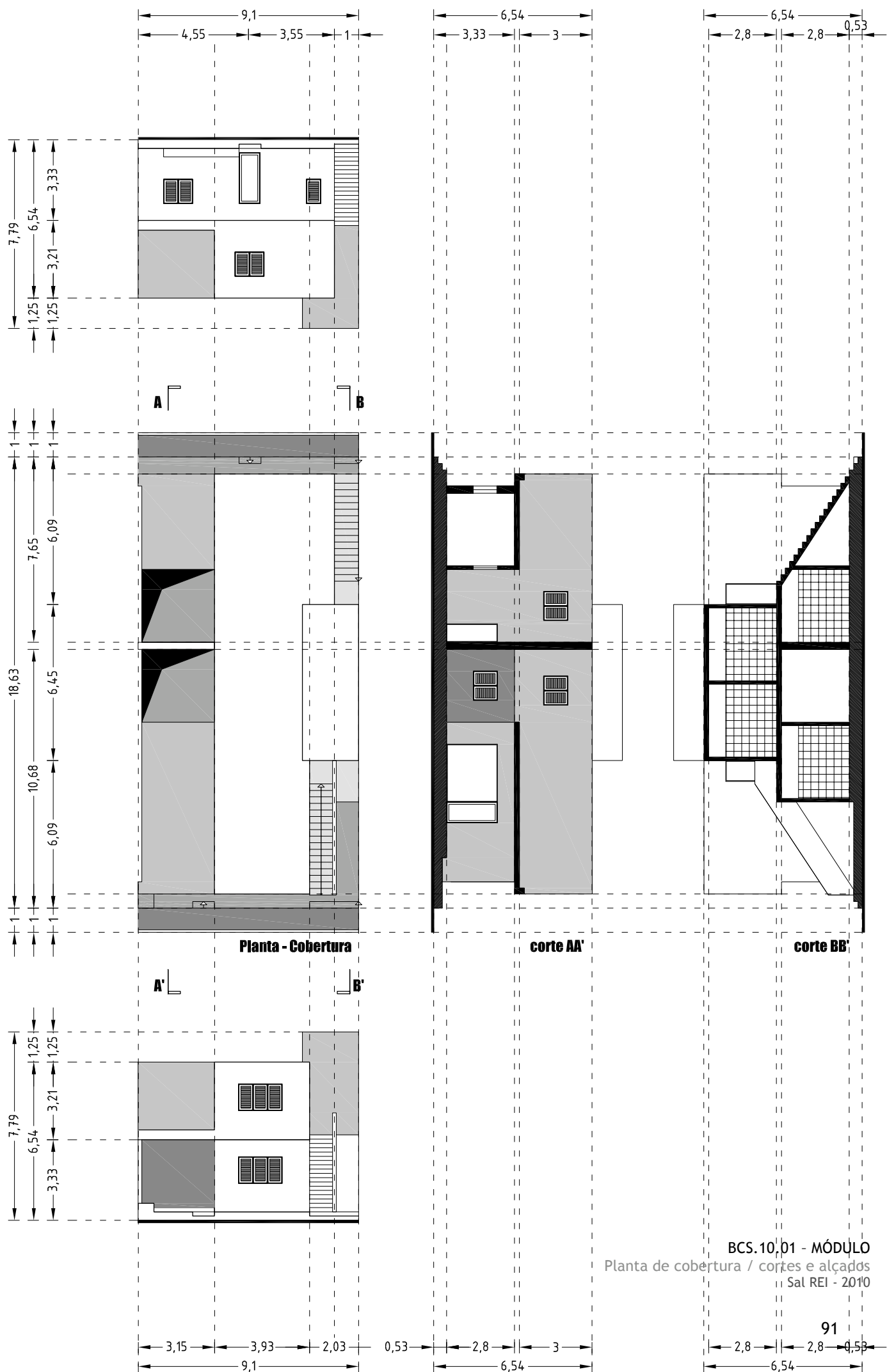




BCS.10.01 - QUARTEIRÃO
 Planta de Coberturas e alçados
 Sal REI - 2010







| BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, Luis de; SANTOS, Maria Emília Madeira.(1990). *História Geral de Cabo Verde: Corpo Documental*. Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, Direcção Geral do Património Cultural de Cabo Verde, vols. I e II

AFROSONDAGEM.(2009). *Estudo sócio-ecocómico:Chã de Salinas na Boavista*, Afrosondagem Lda.

Colectânea de Legislação Municipal Caboverdiana. República de Cabo Verde, Tipografia Santos LDA, ANMCV, 1ªed julho 2003

INE.(2002). *Censo 2000 - Características Económicas da população*. Cabo Verde, Instituto Nacional de Estatística-Gabinete Censo 2000, Praia

INE.(2000).*Censo 2000 - Migrações*, Instituto Nacional de Estatística-Gabinete Censo 2000, Praia

FATHY,Hassan - *Arquitectura para os pobres, Uma experiencia no Egipto Rural*, Argumentum-Dinalivro

Nota:O texto original deste livro foi publicado no Cairo, em 1969, numa edição limitada do Ministério da Cultura, com o título: Gourn, a Tale of two Villages

FERNANDES, José Manuel. *Arquitectura e urbanismo na Africa Portuguesa*, CaleidoscopioA.P.189.5

FERNANDES, José Manuel.(1996).*Cidades e Casas da Macaronésia*. Porto, FAUP publicações

FILHO, João Lopes(1985)*Defesa do Património Socio-Cultural de Cabo Verde*. Lisboa, editor João A. Ribeiro, [colecção: Biblioteca Ulmeiro nº 18], 1985

KASPER,Josef E.(1987). *Ilha da Boavista - Cabo Verde, Instituto Caboverdiano do livro, Estudos e ensaios* ,Publicações D.Quixote,LDA., Lisboa

LNEC.(1992) *Manual para Habitação Evolutiva em Cabo Verde: soluções construtivas*. Lisboa, Ministério das Obras Públicas

LOPES, Leão.(2001).*Manual básico de construção: guia ilustrado para a construção de habitação*. República de Cabo Verde, Praia, Ministério das Infraestruturas e habitação, 2001

MILES,Malcom.(2008) *URBAN UTOPIAS, The built and social architectures of alternative settlements*, Routledge,2008

MARTINS,João Augusto.(1891).*Madeira,Cabo Verde e Guiné(1981)*, Livraria de Antonio Maria Pereira

Nota: retirado do site URL

<http://www.archive.org/stream/madeiracaboverd00martgoog#page/n155/mode/1up> ,Agosto 2010

OLGYAY,Victor.(2002). *Arquitectura y Clima: Manual de Diseno Bioclimático para Arquitectos y Urbanistas*, GG-Editorial Gustavo Gili,SA

RGEU .(2006).*Regulamento Geral das Edificações Urbanas*. Porto, Ed. Porto Editora.

STEELE, J. (1997). *An Architecture for People: The Complete Works of Hassan Fathy*. London: Thames & Hudson.

STEELE, J. (1989). *The Hassan Fathy Collection : A Catalogue of Visual Documents at The Aga Khan Award for Architecture*.

TUANO, Miguel. (1999). *ECOURBANISMO, Entornos humanos sostenibles: 60 proyectos*, Editorial Gustavo Gili, SA, Barcelona

TURNER, J. (1976). *Housing by People: Towards Autonomy in Building Environments*. New York: Marion Boyars.

UN-HABITAT. (2003). *The Challenge of slums: Global Report on Human Settlements 2003*. Londres, Earthscan

UN-HABITAT (2009). *Planning sustainable cities: Global Report on Human Settlements 2009*. Londres, Earthscan

UNITED NATIONS CENTRE FOR HUMAN SETTLEMENTS (HABITAT). (1996). *An urbanizing world, Global Report on human settlements*, Oxford University Press

INTERNET:

<http://www.archdaily.com>
<http://www.artecapital.net>
<http://www.digitaljournal.com/article/270048>
<http://www.portondinosilha.cv>
<http://purl.pt/3398>
<http://www.sdtibm.cv>
<http://www-urbano.blogspot.com>
<http://www.urbanouveau.com>
<http://www.unhabitat.org>
<http://purl.pt>
<http://vitruvius.com.br/jornal>
<http://www.walkthroughindia.com>

| ÍNDICE ICONOGRÁFICO

Fig.1. Arquivo pessoal, 2009

Fig.2 URL <http://www.archdaily.com/category/politics/>

Fig.3- URL <http://www.digitaljournal.com/article/270048>

Fig.4- URL <http://www.walkthroughindia.com/lifestyle/> Fig.5-Arquipélago de Cabo Verde

Fig.6- *MARTINS, João Augusto. (1891). Madeira, Cabo Verde e Guiné (1981), Livraria de Antonio Maria Pereira*

Nota: retirado do site URL

<http://www.archive.org/stream/madeiracaboverd00martgoog#page/n155/mode/1up>, Agosto 2010

Fig.7 - Arquivo pessoal, 2010

Fig.8 - Arquivo pessoal, 2010

Fig.9 - Arquivo pessoal, 2010

Fig.10- Arquivo pessoal, 2010

Fig.11 -

http://www.sdtibm.cv/index.php?option=com_content&task=view&id=20&Itemid=46

Fig.12 - Biblioteca Nacional de Portugal, URL: <http://purl.pt/3398>

Fig.13 - Biblioteca Nacional de Portugal, URL: <http://purl.pt/3398>

Fig.14- Arquivo pessoal, 2010

Fig.15- Arquivo pessoal, 2010

Fig.16- Arquivo pessoal, 2010

Fig.17- Arquivo pessoal, 2010

Fig.18- Arquivo pessoal, 2010

Fig.19- Arquivo pessoal, 2010

Fig.20- Arquivo pessoal, 2010

Fig.21- Arquivo pessoal, 2010

Fig.22- Arquivo pessoal, 2010

Fig.23- Arquivo pessoal, 2010

Fig.24- Arquivo pessoal, 2010

Fig.25- Arquivo pessoal, 2010

Fig.26- Arquivo pessoal, 2010

Fig.27- Arquivo pessoal, 2010

Fig.26- Arquivo pessoal, 2010

Fig.28- Arquivo pessoal, 2010

Fig.29- Arquivo pessoal, 2010

Fig.30- Arquivo pessoal, 2010

Fig.31- Arquivo pessoal, 2010

Fig.32- Arquivo pessoal, 2010

Fig.33- Arquivo pessoal, 2010

Fig.34- Arquivo pessoal, 2010

Fig.35 - http://www.artecapital.net/arq_des.php?ref=53

Fig.36 - http://www.artecapital.net/arq_des.php?ref=53

Fig.37,38,39,40 - <http://raddblog.wordpress.com/2010/01/30/quinta-monroy-by-elemental/>